



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA  
CIDADANIA DA TRANSAMAZÔNICA

## Relatório Analítico

Atividades de Pesquisas – CAI Transamazônica

Altamira – Pará  
Novembro/2011

Apoio:



Secretaria de Desenvolvimento  
Territorial

Ministério do Desenvolvimento  
Agrário





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA  
CÉLULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA  
CIDADANIA DA TRANSAMAZÔNICA

## Relatório Analítico

### Atividades de Pesquisas – CAI Transamazônica

#### Elaboração

Miquéias Freitas Calvi – Pesquisador/Coordenador  
Juliete Miranda Alves – Pesquisadora Colaboradora  
Huandria Figueiredo do Nascimento – Técnica da Célula

#### Apoio

Marlon Costa de Menezes – Pesquisador Colaborador  
João Batista Uchoa Pereira – Colaborador  
Jonatas M. Guimarães Cruz – Bolsista Graduação  
Terezinha Perna Silva – Bolsista Graduação  
Danielle da Silva Graça – Bolsista Graduação

#### Apoio Institucional

Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Universidade Federal do Pará  
Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica

Altamira – Pará  
Novembro/2011

Apoio:



Secretaria de Desenvolvimento  
Territorial

Ministério do Desenvolvimento  
Agrário



## SUMÁRIO

<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1.1. FORMAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS.....	1
1.2. A CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA E A FORMAÇÃO DE UM NOVO POVOAMENETO A “BEIRA DA ESTRADA” .....	2
1.3. AS MUDANÇAS SOCIAIS E ECONÔMICAS .....	4
1.4. OS GRANDES PROJETOS .....	6
1.5. COLONIZAÇÃO ESPONTÂNEA .....	8
1.6. ALTAMIRA. A CIDADE POLO .....	8
1.7. A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. A OUTRA FORMA DE OCUPAÇÃO? .....	9
1.8. OS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM .....	11
<b>2. IDENTIDADE TERRITORIAL</b> .....	<b>14</b>
2.1. INDICADORES DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL .....	15
2.1.1. <i>Agricultura Familiar</i> .....	15
2.1.2. <i>Ambiental</i> .....	16
2.1.3. <i>Político</i> .....	18
2.1.4. <i>Economia</i> .....	23
2.1.5. <i>Pobreza</i> .....	25
2.1.6. <i>Etnia</i> .....	29
2.2. AGRICULTURA FAMILIAR: A IDENTIDADE DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA TRANSAMAZÔNICA .....	31
<b>3. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>10</b>
3.1. FATORES DE DEFINIÇÃO DAS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS .....	35
<b>4. GESTÃO DO COLEGIADO</b> .....	<b>41</b>
4.1. O SURGIMENTO DO COLEGIADO TERRITORIAL .....	41
4.2. A CONSTITUIÇÃO DO CODETER .....	42
4.3. A RECOMPOSIÇÃO DA PLENÁRIA DO CODETER .....	45
4.4. A GESTÃO DO COLEGIADO .....	46
<b>5. AVALIAÇÃO DE PROJETOS</b> .....	<b>52</b>
5.1. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE PROJETO DE INVESTIMENTO .....	53
5.1.1. <i>Fase de Planejamento do Projeto</i> .....	53
5.1.2. <i>Fase de execução do projeto</i> .....	55
5.1.3. <i>Fase de avaliação do projeto (indícios de impacto)</i> .....	56
5.1.4. <i>Indicadores gerais de gestão do projeto</i> .....	57
<b>6. ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA – ICV</b> .....	<b>60</b>
6.1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA .....	60
6.2. CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA.....	62
6.3. CARACTERÍSTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA .....	63
6.4. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS BÁSICOS NO TERRITÓRIO .....	64
6.5. CÁLCULO DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA – ICV .....	65
6.5.1. <i>Dimensão 1: Fatores do desenvolvimento</i> .....	65
6.5.2. <i>Dimensão 2: Características do desenvolvimento</i> .....	67
6.5.3. <i>Dimensão 3: Efeitos do desenvolvimento</i> .....	68
6.5.3. <i>O ICV Territorial</i> .....	70
<b>7. ANÁLISE INTEGRADORA DE INDICADORES E CONTEXTO</b> .....	<b>71</b>
<b>8. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O TERRITÓRIO</b> .....	<b>75</b>
8.1. PESQUISAS .....	75
8.1.1. <i>Análise de demanda do crédito agrícola e influências da extensão rural e agentes financeiros na execução do PRONAF</i> .....	76
8.1.2. <i>Reflexos a instabilidade fundiária e ações necessárias para regularização na Transamazônica</i> .....	76
8.1.3. <i>Análise da participação agricultura familiar da Transamazônica na comercialização de produtos para a merenda escolar</i> .....	77
8.2. AÇÕES PARA PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO TERRITÓRIO ..	77
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>78</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>81</b>

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

### 1.1. FORMAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS

A história social da Amazônia está repleta de experiências de reordenação social em decorrência das ocupações e intervenções. Nestas intervenções há sempre uma conotação de que o dinamismo é trazido pelas forças externas, geralmente do colonizador ou pelo governante, restando ao setor interno (ou local) seguir os rumos dados pela definição da ocupação.

As ocupações na Amazônia foram em geral consequências das intervenções dos grupos econômicos, durante o ciclo da borracha, construção de ferrovias, de políticas estatais; a política de modernização da agricultura com a expansão da fronteira agropecuária para Amazônia: Projetos Integrados Nacionais - PIN, construção de estradas, políticas de incentivos fiscais. Em muitas literaturas sobre a Amazônia, é ainda comum tratar as ocupações como “ciclos”, ou “surto”. Esta noção, baseada somente em indicadores econômicos e na fixação de populações em áreas novas, omite a importância de outros modos de vida existentes como camponeses, indígenas e ribeirinhos.

A ideia de ciclos ou surtos repousa na concepção preconceituosa de uma população acomodada a fartura dos rios e florestas que precisa ser inserida na modernização, através de programas e projetos. Esta foi a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nos anos 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas, a expansão da fronteira agropecuária, a constituição de polos minerais e siderúrgicos, a exploração madeireira; os chamados grandes projetos. Essas formas de ocupações caracterizaram-se por serem decisões tomadas fora do alcance das populações tradicionais e marcadas principalmente pelo controle geopolítico. A cada etapa intervencionista na história da Amazônia ocorria uma leva demográfica em direção às novas oportunidades, gerando a expropriação de ribeirinhos e agricultores, invasão de terras indígenas, ilusão de emprego urbano, violência nos conflitos de terra.

Na década de 1990, com a discussão ambientalista no cenário internacional e repercutindo no encontro ocorrido no Rio de Janeiro, a ECO 1992, voltaram-se os olhos para o “tradicional”, oposto a modernização. Neste cenário, outros grupos e organizações emergiram: ONGs, grupos de pesquisa voltados para a pesquisa desenvolvimento e para a pesquisa-ação; o tradicional foi valorizado através da

participação comunitária: criou-se associações de moradores, bairros, centros comunitários, regulamentações e formas de controle na apropriação de recursos escassos, especificamente a pesca dos lagos em determinados períodos do ano.

Neste período questiona-se a noção de ocupação procurando entender as características das sociedades locais e sua sociabilidade, sob outra expectativa, mas ainda presa ao exótico, ou da natureza intocada (DIEGUES, 1999). Para Diegues, esta forma de pensar a natureza, se caracteriza por manter as áreas preservadas, removendo as populações, ou no máximo permitindo que elas conservem faixas de entorno. Essa é uma das críticas dos ambientalistas sociais aos conservacionistas clássicos. A crítica de Diegues dirige-se à muitos desses projetos que não consideram a diversidade cultural das populações com suas especificações e relações com os recursos naturais.

Enfataremos a seguir a ocupação no Território da Transamazônica e como ao longo da estrada se formaram núcleos de povoamento, marcando uma civilização na beira da estrada.

## 1.2. A CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA E A FORMAÇÃO DE UM NOVO POVOAMNETO A “BEIRA DA ESTRADA”

Para o Regime Militar, a Amazônia era um espaço geopolítico importante, contudo desprovido de organização social, com um povo nômade e sem lei. O general Golbery do Couto e Silva, eminente estrategista militar traduziu muito bem este pensamento preconceituoso, no livro “Geopolítica do Brasil”, de 1955. Neste livro são estabelecidas tipologias geográficas de polos estratégicos brasileiros e discutidas, com base em preceitos geopolíticos internacionais, as maneiras pelas quais o país devia se defender de possíveis invasões de estrangeiros, comunistas e “homens sem lei”.

No arco a Noroeste distendido, de Corumbá – ou mesmo mais ao Sul – até a comarca distante do Amapá, pelos territórios do Guaporé (Rondônia) e do Acre, todo o ocidente amazônico do Juruá, do Javari, do Japurá e do Uapés, Rio Branco e a província guianense, sucedem-se as “marcas” semi-desertas, instáveis ainda, quase de todo abandonadas, abertas a penetrações de grupos sem bandeira definida e a correrias de nômades sem lei e onde, em torno de um arremedo de organização política pouco adequada, e um rudimentar sistema de guarnições militares tão esparsas como débeis, se cristalizam nódulos de população ativa, desprevenidos inteiramente do grande, do enorme, do vital papel que de fato lhes incumbe,



O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA foi o órgão encarregado de implantar ao longo da rodovia, três Projetos Integrados de Colonização - PIC: Marabá, Altamira e Itaituba. O módulo de cada lote era de 100 ha.

Este faraônico projeto do governo militar, acabou não saindo integralmente do papel. Somente um trecho ligando Aguiarnópolis (TO) a Lábrea (AM) foi construído e, mesmo assim, o tráfego fluiu apenas durante uma época do ano. Hoje, a Transamazônica tem aproximadamente 2.500 quilômetros, pouco mais de um quarto do previsto.

Dentro da mesma estratégia, Médici idealizou também a construção da Cuiabá-Santarém (BR-163), de Manaus-Porto Velho (BR-319), da Perimetral Norte (que deveria ligar Macapá com Manaus e que nunca foi terminada) e, mais tarde, a pavimentação da Belém-Brasília (BR-010) e do Pará-Maranhão (BR-316). Ao inaugurar a Transamazônica numa clareira a 8 km de Altamira, Médici, esperava atenuar o conflito social e reafirmar os *slogans* do "Brasil grande" e do "milagre econômico". O resultado foi o milagre do crescimento da dívida externa e mais uma ferida profunda, ecológica e social para o território.

### 1.3. AS MUDANÇAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

Atraídos pela propaganda do Governo Militar, milhares de famílias de todo o país, principalmente do Nordeste, deixaram tudo para trás e partiram para a aventura de ocupar o espaço amazônico, desenvolver uma nova base produtiva e livrar-se da seca nordestina. Muitas abandonaram a área quatro ou cinco anos depois, quando o governo desistiu do projeto. Outras persistiram. As consequências desta implantação foram o esgotamento de recursos naturais, assim como as populações locais, especialmente as indígenas, sofreram um impacto em suas formas de viver e se organizar. Um exemplo do desastre ecológico gerado pela construção da estrada deu-se no trecho que hoje liga as cidades de Altamira a Itaituba, no Estado do Pará. A estrada passou a poucos quilômetros de uma das grandes aldeias onde vários subgrupos Arara se reuniam no período de estiagem. A estrada cortou plantações, trilhas e acampamentos de caça tradicionalmente utilizados pelos índios. O que antes já era considerado um grupo pequeno foi

apartado pela "estrada da integração nacional": seu leito principal, suas vicinais, seus travessões, suas picadas e clareiras acessórias formaram barreiras, impedindo o trânsito dos índios pelas matas e impondo limites à tradicional interação entre os subgrupos que, vivendo dispersos pelo território, articulavam-se numa rede intercomunitária coesa.

O plano previa também a construção de "agrovilas" (conjuntos de lotes com casas instaladas no espaço de 100 ha, que deveriam contar com uma escola de 1º grau, uma igreja ecumênica e um posto médico), de "agrópolis" (reunião de agrovilas fornecidas com serviços bancários, correios, telefones e escola de 2º grau) e de "rurópolis" um conjunto de agrópolis. Na prática, foram implantadas poucas agrovilas e apenas uma agrópolis (hoje município de Brasil Novo) e uma rurópolis (em homenagem ao Presidente Médici).

Um dos maiores estudiosos da organização camponesa na Amazônia, Jean Hébette, afirma que os migrantes dos primeiros anos de 1970, foram inseridos em um modelo de ocupação arbitrário e imposto pelo Governo Militar, e assim,

O modelo de colonização oficial, só conseguiu funcionar no trecho da Transamazônica entre Altamira e Santarém, onde o regime concentrou sua intervenção. Outra parte dos migrantes construiu seu próprio modelo de ocupação da terra e sua própria matriz de organização social; do modelo oficial, adotaram apenas o módulo fundiário que era, no início, de 100 ha, e foi reduzido para 50 ha (HEBETTE, 2002).

Passados pouco tempo, após a vinda de muitas famílias, que foram praticamente abandonadas à própria sorte. A estrada "sonho" dos militares tornou-se um pesadelo para muitas famílias, não somente pelo isolamento, mas também pela precariedade de médicos, de assistência técnica, bem como, poucas vias de penetração no lote foram abertas. A partir de 1973, o governo militar diante das inúmeras dificuldades não previstas nos gabinetes em Brasília, deu outra orientação à colonização, investindo na instalação de grandes fazendas, estimulada pela política de incentivos fiscais. Neste cenário político, surge a segunda fase dos grandes projetos para a Amazônia.

#### 1.4. OS GRANDES PROJETOS

O fracasso da Transamazônica induziu o governo a substituir a colonização baseada na pequena propriedade pelos megaprojetos ou como foram intitulados por alguns autores, de “grandes projetos” (HEBETTE, 1998; MARTINS, 1997). Um exemplo desses projetos, o POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), criado em 1974, conjugava a construção de uma infraestrutura com a concessão de subsídios para as empresas privadas. O mais conhecido desses megaprojetos é o Programa Grande Carajás, que cobre uma área de 900 mil km<sup>2</sup>, que corresponde a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, e englobam terras do Sudeste do Pará, Norte de Tocantins e Sudoeste do Maranhão. Além de assegurar o fornecimento de energia elétrica (com o início de operação da hidrelétrica de Tucuruí em 1984) e transporte ferroviário, o Estado também concedeu grandes incentivos fiscais. O crédito governamental incentivou a destruição da floresta por projetos agropecuários. Os Estados mais atingidos foram o Pará, Mato Grosso e Rondônia.

As transformações socioeconômicas ocorridas na Amazônia não são resultados exclusivamente do período militar - apesar de ser este um período significativo para a Amazônia, considerado por Martins (1987) como “militarização da questão agrária” - mas de uma lógica baseada no preconceito, ainda hoje muito comum de que esta é uma região de “vazio demográfico”, isolada não somente dos grandes centros, mas do que se considera “moderno”. É nesta lógica, que se constitui a concentração fundiária baseada em uma ordem capitalista, compreendendo-a para além dos poderes locais tradicionalmente reconhecidos como oligarquia. Nessa nova mentalidade capitalista, pode-se situar como exemplo o caso de um empresário paulista de São José do Rio Preto, que no início da década de 1960, cria uma empresa de colonização privada naquele município, chamada de Colonizadora Belém-Brasília - CBB. O empresário paulista vislumbrava na Amazônia um grande potencial de extração de madeiras e de produção de óleos de dendê para fins de uso metalúrgico. Para a expansão desse projeto fora necessário o apoio do governo do Estado do Pará, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), ligada diretamente a presidência da República. Enquanto, seringalistas e exportadores de castanha brigavam por

aforamentos<sup>1</sup> e pelo controle do produto extrativista, para os novos capitalistas a terra nua tornava-se importante como mercadoria.

No relato sobre a concentração de terras na Amazônia, Hébette (2004) analisa esses processos de concentração, como resultado da “lei das terras de 1850 até o *boom* do café das primeiras décadas do século XX. A terra não cessou de ser cada vez mais, no sul do país, associada à moeda. O leilão das terras devia, portanto ser deslançado do Sul para o Norte”.

A CBB se instalou ao leste do rio Moju. Para tal, investiram na divulgação da nova estrada, com o apoio do governador da época. De uma relação de 683 requerentes, 142 clientes foram contemplados com títulos definitivos do Estado do Pará. Eram famílias de vários municípios paulistas. Algumas dessas famílias se constituíram na base de exploração pecuária e, sobretudo madeireira, do atual município de Paragominas, posteriormente criado em 1965, e do município de São Domingos. O município de Paragominas “é hoje uma das áreas de maior concentração fundiária da Amazônia, de mais extrema degradação dos solos por seu manejo impróprio e um dos maiores centros de exploração Madeireira.” (HEBETTE, 2004).

A incorporação da região amazônica correspondeu a algumas das necessidades do mercado nacional, principalmente para o Centro-Sul. Na década de 1950, a demanda urbana de bens industrializados – que caracterizou a era Kubitscheck - exigia para a produção de bens a construção de estradas, principalmente após a transferência da capital nacional do Rio de Janeiro para Brasília. Foram implantadas duas grandes rodovias: Belém-Brasília e Brasília-Acre.

Como se pode notar, o interesse pela Amazônia não é novo, sendo redirecionado pelo Regime Militar, por um viés mais político, inclusive de segurança nacional. Este interesse político pela Amazônia se acentua com as ligas camponesas – segunda metade da década de 1950 e nos primeiros anos de 1960 – e a repercussão deste acontecimento na elite latifundiária, principalmente do Nordeste brasileiro. Com as ligas camponesas nasceram os primeiros sindicatos rurais influenciados pelo Partido Comunista. Aliado a esta questão, para os militares, a Amazônia representava uma “fonte privilegiada” de recursos naturais e matérias primas para o mercado externo (madeira, ferro, manganês, cassiterita, bauxita, ouro, germoplasma, plantas medicinais), assim como um mercado interessante para a

---

<sup>1</sup> Grandes extensões de terra sob domínio de um foreiro.

distribuição de produtos da indústria moderna (HÉBETTE, 2004). A Ocupação e povoamento da Amazônia transformaram-se em uma das estratégias políticas e econômicas dos militares. É no bojo destes acontecimentos que surge a colonização. Cria-se o INCRA. Os projetos de colonização se desenvolveram principalmente nos Estados do Pará e no Território Federal de Rondônia.

### 1.5. COLONIZAÇÃO ESPONTÂNEA

Com o arrefecimento dos projetos de assentamento na Transamazônica outra forma de colonização se impôs: a ocupação espontânea. Nesta nova forma não dirigida, intensificou-se os fluxos migratórios de camponeses a procura de terras. “A maioria dispensou os serviços do INCRA e das colonizadoras e ocupou livremente as terras devolutas do Oeste do Maranhão, Norte de Goiás e Sudeste do Pará” (HÉBETTE, 2004). Mantiveram inicialmente a demarcação de 100 ha do INCRA, mas organizaram outras formas de convivência, trazendo parentes e vizinhos de suas terras de origem, tecendo novos valores e uma nova forma de comunidade, não exclusivamente baseada na ordenação territorial, mas nas relações de parentesco e de vizinhança. Pequenos centros comerciais surgiram espontaneamente nessas comunidades, não baseadas nas agrovilas, mas na necessidade do encontro e da comercialização dos produtos.

### 1.6. ALTAMIRA. A CIDADE POLO

Altamira teve origem nas missões dos Jesuítas, na primeira metade do séc. XVIII, quando ainda integrava o gigantesco município de Souzel. Através da excursão do Jesuíta Roque de Hunderfund, integrando uma missão catequética destinada aos índios que habitavam toda a região, tem-se o primeiro registro histórico de colonização praticada nesse território, onde foi fundada às margens do Igarapé Pannels. A floresta densa ocupava toda a extensão terrestre. Muitas pedras, verdadeiras rochas, que fechavam os percursos fluviais, foram obstáculos aos navegantes, que para atingir os objetivos de colonizar a região usaram mão-de-obra indígena. O projeto foi acelerado com a adequação do trabalho escravo africano na

selva amazônica. Em 1880, época em que houve imigração proveniente de várias partes do mundo iniciou também o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas, e posteriormente fomentaria a criação do Município de Altamira, em seis de novembro de 1911, pela Lei Estadual Nº. 1.234.

Até a década de 1970, a agricultura em Altamira exercia um papel econômico secundário. A atividade principal, base da economia, era o extrativismo da coleta do látex e da castanha, a caça aos animais silvestres e a garimpagem. Ainda nesta década, com as mudanças na agricultura, intensificou-se o comércio. A cidade passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. Altamira é a cidade polo e dá suporte a vários municípios em setores diversos saúde, educação, agricultura e comércio.

Hoje, dos dez municípios que compõem o Território da Transamazônica<sup>2</sup>, nove possuem forte relação com o Município de Altamira. Estas cidades criadas, em grande parte, na metade da década de 1980, surgiram também no momento de efervescência do movimento social na região, com a retomada do Sindicato de Altamira em 1987, criação do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica - MPST em 1993, e outras formas organizativas abrigadas principalmente em Altamira, tornando esta cidade um espaço importante de decisões e discussões sobre os rumos da população moradora da Transamazônica.

#### 1.7. A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. A OUTRA FORMA DE OCUPAÇÃO?

A hidrelétrica de Belo Monte é uma obra prevista pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC do Governo Federal, a ser executado no Rio Xingu. O Xingu é um rio que nasce a oeste da Serra do Roncador e ao norte da Serra Azul, no leste do Mato Grosso. Corre na direção sul-norte, paralelo aos rios Tapajós e Tocantins, deságua após percorrer mais de dois mil quilômetros, ao sul da Ilha de Gurupá (PA), na margem direita do Amazonas, do qual é um dos maiores afluentes.

Esta hidrelétrica com capacidade para gerar 11 mil megawatts de energia demandará investimentos na ordem de 19 bilhões de reais – valores oficiais iniciais, porém discutíveis.

---

<sup>2</sup> Compreende o Território da Transamazônica os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá, Anapu, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas.

Desde o projeto inicial apresentado em 1985 até os dias atuais, formaram-se grupos de interesses distintos, formadores de opiniões, destacando-se o Movimento Xingu Vivo para Sempre, composto por movimento de mulheres, índios, ribeirinhos, trabalhadores rurais e religiosos pertencentes à Prelazia do Xingu da Igreja Católica, questionando o desenvolvimento que trará esta barragem, principalmente pelos impactos socioambientais em áreas indígenas e comunidades tradicionalmente estabelecidas.

Além do Movimento Xingu Vivo para Sempre, outro grupo, o FORT- Xingu, criado em maio de 2009, é segundo seu estatuto um Fórum que congrega mais de 170 entidades da sociedade civil de Altamira, destacando-se empresários, comerciantes, prefeitos, profissionais liberais e integrantes, também, de movimentos sociais que defendem a construção da hidrelétrica. Este grupo evidencia-se mais recentemente por se comportar como mediador dos interesses locais. Apoiar-se principalmente na concepção de que esta construção trará desenvolvimento econômico e benefícios sociais para a população da Transamazônica.

A bacia hidrográfica do Xingu se estende por 450 mil km<sup>2</sup> e tem um potencial hidrelétrico de 22 mil megawatts, um dos maiores do país (ELETRONORTE, 2008). A Volta Grande do Xingu foi o local escolhido para construção da hidrelétrica, pela sua queda de 96 metros formando diversas cachoeiras e ilhas, portanto, local privilegiado pelo seu potencial hidrelétrico. O impacto desta hidrelétrica e seus efeitos atingirão diretamente e indiretamente, segundo dados do Instituto Socioambiental (2011), várias áreas indígenas na bacia do Xingu. Diretamente serão atingidas 28 etnias, 29 terras indígenas (12 em Mato Grosso e 16 no Pará). Duas terras indígenas serão diretamente afetadas pela diminuição da vazão do rio: Paquiçamba e Arara na Volta Grande. A área Indígena Juruna do km 17 da Rodovia PA 415, será afetada pelo aumento da trafegabilidade na estrada. População total das três áreas, 226 pessoas (ELETROBRÁS, 2009).

Quanto às terras indígenas e a população indiretamente afetada, somam-se: em terras indígenas na Trincheira do Bacajá, 673 pessoas; Koatinemo, 144 pessoas; Arara, 236 pessoas; Kararaô, 39 pessoas; Cachoeira Seca, 81 pessoas; Araweté, 398 pessoas; e Apyterewa, 411 pessoas. No total, aproximadamente dois mil indígenas (ELETROBRÁS, 2009).

A população total direta e indiretamente atingida nos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia, Gurupá,

Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá, chega a 317.472 habitantes e 350 famílias de ribeirinhos que vivem nas RESEX do Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio, Verde para Sempre e Médio Xingu. E mais 21 comunidades quilombolas (ELETROBRÁS, 2009).

## 1.8. OS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu foram os municípios definidos pela Eletrobrás como a área de abrangência da UHE Belo Monte, locais que contam com floresta de terra firme e floresta de várzea. Nestas cidades, como afirmamos anteriormente, muitas surgiram após a construção da estrada e mais de 300 mil pessoas vivem nestes locais. Altamira é o maior centro urbano local, e conta com aproximadamente 100 mil habitantes (IBGE, 2009).

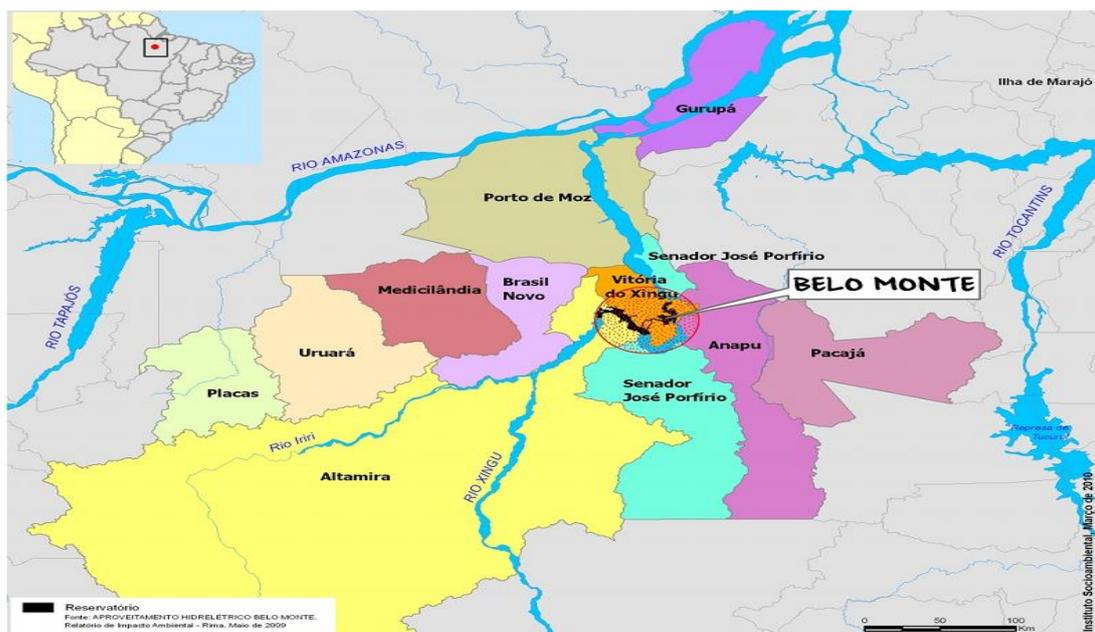


Figura 02 – Localização da UHE Belo Monte.  
Fonte: Instituto Socioambiental, 2011.

Nos últimos 30 anos, Belo Monte é sem dúvida um dos projetos hidrelétricos mais discutidos no Brasil. Além, de um forte movimento pró e contra sua execução, resultou em inúmeras teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos etc.. Nesse longo processo de debate, vários movimentos sociais se fortaleceram e outros surgiram. Esses movimentos representativos de categorias sociais até então discriminadas e negadas em sua condição de cidadania, tais como

as mulheres, índios, ribeirinhos, etc., se constituíram ao longo dessa discussão em sujeitos de direitos.

Relembrando alguns momentos importantes deste debate, tomaremos como marco de representação simbólica de contestação, o ato da índia Tuira, passando o facão no rosto, naquele momento, do então representante da Eletronorte, no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989. Foi graças a ação dos Kaiapós que o Banco Mundial - BIRD retirou qualquer apoio financeiro a novas usinas na Amazônia. O projeto antes intitulado Cararaô mudou de nome para Belo Monte.

Nesses trinta anos de discussão, formaram-se grupos afinados e orientados por interesses diferenciados. Em Altamira, esses interesses diversos, são constantemente disputados no espaço público em forma de passeatas, audiências públicas, eventos que procuram evidenciar, ou os aspectos positivos na construção da barragem, ou o lado destrutivo deste empreendimento. Neste cenário de confronto, resgatamos a atuação dos grupos indígenas e a representação social que estes têm sobre esta barragem, como uma ameaça ao seu modo vida.

As representações sociais expressam formas de visões do mundo que têm por objetivo explicar e dar sentido aos fenômenos. Esses sentidos se manifestam em ações especialmente aquelas evidenciadas no espaço público, que por excelência e o local do jogo político, portanto, lugar privilegiado das representações sociais.

Em 2008, outro evento ocorrido em Altamira, traduz muito bem como o espaço público é o lugar privilegiado das manifestações e representações de interesses. O interlocutor da Eletrobrás em Altamira foi ferido a facão por Índios Kaiapós no ginásio onde ocorria o “Encontro Xingu Vivo para Sempre”. A reação local e da imprensa nacional e internacional, apontou este ato como de extrema selvageria, alguns justificando inclusive que a construção da barragem traria a modernidade, o progresso e relações mais civilizadas.

Estes fatos mostram a reação dos movimentos sociais, a um projeto que por trinta anos vem sendo debatido. O temor, as dúvidas em relação a este empreendimento se justificam diante das formas históricas de ocupação e intervenções já relatadas.

A construção da Hidrelétrica de Belo Monte, trará muitas mudanças, modificará a geografia do lugar, várias comunidades serão removidas. As cidades entorno da barragem receberão um contingente humano a que não estão

preparadas, haja vista, estas cidades terem deficiências de saneamento básico, de infraestrutura, de escolas, hospitais, postos de saúde e péssimas estradas. A construção do empreendimento Belo Monte, modificará o modo de vida dos moradores, as relações sociais e econômicas e a identidade do Território da Transamazônica. Neste sentido, é necessário prevê ações em conjunto com os movimentos sociais, setores empresariais e governos para atenuar os impactos de mais um megaprojeto para a Amazônia.

Ao longo de sua história, a Amazônia tem gerado sempre mais recursos para fora do que tem recebido como retorno; tem sido um lugar de exploração, abuso e extração de riquezas. Os equívocos dos planos, projetos e programas federais nas últimas décadas encontraram resistência nas classes mais pobres e contraditoriamente fortaleceram organizações de mulheres, camponeses, índios, etc. São esses grupos que penalizados em seu poder de decisão, construíram uma representação em torno da barragem que foram elaboradas e compartilhadas e contribuíram para a construção de um discurso comum de reação a este projeto, como tantos que para cá vieram. As representações sobre os modelos de desenvolvimento econômico e social, mais fortemente devem ser discutidos com amplos setores da sociedade diretamente e indiretamente impactados pela construção da Belo Monte.

O diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento dos povos tradicionais é fundamental para a produção de novos conhecimentos e transformação das práticas científicas e políticas de conservação. Diegues (2003) destaca em seu livro “O mito moderno da natureza intocada”, quando se fala em modelos importados de desenvolvimento não está se referindo apenas a aspectos estruturais dos parques e reservas, mas também à própria forma de pensar a relação do ser humano com a natureza. Isto passa necessariamente em valorizar saberes tradicionais, passa por uma revisão da própria comunidade científica em relação à imagem da ciência que desprezou estes saberes, das instituições que herdeiras dos momentos autoritários do regime militar, valorizaram o desenvolvimento econômico como uma discussão reservada à esfera institucional.

## 2. IDENTIDADE TERRITORIAL

O que é a identidade de alguém? De quê é formada a identidade de um lugar? Pra que serve ter identidade? Para Castells (1999, apud PERICO, 2009),

“a construção de identidades se vale da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e pelas fantasias pessoais, pelas pompas do poder e por revelações de cunho religioso. Com certeza, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na estrutura social, assim como em função da percepção que tem sobre o tempo/espaço”.

A SDT considera a identidade uma característica do território, relacionando-a com suas origens, com os modos de ocupação do espaço e com o contexto social construído. Definida como um elemento aglutinador, a identidade territorial facilita a construção de um futuro mais solidário e interdependente, onde se reconhece e se valoriza a diversidade, a coesão de princípios, a mediação de interesses e a convergência de dinâmicas sociais, culturais e econômicas (BRASIL, 2011 a).

A proposta metodológica aqui apresentada visa contribuir com a identificação da identidade que pode caracterizar o Território da Transamazônica. Dessa forma, foram identificados sete fatores próximos à realidade territorial que, em maior ou menor grau, influenciam o desenvolvimento territorial. Esses fatores ou indicadores de identidade são: Ambiental, Agricultura Familiar, Economia, Pobreza, Etnia, Colonização e Político (BRASIL, 2011 a).

Para identificar quais indicadores foram/são determinantes para constituição da Identidade Territorial no âmbito do CODETER da Transamazônica, foi realizada pesquisa com 100% dos membros (n=67) para analisar a percepção destes sobre a questão. Aqui serão apresentados os resultados obtidos e as análises a cerca da identidade do CODETER, cujos dados agrupados encontram-se na Tabela 01 e Figura 03. Será apresentado e discutido cada um dos indicadores destacados e posteriormente será realizada análise dos componentes que convergiram para a identidade do território.

Cada indicador de identidade varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, o valor 1(um) indica maior influência da identidade nos aspectos chaves de desenvolvimento do território, e, 0 (zero), menor influência da identidade.

Tabela 01 – Indicadores de identidade do CODETER da Transamazônica.

<b>Categorias</b>	<b>Valor</b>	<b>Classificação</b>
1. Agricultura familiar	0,817	Alto
2. Ambiente	0,812	Alto
3. Político	0,790	Médio Alto
4. Colonização	0,744	Médio Alto
5. Economia	0,742	Médio Alto
6. Pobreza	0,655	Médio Alto
7. Etnia	0,626	Médio Alto

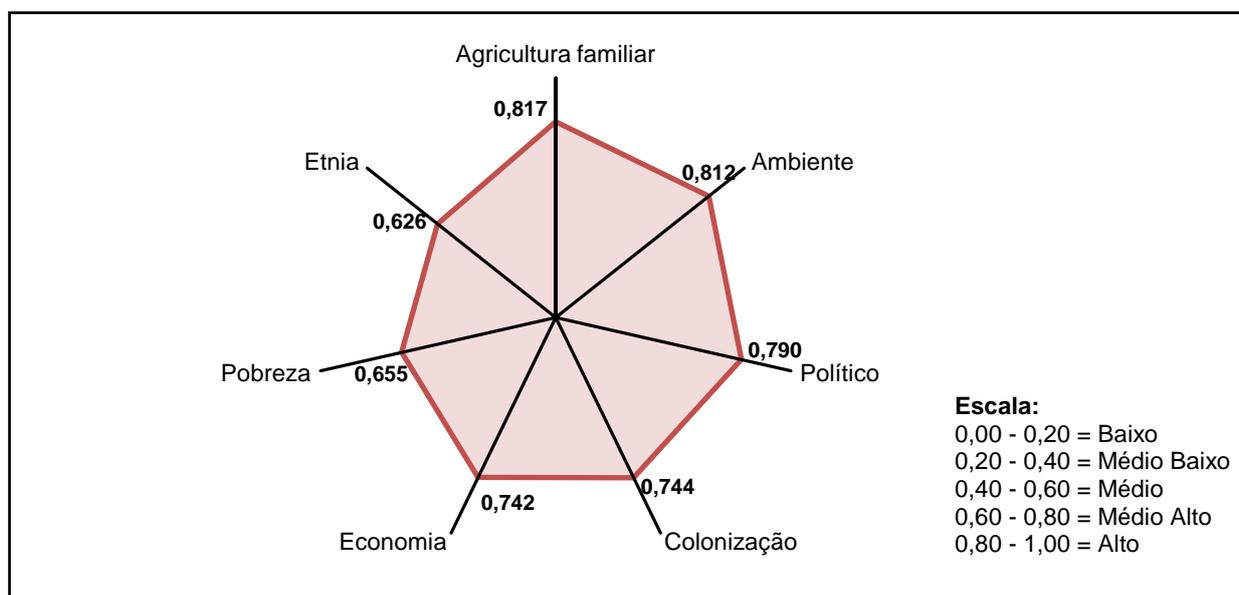


Figura 03 – Gráfico dos indicadores de identidade do CODETER da Transamazônica, 2011.

## 2.1. INDICADORES DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL

### 2.1.1. Agricultura Familiar

Como discutido anteriormente, foi a partir da abertura da Rodovia Transamazônica e das ações do programa de colonização que intensificou a migração de agricultores familiares para essa região, portanto não há dúvida de que estes foram os principais fatores que contribuíram para a formação do território geopolítico da Transamazônica.

Com o abandono do projeto de colonização pelo Governo Federal e o conseqüente agravamento da ausência de serviços básicos tais como manutenção e asfaltamento da Transamazônica, abertura e manutenção das estradas vicinais,

saúde, educação, comunicação, assistência técnica, crédito, dentre outros, inicia-se no fim da década de 1970 e início de 1980 um importante processo de formação e organização de movimentos sociais desta região.

Desde a sua formação até os dias atuais a presença de atores ligados à temática da agricultura familiar é acentuada nas organizações sociais da região, tendo sido estes os principais responsáveis por diversas conquistas regionais, tanto para o meio rural como o urbano. Por sua atuação, não é difícil compreender o porquê na visão dos entrevistados a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do território, sendo a temática de grande relevância para planejamento de políticas públicas. Verifica-se que o que um dia foi visto como limitação hoje é um vasto campo de possibilidades para a concretização de sonhos traçados ainda no início da década de 1970, tendo esta categoria apoio unânime, ou quase, nos diversos fóruns de discussão e planejamento do território.

A atual formação do CODETER da Transamazônica é composta em sua maioria por membros/instituições ligadas a temática da agricultura familiar. Ainda que seja classificado como território da cidadania, o colegiado territorial ainda cultiva fortes traços de ideologia do Programa Gestão de Territórios Rurais. Por isso, entendemos que por essa ligação o fator “agricultura familiar” foi o de maior significância. Este resultado já era esperado na pesquisa, pois é comum a tendência dos integrantes do Colegiado de priorizar questões relacionadas à sua área de atuação, de conhecimento e interesse.

### **2.1.2. Ambiental**

Foi forte o impacto ambiental na região a partir da abertura da Transamazônica e do assentamento de milhares de famílias migrantes que recebiam seus lotes com a orientação de que deveriam transformar áreas de floretas em áreas desenvolvidas e produtivas sob pena de perderem a posse da terra. Durante o período de intervenção do governo na colonização por ele dirigida não foram levadas em consideração as especificidades dos ecossistemas amazônicos, importando para cá modelos de desenvolvimento estabelecidos para outras regiões do país.

Considerada até os dias atuais como a grande vilã desse pacote equivocado, a prática de derruba e queima ainda é mais utilizada pelos agricultores da Amazônia por ser a forma mais acessível de limpeza de área. Entretanto, a pressão pela

conservação/preservação ambiental ou ações de sensibilização de que se faz necessário fazer melhor uso dos recursos naturais, tem levado a região Transamazônica a ser alvo de constantes operações de combate aos crimes ambientais.

Dentro do contexto amazônico, a destruição da floresta está primeiramente ligada à extração ilegal e desordenada de madeira, seguida principalmente da conversão a áreas de pastagens por pecuaristas e em menor proporção a roças de pequenos e médios proprietários rurais. Essa prática de desflorestamento comum no território foi num dado momento da história incentivada pelo próprio Estado. O recente combate dessas práticas por meio das operações policiais/fiscalizatórias como a “Arco de Fogo” promoveram importantes revoltas a madeireiros, fazendeiros, bem como agricultores familiares da região.

Essas revoltas se devem ao fato de que a atuação dos órgãos ambientais e fundiários, em sua maior parte, está ligada a fiscalização e punição à infrações ambientais, geralmente sucedidas por ocasião de grandes operações definidas pelos ministérios do Meio Ambiente e da Justiça. Estas operações em sua maioria não são aceitas por grande parcela da população, pois consideram “imposição de uma política que prioriza a conservação, mas não incentiva a produção regional”. Deixadas de lado as posições políticas desse discurso, é preciso reconhecer que há forte ineficiência na proposição, planejamento e execução de uma política ambiental e fundiária para o Território da Transamazônica. Essa afirmativa ganha embasamento com a situação de órgãos como INCRA, SEMA<sup>3</sup> e IBAMA que têm apenas unidades/escritórios em Altamira, não possuindo autonomia para a tomada de decisão, portanto, dependentes de superintendências sediadas em outras cidades, muito ausentes tanto no aspecto físico como no conhecimento das questões ambientais e fundiárias do território.

Os resultados apresentados pelo SGE indicam que o fator ambiental é o segundo mais importante na visão dos entrevistados, este se deve ao fato de que em a maioria concordam tanto nos fatores de coesão como nos de limitação/conflitos.

Nos últimos anos o território passou por significativas transformações no tocante a destinação e uso dos recursos naturais, principalmente a partir da criação de Reservas Extrativistas, sendo três estão localizadas no Município de Altamira e

---

<sup>3</sup> Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará.

uma em Porto de Moz, sendo esta última possuidora de área equivalente a 82% do território do município; a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), como os localizados em Anapu, palco de conflitos e crimes relacionados à questão fundiária, sendo o assassinato da missionária americana Dorothy Mae Stang o de maior repercussão midiática; e a recente demarcação da Terra Indígena Cachoeira Seca, que abrange áreas de assentamento e de ocupação nos municípios de Uruará, Placas e Rurópolis. Os conflitos do território estão centralmente focados pelas disputas pelo uso (lícito ou ilícito) dos recursos naturais. É notória a presença de grileiros em terras da união ainda não destinadas, em unidades de conservação, nos PDS, além da invasão em terras indígenas por agricultores familiares e/ou por madeireiros e fazendeiros.

Historicamente os recursos naturais tiveram grande destaque no território. Desde a abertura da Transamazônica aos dias atuais o desenvolvimento regional tem sido pautado nesta questão, ora visto como trunfo, ora como limitação. Por essas questões e por tantas outras a temática ambiental tem sido pauta constante nas discussões e reivindicações de atores sociais presentes no território. Portanto, a não implementação de ações públicas que visem o ordenamento territorial impossibilita, ou em muito dificulta, o planejamento e execução de outras ações necessárias para promoção do desenvolvimento do território.

Um contexto mais recente, especificamente o de construção da Hidrelétrica de Belo Monte no Município de Vitória do Xingu, tem sido um potencial gerador de conflito. Caracterizada como uma das obras mais discutidas no país, o empreendimento é alvo de inúmeras críticas por parte tanto de organizações a favor como contra. O olhar para o cumprimento das condicionantes à instalação do projeto é constante e se faz necessário. Soluções para os problemas ambientais e fundiários estão entre as mais aguardadas, sendo visualizado por alguns segmentos como o momento “certo” e “ideal” de serem resolvidos.

### **2.1.3. Político**

O movimento social da Transamazônica surgiu com a necessidade de apoiar os colonos a enfrentarem as difíceis condições sociais e estruturais da região que

ameaçavam a própria existência. A Igreja Católica<sup>4</sup> teve papel fundamental na organização de agricultores migrantes, sendo a criação do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica – MPST – um marco dessa relação.

O MPST surge no período em que o movimento de oposição sindical promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional apoiava os agricultores na tomada da diretoria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) existentes no país. Esses sindicatos tinham sido criados no regime da Ditadura Militar e realizavam um trabalho meramente assistencialista e por uso do poder que lhes cabiam impediam qualquer tipo de manifestação dos agricultores que se opusessem as políticas governamentais (SOUZA, 2006).

Com o apoio da CUT e Delegacia Sindical de Brasil Novo o STR de Altamira, fundado em 1968, elege sua primeira diretoria em 1988. Contudo, para o alcance dessa vitória foram necessárias muitas batalhas, em várias delas com direito a perseguição por militares, como ocorreu com Avelino Ganzer<sup>5</sup>, em 1982, que foi procurado pelo exército num percurso de 500 km ao longo da Transamazônica, assim como colonos do Município de Placas, que por ocuparem uma fazenda, foram perseguidos e torturados pelo 51º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro, sediado em Altamira. Citam-se ainda a ocupação por colonos as Unidades Avançadas do INCRA localizadas em Altamira e Rurópolis e caravanas de colonos para Brasília, sempre na tentativa de serem ouvidos e terem suas reivindicações atendidas (SOUZA, 2006).

Como relata Souza (2006), o movimento originado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) cresceu e se tornou uma das mais importantes forças políticas em favor da agricultura familiar da região. No período de 1972 a 1985 as CEBs se constituíram em verdadeiros berçários, de onde nasceram novas organizações e lideranças. A partir de 1987, se inicia uma nova estratégia do movimento social que ficou marcada pela regionalização das suas ações, fundamentação das suas denúncias com base em pesquisas socioeconômicas e

---

<sup>4</sup> A presença da Igreja Católica no Xingu teve início com a visita de um padre jesuíta que passou pela região de Altamira no ano de 1758. Entretanto, somente em 16 de agosto de 1934 é que a Missão do Xingu, cuja sede localizava-se em Porto de Moz sob a coordenação da Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue de Cristo tendo a frente Dom Armando Bahlmann e o Padre Clemente Geiger, foi elevada pelo Papa Pio XI a condição de Prelazia (PRELAZIA DO XINGU, 2011).

<sup>5</sup> Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém; ex-membro da Executiva Nacional da e ex-secretário geral da CUT.

pelo aumento da visibilidade em âmbito nacional dos problemas que acarretavam a população da região (FVPP, 2006). Esse período da história do movimento se estende até o início da década de 1990, quando assistiram ao Primeiro Encontro Regional do Movimento em Medicilândia (1987), a promulgação da Nova Constituição Federal (1988) e ao Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (1989).

O Primeiro Encontro Regional do Movimento realizado em julho de 1987 reuniu lideranças da região da Transamazônica (trecho Pacajá a Itaituba) e da região da Rodovia Santarém-Cuiabá (BR 163). Este encontro teve por objetivo encontrar saídas aos projetos de colonização por meio da regionalização de suas reivindicações e de formulação de propostas. Para qualificar as reivindicações decidiu-se pela realização uma pesquisa em conjunto com os STR, professores e pastorais para levantar dados da região. Um segundo encontro foi realizado em Rurópolis para apresentar os resultados da pesquisa, disseminar a ideia de realizarem debates nos municípios e escolha de uma comissão que iria a Brasília denunciar o abandono sofrido pela região. Em 1989, quando do terceiro encontro regional, decidiu-se pela integração dos colonos da Transamazônica com os da Santarém-Cuiabá, com intuito de fortalecer o movimento e buscar soluções aos problemas semelhantes (SOUZA, 2006).

Ao fim de 1989 estava traçada a estratégia que impulsionaria os movimentos sociais pelos próximos anos. Essa estratégia defendia a regionalização das ações de maior impacto e na elaboração e defesa de um Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT). Já em 1990 realizou-se um Seminário Regional, que também ficou conhecido como “Debate Altamira” e teve como tema “O futuro do projeto de colonização – Transamazônica 20 anos depois”. O seminário teve a participação de 1.500 pessoas de toda a região de diversas categorias, além de líderes nacionais como José Rainha do Movimento Sem Terra (MST) e de Jair Meneguelli da CUT, além de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Mais uma vez o debate girou em torno dos problemas da Transamazônica, mas agora acompanhados de propostas alternativas ao desenvolvimento regional (SOUZA, 2006).

Um segundo debate ocorreu durante o período de 31 de maio a 7 de junho de 1991 e contou com a participação de 2.000 pessoas, dentre elas prefeitos e vereadores que se juntavam ao movimento pois também se viam como afetados. Nesse encontro foi colocado em pauta para discussão o PGDT, e tomou-se como

indicativo o início massivo de denúncias a cerca das condições da região para que se tivesse maior divulgação nos meios de comunicação e desta forma o Brasil pudesse conhecer a realidade da região. Foi nesse encontro que o MPST ficou consagrado como a organização representativa dos movimentos sociais da Transamazônica (SOUZA, 2006).

O ano de 1991 foi um ano de muita movimentação para os agricultores familiares da Transamazônica. Ainda em abril acontecia em sua primeira versão o Grito do Campo, que foi um evento idealizado por pequenos agricultores do Estado do Pará e que posteriormente se estendeu para todos os Estados da região Norte, chegando à dimensão nacional em 1994 intitulado de “Grito da Terra Brasil”. Decorrentes dessas manifestações, em 1992, por ocasião do III Grito do Campo, os agricultores, dentre várias conquistas, conseguem financiamento bancário (FNO Especial) para 120 associações da região norte. Paralelo ao grito, o MPST se reunia com o INSS e com a Secretaria de Educação do Estado, e dessas reuniões conseguem convênio com a Empresa de Correios e Telégrafos para pagamento dos aposentados nos municípios onde não havia rede bancária, e a implantação do Projeto Gavião<sup>6</sup> para capacitação de professores até então nos níveis de primeiro e segundo graus. E ainda, a implantação de unidades de ensino supletivo nos municípios de Altamira, Medicilândia e Uruará, ficando o Estado responsável pelo pagamento dos professores e a comunidade pela estrutura física (SOUZA, 2006).

Outro momento marcante no fim da década de 1980 foi a realização do Encontro dos Povos do Xingu, que aconteceu no período de 20 a 25 de fevereiro de 1989, em Altamira. Nesse encontro, pela primeira vez, a população da Transamazônica e Xingu teve conhecimento mais profundo a cerca do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, surgindo posicionamentos tanto a favor como contra. Na época a Igreja Católica e a CPT faziam oposição ao Movimento Pró Kararaô (MOPROK), liderado pela União Democrática Ruralista (UDR), formada por empresários, fazendeiros e madeireiros da região. O evento que teve forte discussão ambiental e foi norteadado pelo legado do discurso do ambientalista Chico Mendes, assassinado dois meses antes. Ainda que a tônica dos interesses dos agricultores familiares não fosse à ambiental, estes se integraram aos indígenas em oposição a

---

<sup>6</sup> Projeto Gavião foi um projeto da UFPA desenvolvido em parceria com Prefeituras Municipais e Governo do Estado para escolarizar os professores, principalmente da zona rural, que atuavam no ensino primário (1 a 4 séries) que não possuísem o ensino fundamental completo e o ensino em Magistério (atual médio normal).

mais um projeto impositor na Amazônia e iniciaram a constituição de um discurso norteado pela tônica de “viver, produzir e preservar” (SOUZA, 2006).

Posteriormente a fase de auto avaliação, surgiu a necessidade de se aprimorar a organização de base, formar novos dirigentes e reforçar a autonomia das organizações e avançar nas propostas contidas no PGDT. Nesse mesmo período surge a necessidade do MPST ter uma personalidade jurídica para que fosse possível a captação de recursos, bem como o assessoramento técnico aos movimentos sociais da região. Assim, em 1991 foi criada a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). O movimento compreendia que o poder político funcionava como uma espécie de catalisador de ações e, portanto, deveria se traçar estratégias de se ocupar os referidos espaços. Assim sendo, em 1994 o movimento social da Transamazônica elege ao cargo de deputado estadual o sindicalista Zé Geraldo pelo Partido dos Trabalhadores – PT (FVPP, 2006).

Em uma fase que o MPST já tinha adquirido maior inserção no debate sobre o desenvolvimento local e regional, e já passara de um movimento unicamente de caráter reivindicatório para ser propositivo e executor de diversos projetos, este muda de nome e alarga a sua área de abrangência e passa então a se chamar Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). Essa decisão foi tomada ao fim do ano de 1998 em assembleia ordinária da FVPP – a personalidade jurídica do então MPST. As lideranças compreendiam que a luta não era mais por sobrevivência, mas por desenvolver o que já se tinha construído após quase três décadas da abertura da Transamazônica (FVPP, 2006).

Na história mais recente da Transamazônica surgiram outras organizações sociais que têm se inserido no debate a cerca do desenvolvimento regional. Dentre elas, podemos citar o Consócio Belo Monte, fundado no ano de 2001 e tem como representantes prefeitos dos onze municípios da área de influência da Usina de Belo Monte: Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Porto de Moz, Gurupá e Pacajá. Outra organização atuante na região é o Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico, Socioambiental da Transamazônica e Xingu (FORT Xingu), criado em 2009 e tem como principal ação o debate pró Belo Monte, visto como principal intervenção desenvolvimento para a região dos onze municípios que fazem parte da área de influência direta e indireta da usina hidrelétrica.

Numa linha opositora está o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, que historicamente se opuseram à sua instalação no Rio Xingu. Além de contar com o apoio de mais de 250 organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o MXVPS agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas.

Verifica-se, portanto, que a coesão dos movimentos sociais nos respectivos municípios do território foi significativamente importante para formação do CODETER da Transamazônica. Basta observar que o Colegiado é formado em sua maioria por lideranças da sociedade civil que compõem a base de organizações da FVPP e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI. Outro fator que está intimamente ligado a trajetória do movimento social é sua participação na gestão do território, pois grande parte das melhorias implementadas na região tiveram origem nas inúmeras reivindicações realizadas por esse grupo hoje representado pela FVPP.

Por toda a história de luta dos movimentos sociais dessa região, os respondentes desta pesquisa afirmaram que a participação desta categoria é imprescindível para reivindicações, o monitoramento e avaliação de projetos e programas governamentais e não governamentais, contribuindo para controle social do território.

#### **2.1.4. Economia**

Cerca de 47% da população do Território da Transamazônica vive na zona rural e contribuem com o segundo setor do PIB territorial que é a produção agropecuária, ficando atrás apenas do setor de serviços. Atividades extrativas historicamente tiveram significância econômica, principalmente o vegetal, no entanto nos últimos anos a exploração florestal madeireira perdeu espaço frente ações oficiais de combate a exploração ilegal de recursos naturais, resultando conflitos sociais, principalmente relacionados ao impacto causado na economia local a partir da extinção de vários postos de trabalhos. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira e Construção Civil de Altamira (SINTICMA) o município empregava aproximadamente 3,7 mil pessoas nas indústrias madeireiras,

porém por falta de matéria-prima legalizada 100% das empresas foram fechadas. Os problemas estão relacionados à burocracia na liberação de autorização pelos órgãos ambientais, demora no licenciamento ambiental e a não regularização fundiária.

Dentre as atividades agrícolas a produção de amêndoas de cacau é a que mais se destaca. O território produziu no ano de 2008 aproximadamente 31,5 mil toneladas de amêndoas, gerando receita de R\$ 134 milhões de reais. A produção do território corresponde a 74,5% do total produzido no Estado do Pará, sendo que dos quinze maiores produtores, oito estão localizados na Transamazônica. Somente o município de Medicilândia em 2008 produziu 15 mil toneladas, o que o torna maior produtor do nacional. A produção de cacau no território é uma das que mais gera emprego e renda, entretanto quase toda a produção é levada para outros Estados para ser beneficiada, um entrave ao maior aproveitamento da cultura. A agregação de valor ao produto, a distribuição suficiente de mudas de qualidade, a qualidade do serviço de extensão rural e o escoamento, seja das vicinais para as cidades ou para outras regiões do país, são os principais entraves ao desenvolvimento do setor (CALVI et al. 2010).

A pecuária bovina se configura como uma das atividades econômicas mais praticadas em todos os municípios do Território, sendo componente integrante na maioria dos estabelecimentos de pequenos, médios e grandes produtores. No ano de 2008 o rebanho bovino regional correspondia 13,5% do rebanho estadual, somando cerca de 1,9 milhões de cabeças, 80% destinado à corte. A criação extensiva demanda maiores áreas, resultando pressão sobre as áreas de floresta. A pecuária leiteira tem menor expressão, sendo a agricultura familiar a principal responsável pelo abastecimento.

O ecoturismo é uma das grandes promessas para o aceleração da economia da região, visto que são vastas as possibilidades de exploração turística das praias de água doce, rios, igarapés, cachoeiras, cavernas, corredeiras, ilhas e da rica diversidade sociocultural existente. As limitações ao setor são de diversas naturezas, destacando-se a qualidade de infraestrutura como Rodovia BR 230, principal via de acesso aos municípios do território, e o único aeroporto localizado na cidade de Altamira, por ser de pequeno porte e ter apenas duas empresas que operam em voos regionais e que estabelecem valores exorbitantes. Ainda somam-se a estes a falta de infraestrutura no setor hoteleiro, restaurantes, lanchonetes e bares e a falta de capacitação dos profissionais envolvidos neste setor.

A atividade pesqueira se configura como uma das mais antigas na região, realizada principalmente no rio Xingu e em seus afluentes. O tipo de pesca tradicional realizada garante a sobrevivência de milhares de pessoas que vivem nas comunidades ribeirinhas e nas cidades que ficam localizadas as margens do rio Xingu, como Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

A pesca esportiva é uma das modalidades que vêm tendo destaque nos últimos anos na região. Este fato se deve as muitas possibilidades de pesca de espécies, seja ela no inverno ou verão, sendo o Torneio do Pacu de Seringa<sup>7</sup>, tradicionalmente realizado no mês de abril um dos grandes atrativos da modalidade. A pesca ornamental é outro tipo de pesca de grande importância econômica, porém concentrado em poucas empresas. Há 467 espécies catalogadas, sendo 120 delas comercializadas principalmente por países do Oriente e Europa. Para a sobrevivência deste setor necessita-se investimento em pesquisas e tecnologias que permita a criação de algumas destas espécies em cativeiro, uma vez que a atividade será praticamente banida quando da formação do lago da Usina de Belo Monte.

A história da economia da Transamazônica está marcada pelos ciclos, porém hoje as atividades econômicas praticadas no território são distintas e muito particulares a cada município.

### **2.1.5. Pobreza**

Com base em uma breve análise dos serviços prestados nos municípios que compõem o território, conclui-se que há a necessidade de ampliação e intensificação das ações e investimentos governamentais objetivando a melhoria da qualidade de vida da população. No período entre 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) no Pará cresceu em média 11,23%, passando de 0,650 em 1991 para 0,723 em 2000. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Estado do Pará está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 47,7%, seguida pela Longevidade, com 38,6% e pela Renda, com 13,6% (SOMEC, 2010).

O IDH médio do Território da Transamazônica é 0,678, sendo o menor índice registrado em Senador José Porfírio (0,638) e maior em Altamira (0,737). Contudo,

---

<sup>7</sup> Pacu de Seringa é um peixe da família Characidae. Há estudo que aponta a ocorrência dessa espécie apenas na bacia do Rio Xingu, a montante das cachoeiras de Belo Monte.

90% dos municípios do território apresentam IDH médio inferiores ao índice do Estado, com índices médios de pobreza atingindo 40,1% da população. Esta taxa diminuiu em média 24,4%, de 1991 a 2000. Nestes termos, a construção de agendas políticas entre as municipalidades atravessadas por processos de precarização da vida humana exige ações entre os governos locais das diferentes esferas dessa região (SOMECE, 2010).

Tabela 02 - Índices de Desenvolvimento Humano no Território da Transamazônica.

Município	IDH - M	Pobres (%)	IDH-M por componente			Média de Estudo	Analfabetismo
			Longevidade	Educação	Renda		
Altamira	0,737	28,8	0,752	0,797	0,661	4,6	22,8
Anapu	0,645	32,0	0,710	0,663	0,562	2,3	39,7
Brasil Novo	0,674	39,1	0,707	0,706	0,608	3,0	32,4
Medicilândia	0,610	25,2	0,754	0,717	0,658	3,9	30,9
Pacajá	0,661	41,1	0,712	0,694	0,576	2,3	39,1
Placas	0,690	82,2	0,746	0,727	0,597	2,9	32,0
Porto de Moz	0,650	49,4	0,699	0,691	0,560	2,6	39,1
Sen. José Porfírio	0,638	28,8	0,696	0,681	0,536	2,6	39,0
Uruará	0,713	32,6	0,733	0,742	0,664	3,1	32,8
Vitória do Xingu	0,664	39,0	0,710	0,703	0,580	3,0	35,1
<b>Território</b>	<b>0,678</b>	<b>40,1</b>	<b>0,718</b>	<b>0,715</b>	<b>0,601</b>	<b>3,0</b>	<b>34,2</b>
<b>Estado do Pará</b>	<b>0,723</b>	<b>30,2</b>	<b>0,725</b>	<b>0,815</b>	<b>0,629</b>	-	-
<b>Brasil</b>	<b>0,766</b>	-	<b>0,727</b>	<b>0,849</b>	<b>0,723</b>	-	-

Fonte: PNUD (2000), compilado em SOMECE (2010).

A análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), mede a qualidade da educação numa escala de zero a dez, considerando os conceitos de fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações, que permite esboçar metas de qualidade educacional. As metas de desempenho são definidas a cada dois anos para cada escola e cada rede de ensino. O IDEB médio do território é 3,6, abaixo da média nacional que registra 4,0. De acordo com a pesquisa o menor índice foi registrado no município de Anapu (3,0), enquanto o maior em Altamira, 4,7 (SOMECE, 2010).

No Território da Transamazônica o nível de escolarização medido pelo percentual de alunos matriculados na faixa de 07 a 14 anos atinge uma média de 84,5%, abaixo do índice estadual que é de 90,6%. Já o índice de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais é bastante elevado atingindo média de 25,7%, também superando o índice do estado que é de 16,8%. O município de Senador José Porfírio é o que apresenta maior índice de analfabetismo do território (31,5%), enquanto que, Altamira apresenta o menor índice (17,6%), o que contribui

para elevação do IDH na variável educação, alcançado por este município (SOMEK, 2010).

Quanto ao ensino superior, no território os cursos ofertados por universidades públicas (UFPA e UEPA) se concentram em sua maioria no município de Altamira, estando às exceções com o núcleo universitário da UFPA em Uruará e o núcleo universitário da UEPA em Anapu. Por isso mesmo, cada dia cresce o número de núcleos de universidades privadas (semipresenciais) em todos os municípios do território, estando essas em maior número no município de Altamira. Ainda na esfera federal mais recentemente foi implantado o Instituto Federal de Educação Superior (IFPA), com atuação em apenas um curso de ensino superior e em cursos de formação profissionalizante.

A análise a respeito da saúde no território expõe um quadro preocupante, pois há insuficiência e precariedade na prestação desse serviço. O Programa Saúde da Família (PSF), por exemplo, apresenta diversificada cobertura nos municípios do território, visto que vai de 0% em Placas e chega a 100% de cobertura em Vitória do Xingu. Em Altamira, município mais populoso, a cobertura é de 42,7%. Quanto ao Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS), considerado como um programa de transição para o PSF, oito municípios possuem 100% de cobertura; Altamira e Anapu têm cobertura de respectivamente 89,1 e 88,9%. Quanto proporção de médicos por grupo de habitantes, apenas os municípios de Altamira e Brasil Novo conseguem atender determinação da Portaria nº 1.101/2002-GM-MS que estipula número de um médico para cada 1.000 habitantes. A necessidade de leitos, regida pela mesma Portaria estima que são necessários de 2,5 a 3 leitos por grupo de 1.000 habitantes, média distante de ser atingida na Transamazônica. A exceção é Altamira com capacidade superior a esta meta, com 3,45 leitos/1.000 habitantes, em função da característica de cidade polo e possuir uma série de serviços públicos regionalizados (SOMEK, 2010).

O saneamento básico ofertado nos municípios está muito aquém do ideal, em média 40,1% apresentam condições inadequadas; isso está diretamente relacionada não só a baixa renda per capita familiar, mas também ao baixo nível de sensibilização da população. Outros serviços básicos apresenta baixo atendimento: 20,6% recebem água tratada; 43,1% têm disponibilidade de energia elétrica; e 37,2% dos domicílios recebem coleta de lixo; (PTDRS, 2010). É importante destacar que o lixo coletado nas cidades e vilas não recebe o tratamento adequado, pois em

todas as localidades o lixo é depositado a céu aberto, em terrenos baldios, próximos ao perímetro urbano. Não há aterros sanitários no território.

Quanto à situação econômica, o PIB *per-capita* em 2007 foi de R\$ 4.384,00 equivalente a 62,5% do valor do PIB *per-capita* estadual. Entretanto, a taxa Paraense não chega a representar 50% do valor nacional, pois é o de mais baixo valor dentre os estados da região Norte, logo essa variável do território é quase 100% inferior ao valor nacional (BRASIL, 2010).

Tabela 03 - PIB per capita a preços correntes na região do Xingu em 2007.

Discriminação	PIB (R\$ 1.000,00)	PIB per capita (R\$1,00)
<i>Brasil</i>	2.661.345.000	14.465
<i>Estado do Pará</i>	49.507.144	7.007
<i>Território</i>	1.285.443	4.384
Altamira	508.218	5.518
Anapu	68.266	3.838
Brasil Novo	73.639	3.928
Medicilândia	101.230	4.474
Pacajá	135.622	3.535
Placas	48.647	2.718
Porto de Moz	71.248	2.690
Senador José Porfírio	45.174	3.159
Uruará	167.078	4.763
Vitória do Xingu	66.321	6.842

Fonte: IBGE (2007) compilado em Brasil (2010)

Últimos dados oficiais (embora defasados) indicam que no ano 2000 praticamente metade da população da região encontrava-se abaixo da linha da pobreza, ou seja, com ganhos inferiores a meio salário mínimo *per-capita*. Essa taxa equivalia a 49,3% da população total da região, sendo mais expressiva na zona rural (56,7%), conforme ilustra Tabela 04.

Tabela 04 - População dos municípios do Território da Transamazônica abaixo da Linha de Pobreza em 2000.

Municípios	% da população abaixo da linha da pobreza <sup>(1)</sup>		
	Total	Urbana	Rural
<i>Pará</i>	52,4	43,3	70,5
<i>Território</i>	49,3	40,5	56,7
Altamira	38,5	37,0	44,7
Anapu	57,1	40,4	65,2
Brasil Novo	44,0	36,2	46,7
Medicilândia	46,7	39,1	50,1
Pacajá	68,9	52,2	74,9
Placas	52,0	39,9	56,4
Porto de Moz	67,4	60,1	73,0
Senador José Porfírio	66,9	40,3	80,5

Uruará	37,3	31,9	39,7
Vitória do Xingu	61,6	61,2	61,8

<sup>(1)</sup> Pessoas que convivem em família com renda mensal inferior a ½ salário mínimo per capita.  
 Fonte: IBGE/SEPOF (2000) compilado em Brasil (2010)

Dos municípios do território apenas Altamira e Uruará são os que apresentam menor índice de população abaixo da linha da pobreza. No outro extremo encontram-se Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, que apresentam as maiores taxas de incidência dessa realidade, principalmente na zona rural.

### 2.1.6. Etnia

A penetração de não-índios na região do Xingu é relatada no diário do Príncipe Adalberto da Prússia, que passou na região do Xingu em 1842. Neste diário está registrada a passagem de um padre que tinha por objetivo catequizar os índios da Volta Grande do Xingu. Após esse período as populações indígenas localizadas nas margens do rio Xingu foram incorporadas a frentes de exploração extrativista (seringa, castanhas, peles e outras) e garimpeira, e desta forma sofreram os primeiros processos de miscigenação e transformação cultural (FUNAI, 2009).

Segundo esse documento, outro momento de intensa penetração de não-índios na região foi a abertura e colonização da Transamazônica, que certamente foi o fator central de alteração e transformação socioambiental na vida das populações indígenas da região. Com uma penetração sem precedentes na história, os índios da região reagiram de formas diferenciadas, cada povo a sua maneira, entretanto muitos são os relatos de experiências comuns, principalmente no tocante as pressões sobre suas terras e aos recursos naturais.

A presença e instalação de novas populações na região da Transamazônica paralelamente trouxeram temor às populações indígenas locais. A construção da hidrelétrica de Belo Monte se configura como mais um desses processos que inevitavelmente incidirá em severos impactos aos povos indígenas da Volta Grande do Xingu como deslocamento de comunidades, a vazão reduzida do Rio e o imediato impacto sobre a população de peixes e quelônios, que se constituem como elementos fundamentais a sobrevivência indígena. Não obstante a estes problemas, o maior impacto será o agravamento dos processos e problemas já existentes.

Atualmente a população indígena do território encontra-se dividida em quatro grupos, sendo eles os aldeados, isolados, citadinos e dispersos às margens dos rios

e igarapés da região. Dentre os principais problemas enfrentados por estes grupos destacam-se: a pressão sofrida pelos grupos étnicos isolados devido às frentes de expansão de colonização oriundas dos Estados do Pará e Mato Grosso; perda da cultura, principalmente em relação às línguas faladas, pois há deficiência do ensino das aldeias que não chega a ofertar o ensino fundamental completo; reivindicação de demarcação e aumento de área; precariedade na oferta de serviços básicos como saúde e educação; invasão cultural por conta do contato com agricultores, madeireiros, garimpeiros e pescadores seja pelas vias terrestres ou fluviais; a falta de assistência para cerca de 1.250 indígenas que residem na cidade de Altamira que assim como os dispersos as margens dos rios e igarapés tem sua sobrevivência fundamentada no cultivo de pequenas roças e criação de pequenos animais, assim como artesanato e extrativismo sazonal como a coleta da Castanha-do-Pará (FUNAI, 2009).

A colonização da Transamazônica deixou marcas profundas de negação cultural das populações tradicionais como os indígenas. Possivelmente tenha sido esse processo de imposição de culturas que gerou em parte da população da Transamazônica o sentimento de negar a ligação com a herança indígena. É nesse contexto que o fator *etnia* se configura em última posição dentre os demais. Essa negação reflete também nos espaços de debate e definição de políticas públicas; atualmente há apenas uma instituição que representa os povos indígenas no colegiado territorial, e ainda assim com baixa participação.

Quanto às populações tradicionais (ribeirinhos) atualmente estão distribuídas ao longo das margens dos rios e nas quatro RESEX existentes no território (Verde Para Sempre, Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio). Apesar da criação destas unidades de uso sustentável, os que nelas residem e tem de sobreviver enfrentam dois problemas limitantes: a efetiva regularização fundiária e a elaboração/execução dos planos de manejo. Há também presença de ribeirinhos residindo na área da Estação Ecológica Terra do Meio, uma unidade de proteção integral e que por força da legislação deverão desocupar ou serem deslocadas. Como há um mosaico de unidades de conservação estabelecido no território, torna-se cada dia mais complexo o deslocamento de populações para outras áreas, pois resulta em modificação drástica de habitat e cultura.

Embora ainda não tendo sido realizado o reconhecimento oficial de populações quilombolas no território, está em curso a organização destas

comunidades, com destaque no município de Porto de Moz (Buiuçu, Marapi, Taperu, Tauera, Turu) e Pacajá (Comunidade da Mara) que tem a pretensão de demandar ao Estado o reconhecimento e usufruir dos direitos que lhe são resguardados (BRASIL, 2010).

## 2.2. AGRICULTURA FAMILIAR: A IDENTIDADE DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA TRANSAMAZÔNICA

Segundo a pesquisa realizada com os 67 membros do Colegiado a identidade do Território da Transamazônica é classificada, dentro dos sete fatores determinantes, como *agricultura familiar*. Buscando compreender tal classificação, nos deteremos a discutir elementos que considerados essenciais para análise.

Entendemos que os quatro primeiros fatores elencados por esta pesquisa – *Agricultura familiar, Ambiental, Político e Colonização* – estão intimamente ligados por processos históricos que fazem destes um conjunto indispensável para o entendimento da formação desta região e para futuras intervenções. Verifica-se que o fator *ambiental*, o segundo mais evidente, poderia ter sido o mais votado se a referida pesquisa tivesse sido realizada há dois ou três anos atrás, momento de intensos conflitos ambientais, resultados de ações oficiais como a Operação Arco de Fogo, dos ministérios do Meio Ambiente e da Justiça. Como exemplo, algumas lideranças políticas analisam o enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores no território a partir das eleições de 2008 como um resultado da insatisfação da sociedade às formas como foi planejada e executada aquela Operação.

O terceiro fator mais citado para a composição da identidade territorial fora o *político* e ver-se claramente a ligação com o quarto fator que é a *colonização e/ou ocupação* do território. Como foram trabalhadores rurais que ocuparam esta região, são eles os integrantes das primeiras organizações sociais, que destaca o porquê de os movimentos sociais do território estarem consolidados sobre uma base rural formada, por principalmente por sindicatos e associações. A pauta política da região se iniciou e se consolidou com vistas a melhorias para o campo, permanecendo até hoje com várias das mesmas reivindicações de quase quatro décadas atrás.

As *atividades econômicas* desenvolvidas no território se configuram na maior parte dentro do segmento agropecuário e extrativista. Recentes normas oficiais de uso ou conservação dos recursos naturais na Amazônia têm exercido influências

sobre estilos de vida e produção de pequenos a grandes proprietários, principalmente no tocante a extração de madeira e queimadas. O potencial econômico desta região é diversificado, entretanto há grandes limitações, iniciando pelo asfaltamento daquela que deu origem a maior parte dos municípios existentes nessa região, a Rodovia Transamazônica.

É bem verdade que o tipo de colonização instalada promoveu, ainda que sob duras provas, o estabelecimento de uma massa que tinha por objetivo viver do que produzisse. Mesmo que tenha reduzido consideravelmente a produção de alimentos básicos para a população na última década, os agricultores familiares da região conseguem comercializar o que produzem e assim mantêm a economia territorial pautada nas atividades agropecuárias. Entretanto, faz-se necessário salientar que o desenvolvimento deste fator está atrelado à resolução de importantes entraves: o ordenamento territorial a partir da regularização fundiária e ambiental.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável<sup>8</sup> (IDS) da Transamazônica calculado pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE) a partir de indicadores Político-Institucional, Cultural, Social, Econômico, Ambiental e Demográfico, encontra-se em nível crítico (Figura 04).

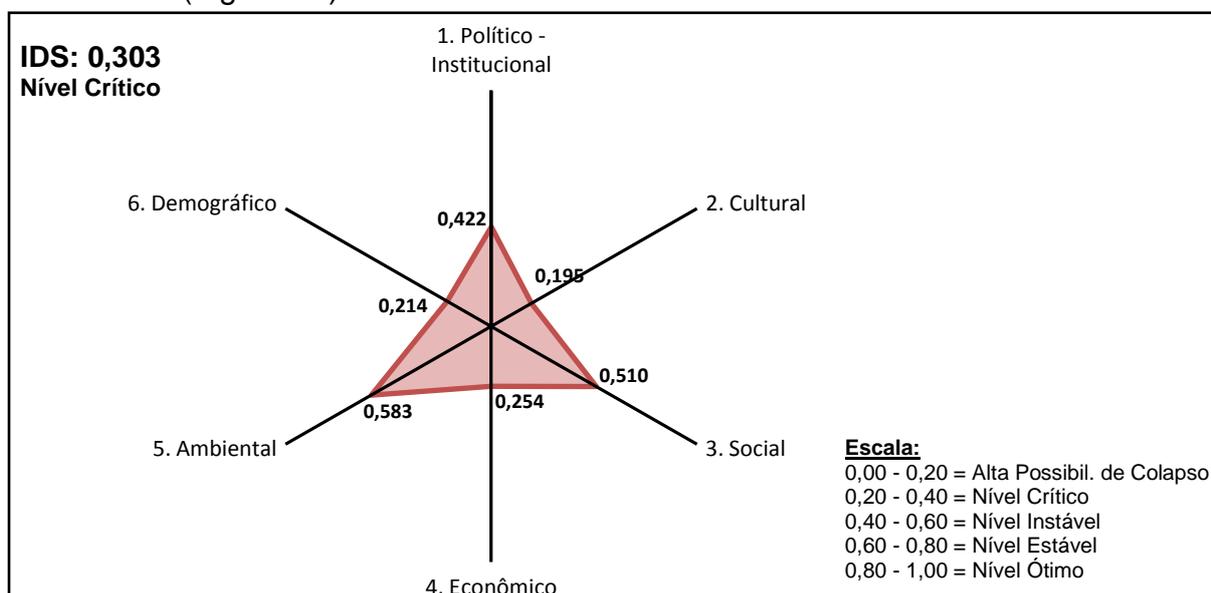


Figura 04 - Índice de Desenvolvimento Sustentável do Território da Transamazônica. Fonte: SGE/MDA, 2011.

<sup>8</sup> O IDS considera a multidimensionalidade do desenvolvimento e prevê a aferição de informações sobre as dimensões Político-Institucional, Cultural, Social, Econômico, Ambiental e Demográfico. Cada dimensão é um sub-índice. Cada sub-índice é composto por variáveis de acordo com as características e importância. O IDS varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo o valor 1 (um) a melhor situação e, 0 (zero), a pior. O valor do IDS representa a situação geral de todo o sistema (territórios rurais) de tal forma que ao se aproximar de 1 (um), tem-se um melhor desempenho de desenvolvimento e sustentabilidade e, ao tender a zero, pior desempenho (BRASIL, 2011 f).

Os indicadores sociais apresentou índice de 0,510, nível instável (Figura 05). Dos cinco componentes desse indicador o que mais chama atenção é o do IDH da educação e o número de leitos hospitalares o que remete a antigas reivindicações da região.

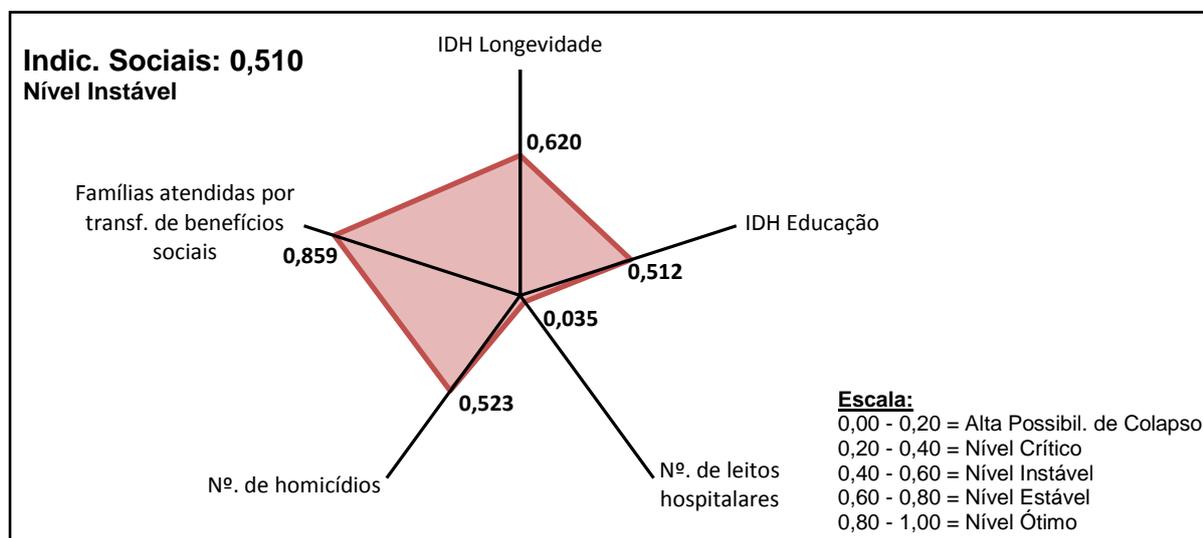


Figura 05 – Sub-índice de Indicadores Sociais do Território da Transamazônica.  
Fonte: SGE/MDA, 2011.

Entendemos que a definição da identidade territorial pelos membros do CODETER como *agricultura familiar* se deve em especial ao fato de que os entrevistados, aos seus modos, conseguem agregar os outros fatores (exceto a etnia) para um nível indissociável de discussão. Como mencionado anteriormente, esta é a própria identidade da maioria dos que vivem nesse território, seja ainda como agricultores ou como descendentes de uma geração que migrou de vários pontos do país, que realizou ou ainda acreditam na realização de expectativas de três ou quatro décadas atrás.

### 3. CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

Segundo o Sistema de Gestão Estratégica da SDT/MDA, as capacidades institucionais se referem às condições e recursos disponíveis às estruturas organizativas do Território - considerando seu arranjo político-institucional - e às organizações autônomas da sociedade civil e de representação estatal/social, para a

gestão social das políticas públicas, bem como para a execução dos seus projetos. Especificamente, sobre as organizações de gestão dos territórios rurais, a compreensão das Capacidades Institucionais deve considerar as principais áreas de desenvolvimento institucional referidas ao território rural no marco da política de desenvolvimento rural sustentável.

As áreas identificadas para o cálculo do Índice de Capacidades Institucionais foram: Gestão do Colegiado Territorial, Capacidade das Organizações, Serviços Institucionais Disponíveis, Instrumentos de Gestão Municipal, Mecanismos de Solução de Conflitos, Infraestrutura Institucional e, por fim, Iniciativas Comunitárias e Participação. Cada uma destas áreas permite conhecer as capacidades das organizações nos territórios, bem como estabelecer diferenças entre eles (BRASIL, 2011 b).

A pesquisa de Capacidades Institucionais foi realizada em todos os municípios do Território, sendo em cada um destes entrevistadas simultaneamente três pessoas de organizações distintas que integram o CODETER, cujas repostas em consenso eram registradas num questionário específico. A análise final de Capacidades Institucionais resulta da triangulação de dados de três pesquisas: Capacidades Institucionais (Q1), Acompanhamento da Gestão do Colegiado Territorial (Q3) e Avaliação de Projetos de Investimento (Q5).

Cada indicador de Capacidades Institucionais varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que, o valor 1(um) indica maior capacidade, e 0 (zero), menor capacidade das instituições do território.

### 3.1. FATORES DE DEFINIÇÃO DAS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

O primeiro indicador que constitui o Índice de Capacidades Institucionais do Território da Transamazônica é a *Gestão do Colegiado Territorial*, porém será analisado no próximo tópico desse documento, onde se deterá em análises históricas e conjunturais, bem como de dados da pesquisa de Gestão do CODETER da Transamazônica, realização com 100% dos membros.

O segundo fator de definição das capacidades institucionais são as *Capacidades Organizacionais*, que diz respeito à aptidão para gestão que as instituições presentes e atuantes no território têm. Neste fator foram abordados

temas pesquisados somente na pesquisa de Capacidades Institucionais (Q1), que buscou num primeiro momento identificar quais segmentos realizam ações de apoio às áreas rurais do território. Pelo histórico de formação dessa região, as organizações ligadas às questões da agricultura familiar foram as mais citadas como presentes e atuantes. Outras organizações como grupos de mulheres, de jovens e religiosos também receberam significativa menção. Vale ressaltar que as ações dos grupos de jovem já foram bem mais expressivas no território, todavia, a saída de muitos jovens do campo para os centros urbanos tem enfraquecido o movimento jovem rural, que em sua maioria iniciavam sua atuação nas pastorais da juventude, um segmento da Igreja Católica que já esteve presente na maioria das comunidades rurais da Transamazônica.

Outro tema abordado foi o direcionamento das ações para a promoção do desenvolvimento, que recentemente vem sendo orientadas pelas cadeias produtivas priorizadas na Transamazônica. Dos dez municípios que compõem o território, cinco<sup>9</sup> deles foram citados como tendo suas ações de investimentos - principalmente as que são oriundas de investimento municipal - orientadas pelas cadeias produtivas do território, sobretudo pela atividade agrícola de maior expressão que é a cacauicultura.

Ainda no aspecto de incentivo ao desenvolvimento rural, a existência de acordos de venda da produção entre produtores e organizações de comercialização apontou que em cinco<sup>10</sup> municípios do território há em nível mais ou menos organizado dessa prática. Sobre a existência de instituições de prestação de serviços tecnológicos nos municípios do território, verificou-se que há um déficit, pois a instituição que está presente em todos os municípios é a EMATER, no entanto a falta de estrutura material e humana e o foco de ação orientado principalmente ao crédito não tem permitido que o órgão realize com eficiência trabalhos da referida natureza.

Outras instituições como EMBRAPA, CEPLAC, SEMAGRI, CFR e Sindicatos de Trabalhadores Rurais também foram citadas. A presença física de instituições federais em alguns municípios não garante efetiva ação no propósito de investir em pesquisa e disseminação de tecnologias, pois devido entraves estruturais, não

---

<sup>9</sup> Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas e Uruará.

<sup>10</sup> Brasil Novo, Altamira, Medicilândia, Pacajá e Uruará.

conseguem efetivar plenamente essa função. Sindicatos e CFR tem pouca atuação, sendo a maioria dos projetos desenvolvidos de caráter piloto e pontual.

Associações e cooperativas não tem um histórico de sucesso no território. Muitas foram extintas ou ainda sobrevivem para administrarem bens e dívidas, mas sem ação ao que se propuseram quando criadas. Grande parte dessas foi criada na década de 1990 somente com objetivo de acesso ao crédito, principalmente o FNO especial.

Além desta situação, é importante ressaltar que historicamente as estruturas governamentais de apoio ao meio rural sempre estiveram aquém das necessidades dos produtores, e várias ações mitigadoras, ainda com toda a limitação de infraestrutura, seria minimizada se os gestores seguissem um plano de ação fundamentado nas aptidões agropecuárias do território. Por estes motivos compreendemos que o índice alcançado por este fator de 0,498 (médio) está condizente com a realidade vivenciada (Figura 06).

Quanto aos *Serviços Institucionais Disponíveis* no território, constata-se a fragilidade existente nos municípios. As questões abordadas neste fator também estão inseridas no Q1 e se trata das instituições que disponibilizam informações comerciais e de mercado e quanto aos meios em que são divulgados. Em relação ao primeiro questionamento, seis<sup>11</sup> municípios apontaram alguma instituição realizando a divulgação de informações comerciais, sendo que na maioria, estas informações são fornecidas por órgãos de assistência técnica, SEMAGRI, STR, Sindicato de Produtores e IBGE, este último presente somente no município de Altamira. Em quatro municípios foi constatado não haver nenhuma instituição realizando esse tipo de divulgação. A forma como estas informações tem chegado à população não é diversificada, estando centrada nos programas de rádio, mas, sobretudo, na transmissão direta dos órgãos de extensão rural e em reuniões/assembleias realizadas pelo serviço de extensão e/ou STR. Apesar de não haver acompanhamento em âmbito territorial da variação dos preços dos produtos, o pouco que se tem ainda não está acessível a população, estes fatos justificam o índice de 0,258 (médio baixo) pelo indicador em questão (Figura 06).

Os *Instrumentos de Gestão Municipal* é o quarto fator de análise deste índice, sendo que o objetivo deste é identificar quais instrumentos os municípios têm ao seu dispor para o melhor desenvolvimento da gestão. O primeiro questionamento está

---

<sup>11</sup> Brasil Novo, Altamira, Anapu, Medicilândia, Senador José Porfírio e Uruará.

relacionado aos municípios possuírem cadastro de imóveis rurais, sendo que em seis foi identificado esse serviço. No que diz respeito à expedição de normas pela prefeitura com propósito de garantir a conservação dos recursos naturais apenas nos municípios de Altamira e Senador José Porfírio foram identificadas pelo menos uma ação nesse sentido. Nos demais municípios nenhuma ação foi desenvolvida nos últimos dois anos. Quanto a instrumentos de monitoramento de áreas degradadas e/ou de risco de degradação, apenas Altamira e Brasil Novo apresentaram a existência de mapas de localização.

O último questionamento constituinte deste indicador se trata das funções desempenhadas pelas Secretarias Municipais de Agricultura ou similares. Dos dez municípios, em nove foram identificadas ações, sendo as mais elencadas a assistência técnica a produtores, a formulação de projetos e a coordenação de trabalhos junto a instituições estaduais e federais. No município de Vitória do Xingu os entrevistados declararam não haver nenhuma ação sendo realizada pela secretaria em questão, isso se deve por que no período da entrevista não havia secretário nomeado, nem corpo técnico (concurado ou contratado) e espaço físico para o funcionamento da instituição.

Este indicador teve como índice 0,343 considerado médio baixo, o que se deve ao fato da maioria das Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente do Território da Transamazônica não serem prioridade para os gestores municipais, onde é corriqueira a falta de quadro técnico e até mesmo de espaço adequado para funcionamento de suas sedes. Apesar de o território ter como identidade a agricultura familiar e ter suas atividades econômicas fundamentadas no uso/exploração dos recursos naturais, a maioria das instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento dessas atividades e fiscalização sobre seu uso não estão aparelhadas suficientemente.

O território tem nas páginas de sua história algumas manchas ocasionadas por conflitos, e os *Mecanismos de Solução de Conflitos* é o quinto fator componente do índice de Capacidades Institucionais. A única pergunta constituinte deste indicador buscou identificar quais mecanismos existentes no território são utilizados pela sociedade civil para a negociação e resolução de conflitos. Das alternativas apresentadas, recorrer a conselhos comunitários, a membros da comunidade, a juízes e autoridades municipais foram as mais elencadas, sendo que para questões

ligadas a conflitos rurais foram ainda citados o INCRA, IBAMA, ITERPA, Vara Agrária, Ouvidoria Agrária e o Ministério Público.

Os conflitos existentes no território, principalmente os ligados a questão fundiária e ambiental necessitam de intervenção de esfera federal, isso se deve porque uma significativa parcela destes estão em áreas de projetos de assentamentos, terras indígenas e em unidades de conservação, quando não estão sobrepostos. O fato de atualmente existir no território, mais especificamente localizados município de Altamira, alguns órgãos federais como a Delegacia de Polícia Federal, a Procuradoria e o Ministério Público fez com que se diminuísse a sensação de “terra sem lei”. É bem verdade que para a instalação desses órgãos foram necessários que muitos perdessem a vida. A existência destes órgãos no território dá a população possibilidade de resolução ou pelo menos de explanação de suas queixas, por isso o índice deste fator foi de 0,550, considerado médio (Figura 06).

O sexto fator de formação do índice se trata da *Infraestrutura Institucional* e tem por objetivo identificar quais estruturas públicas existem e se estas tem dado condições para a promoção do desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas no território. Para o cálculo deste fator foram realizadas perguntas referentes à existência de estruturas para atividades culturais nos municípios, da existência de Secretarias Municipais de Agricultura ou similares e se essas possuíam quadro técnico efetivo, todas estas contidas no Q1.

A existência de estruturas para a realização de atividades culturais é insuficiente, sendo mais elencadas boates e casa de shows particulares e estão presentes em todos os municípios. Quanto às estruturas de responsabilidade do poder público, as quadras esportivas e praças foram as mais citadas, seguido pelos parques de exposição agropecuária, existentes em cinco municípios, e de ginásios poliesportivos, presentes em três municípios. Quanto à existência de teatros e casa de cultura apenas em Altamira e Porto de Moz foram constatados; há apenas um cinema localizado em Altamira, município que também é possuidor de outros espaços como: Espaço Cultural da Eletronorte, concha acústica, orla do cais, este último também presente nos municípios localizados as margens do Rio Xingu: Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

Quanto à existência de Secretaria Municipal de Agricultura ou similar, todos os dez municípios do território possuem, porém em apenas em seis municípios há a

presença de técnicos no quadro permanente, mas em número reduzido e com pouca ou sem nenhuma condição de trabalho, muitas vezes exercendo apenas funções administrativas.

O índice deste fator atingiu 0,625, médio alto na escala, no entanto entendemos que para melhor avaliação seria necessário a inclusão de outras estruturas/órgãos que abrangesse de forma integral o que se propõem com fator na metodologia do SGE, que é a de avaliar as estruturas existentes para a promoção de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas.

O penúltimo fator é o de *Iniciativas Comunitárias*, que buscou identificar quais tipos de projetos de iniciativa comunitária e/ou de produtores estavam sendo desenvolvidos sem o apoio de esferas de governo e, se havendo apoio governamental, qual a finalidade destes. Verificou-se que em oito municípios a maioria dos projetos desenvolvidos sem apoio governamental trata-se de projetos culturais, geralmente ligados a grupos folclóricos, seguidos por projetos com finalidade produtiva e ambiental, e por último com projetos turísticos, sendo este último apenas no município de Uruará. Nos municípios de Medicilândia e Vitória do Xingu não foram identificadas nenhuma das ações citadas.

Quando houve a parceria entre as organizações comunitárias e o governo, a atividade mais citada teve por finalidade o desenvolvimento de projetos de infraestrutura como é o caso das parcerias estabelecidas entre comunidades de agricultores e Secretarias de Viação e Obras. Neste tipo de parceria a finalidade é a construção de pontes e melhoria da trafegabilidade das estradas vicinais, onde moradores contribuem com combustível e a secretaria com maquinário e profissional responsável. Outras atividades com significativa menção foi o apoio a grupos culturais, principalmente de festas juninas; os que têm por objetivo alavancar processos produtivos já existentes, como é o caso de comunidades colaboraram com o combustível e prefeitura com trator e profissional para mecanização de áreas para plantio.

Este fator teve índice de 0,552 (médio) o que é explicado pelas parcerias existentes entre comunidade e governo. Entretanto, a maioria destas parcerias tem por finalidade a promoção de serviços que são em maior parte responsabilidades governamentais, mas diante das dificuldades enfrentadas tanto por comunitários como por gestores estas se configuram como única via de acesso a serviços tão básicos como é o direito de ir e vir.

O último fator analisado para definição do Índice de Capacidades Institucionais foi a *Participação*, calculado a partir de cruzamento de dados das pesquisas de Capacidades Institucionais e Avaliação de Projetos de Investimento, com objetivo de analisar o grau de participação das instituições no território, bem como da participação dos beneficiários de projetos locais, na sua demanda, elaboração e gestão. Quando questionados sobre a existência de protestos e/ou manifestações sociais ocorridas nos municípios, verificou-se que a maior ocorrência está ligada a questões agrárias (protestos e tomadas de prédios do INCRA, passeatas, fechamento de rodovias e etc.) ou de cunho reivindicatório como greves de servidores públicos.

Verificou-se que a participação dos beneficiários de projetos é deficitária. Os próprios membros do CODETER entrevistados pouco conhecem as fases de planejamento, execução e gestão do projeto. Por isso a resposta mais comum foi “não sabe”, o que torna complicado uma avaliação mais precisa a cerca do tema, muito embora essa falta de conhecimento já seja um indicador de baixa participação.

O fator Participação obteve índice de 0,368 (médio baixo), o segundo mais baixo da classificação (Figura 06).

O cálculo do Índice de Capacidades Institucionais do Território da Transamazônica resultou em 0,433, classificação média na escala. Embora não seja baixo, é um indicador de que essas capacidades ainda não são suficientes para consolidar ações de desenvolvimento em menor prazo.

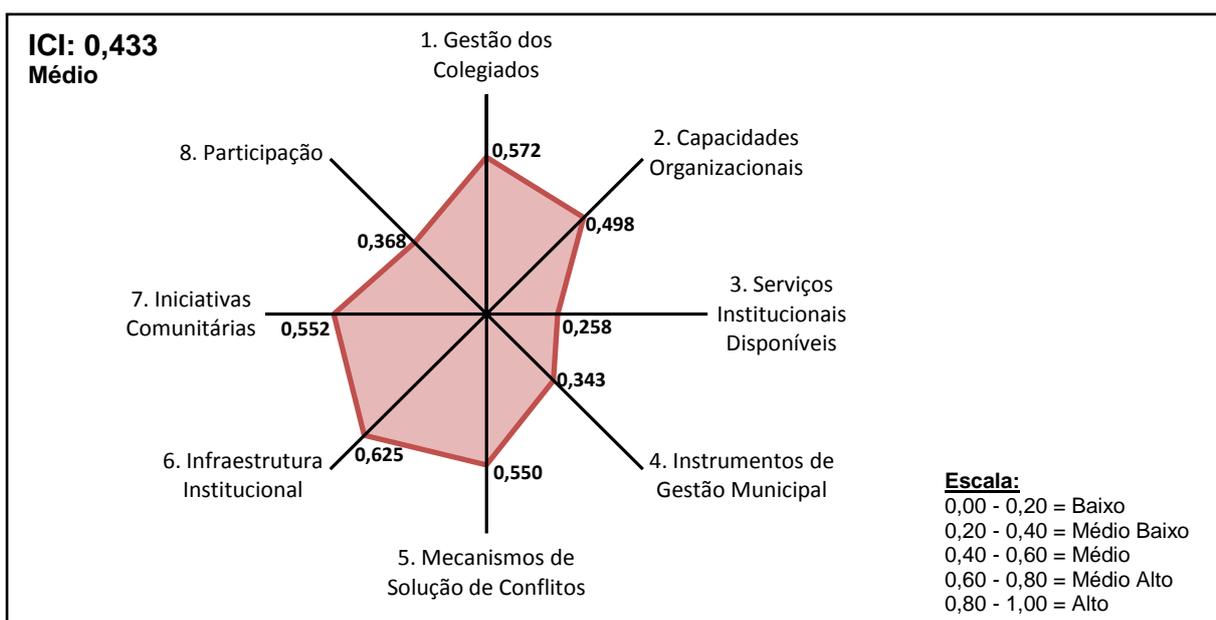


Figura 06 – Indicador de Capacidade Institucionais do Território da Transamazônica.

## **4. GESTÃO DO COLEGIADO**

### **4.1. O SURGIMENTO DO COLEGIADO TERRITORIAL**

O fórum interinstitucional hoje denominado Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER) surgiu em setembro de 2003 com criação da Câmara Técnica Territorial da Transamazônica (CAMTEC), mais conhecida como Câmara Técnica do PRONAF, cujo papel fundamental era discutir as políticas públicas de crédito agrícola e extensão rural, bem como outras políticas que diretamente apresentassem relações com essas, de modo a subsidiar as ações do Conselho Estadual do PRONAF, que era coordenado pela Secretaria Estadual do PRONAF (unidade da Secretaria de Agricultura do Pará – SAGRI).

Há princípio não havia um número exato de instituições que compunham essa Câmara; dependendo da questão a ser discutida, articulavam-se as organizações com atuação mais próxima da temática. Participavam da CAMTEC agentes públicos financeiros, órgãos federais e estaduais de extensão rural, de regularização fundiária, pesquisa agropecuária, defesa sanitária, secretarias estadual e municipais de agricultura, sindicatos, associações e cooperativas de agricultores familiares e os recém-constituídos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A partir das ações da SDT a CAMTEC deu lugar à Comissão de Instalação das Ações Territoriais da Transamazônica – CIAT, em março de 2005, incorporando mais organizações e formando uma plenária inicial com 58 representações, mantendo a representação anterior e incorporando outros segmentos como a educação, representação comercial, movimentos de mulheres, órgãos ambientais e de populações tradicionais. A partir da constituição do Regimento Interno da CIAT, organizações com baixa ou nenhuma participação foram desligadas da plenária que teve consolidada o total de 51 representantes.

Durante os primeiros três anos, a SDT apoiou financeiramente a realização de 10 grandes oficinas territoriais temáticas com espaço médio de tempo de 3,6 meses entre cada evento. Nestas oficinas, parte do tempo era dedicada à discussão de questões conjunturais da época, planejamento de atividades, apresentação e elaboração de projetos. Outra parte do tempo era destinado à capacitação dos participantes quanto a abordagem territorial do desenvolvimento, gestão social,

monitoramento e avaliação de projetos, planejamento e gestão territorial, visão de futuro, dentre outras temáticas.

Um dos principais benefícios dos espaços de formação existentes dentro das oficinas territoriais foi a redução das distâncias que haviam entre as organizações do poder público e da sociedade civil. O diálogo entre esses segmentos praticamente não havia, sendo claramente perceptível o nível de disputa em simples questões postas em debates. A título de exemplo, na primeira eleição para escolha da coordenação da CIAT havia três organizações candidatas, sendo uma pública federal, um consócio de prefeituras (logo, pública por aproximação) e uma da sociedade civil. Os representantes governamentais claramente definiram como opção de voto o setor público, enquanto os membros da sociedade, por seu lado, optaram por sua representação, empatando o número de votos em 17, sendo declarada eleita a organização da sociedade, dada a fragmentação de votos dos representantes governamentais.

Atribui-se ao espaço de formação existente nos eventos territoriais e a própria dinâmica participativa, de definição de metas e proposições conjuntas e de consulta aos diversos segmentos, como indutor de um processo dialógico dentro da CIAT, permitindo tempos depois atuação próxima de representantes de segmentos variados, rompendo a dicotomia Estado *versus* Sociedade.

#### 4.2. A CONSTITUIÇÃO DO CODETER

Em 2008, quando do lançamento do Programa Territórios da Cidadania (PTC) pelo Governo Federal, a Transamazônica passa de território rural para território da cidadania. Para os gestores do Programa se fazia necessário naquele momento a ampliação dos colegiados territoriais, incluindo organizações públicas e da sociedade de segmentos como saúde, educação, ação social, infraestrutura, cultura e lazer, comunicação, etc.. Para os colaboradores/facilitadores do Programa que estiveram no território não se justificava mais ter na Transamazônica um fórum cuja nomenclatura fazia referência a Comissão de Instalações. O discurso fazia referência a “novos tempos”, de “ações já consolidadas” e por isso, era preciso também “evoluir”.

Com o lançamento do PTC em Altamira, em abril de 2008, foi criado o Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica (CODETER) tendo ampliado a plenária em cerca 240%, passando de 51 para 174 organizações. A ampliação desordenada desse fórum, provocada, num primeiro momento, por um grande impacto político, dada a magnitude do programa e áreas de atuação, apresentaram resultados negativos quando analisadas as relações interinstitucionais que sucederam àquelas construídas no âmbito da CIAT, as estratégias utilizadas para definição das demandas e projetos territoriais, bem como a forma como se dava a gestão do próprio Colegiado.

Problematizando, no período de 2003 a 2008 as organizações que compunham a CAMTEC e posteriormente a CIAT tiveram trajetória de embates, disputas de projetos e ideologias, mas, sobretudo, tiveram largo período de concertação de interesses, de amadurecimento político, em alguns casos construção de parcerias para apoios a projeto comuns. Houve avanços significativos em processos de diálogos entre organizações de segmentos variados, principalmente entre o setor público e a sociedade.

Os projetos territoriais apoiados via PROINF, eram debatidos e elaborados a partir de uma demanda territorial, salvo poucos casos de demandas pontuais em municípios, mas que apresentavam relações com a conjuntura do território.

A participação das organizações membros do Colegiado era aproximadamente 80%, com média baixa de rotação entre representantes, embora nunca tenha sido exitosa a definição de titulares e suplentes, principalmente de órgão colegiados como Conselhos de Desenvolvimento Rural que possuíam disputas políticas internamente em seus municípios.

Logo, o apoio logístico da SDT/MDA para a realização de frequentes encontros e a formação dos representantes, bem como o esforço das entidades no sentido de apropriar-se do espaço criado para debater políticas públicas e problemas comuns resultados da conjuntura da época, possibilitou a construção de um sentimento de pertencimento e uma espécie de cultura de organização. Claro que com suas diferenças políticas e ideológicas, como é comum em qualquer fórum de pessoas ou organizações públicas e não públicas.

A partir do PTC houve uma quebra nessa trajetória do Colegiado Territorial da Transamazônica. O Programa apresentava relação de 56 ações a serem realizadas, ainda em 2008, por 15 ministérios ou secretarias especiais do Governo Federal que

totalizavam quase 400 milhões de reais (Tabela 05). O montante de recurso do programa despertou o interesse de grande número de organizações que visualizaram a possibilidade de execução dos seus projetos, sejam amplos ou pontuais, mas também despertou o interesse de políticos locais e prefeituras num ano eleitoral, dados os investimentos principalmente em infraestrutura.

Tabela 05 – Matriz de ações do PTC para o Território da Transamazônica no ano de 2008.

TEMA	Nº. AÇÕES	VALORES (MILHÕES DE R\$)
Organização Sustentável da Produção	22	111,8
Direitos e Desenvolvimento Social	5	48,3
Saúde, Saneamento e Acesso à Água	9	1,5
Educação e Cultura	7	2,4
Infraestrutura	5	228,9
Apoio à Gestão Territorial	5	0,5
Ações Fundiárias	3	3,8
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>397,2</b>

Fonte: MDA (2008)

O primeiro e árduo desafio encontrado foi metodológico: organizar o grande volume de demandas que suscitava a partir do PTC. Definir as demandas a partir dos membros da Plenária de cada município? Definir nos municípios com maior número de participantes e encaminhar para o CODETER? Ações definidas de acordo com área de atuação das organizações? Quem organiza, sistematiza e elabora o projeto territorial?

Concomitantemente surgiram outras questões, melhor dizendo, dúvidas. Com quem buscar informações sobre o programa? Os ministérios possuem (iam) plenos conhecimentos das ações postas na matriz? Como apresentar uma demanda ou projeto pra determinada ação prevista? Grande parte dessas questões ainda hoje não foi esclarecida.

Em termos gerais, o processo de articulação, definição de metas e elaboração do projeto territorial não foram satisfatórios. Em termos qualitativos, o projeto territorial daquele ano, que seria apoiado pelo PROINF, foi o de menor qualidade entre todos os projetos até então apresentados. Tanto é verdade que o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, decidiu pelo não financiamento.

Embora recém criado, o CODETER nascera com conflitos e fortemente desarticulado. A partir de 2008, reduziu significativamente o número de assembleias da plenária territorial, muito em função, também, da redução no apoio financeiro da

SDT/MDA para realização dos eventos, haja vista que todas as reuniões anteriores tiveram custeios integrais dessa fonte. As assembleias gerais do CODETER passaram, então, a ter intervalos superiores a 12 meses, limitando no período às pequenas reuniões do Núcleo Dirigente, ampliadas para algumas organizações que compunham o Núcleo Técnico.

Outros dois elementos potencialmente desmobilizadores do CODETER Transamazônica são o baixo índice de execução dos projetos territoriais e a constatação de que a maioria absoluta das ações existentes nas matrizes anuais do Programa Territórios da Cidadania era de execução direta dos organismos estatais, transferências automáticas, que já seriam executadas com ou sem o programa. Constatou-se também que grande parte das políticas propostas possuía outro foro de decisão, resultando em não legitimidade do CODETER para discuti-las ou simplesmente, quando feito, suas proposições se quer eram consideradas. Como exemplo pode-se citar o caso do Programa Luz para Todos.

Furtar-nos-emos, pois, de análises do PTC e seus resultados no Território da Transamazônica, haja vista não ser esse espaço adequado para tal.

#### 4.3. A RECOMPOSIÇÃO DA PLENÁRIA DO CODETER

A constatação da desmobilização de elevado número de organizações do CODETER levou o Núcleo Dirigente a iniciar, em novembro de 2010, processo de recomposição da Plenária, tendo como meta primeira redução sistemática do número total de organizações afiliadas, limitando em cinco ou seis os representantes cujas ações tinham como foco apenas os municípios, acrescentando outras organizações com ações intermunicipais ou em todo o território.

A recomposição resultou em redução do total de organizações na Plenária em aproximadamente 160%, sendo formado atualmente por 67. Destas 60% são da sociedade civil e 40% do poder público (Figura 07 A).

Dentre a representação governamental o poder público municipal possui maior número de representantes (24%), seguido da representação federal (10%) e estadual (6%) (Figura 07 B). A representação governamental, vez ou outra, pode ser acrescida em virtude de os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável encaminharem representantes de seu quadro governamental.

Normalmente esses são presididos pelos Secretários de Agricultura, que em algumas situações atuavam no CODETER como representante do CMDRS e indicava outra pessoa, geralmente um técnico, para representar a secretaria. Desse modo, imediatamente se teria duas pessoas com mesmo interesse ou deliberação.

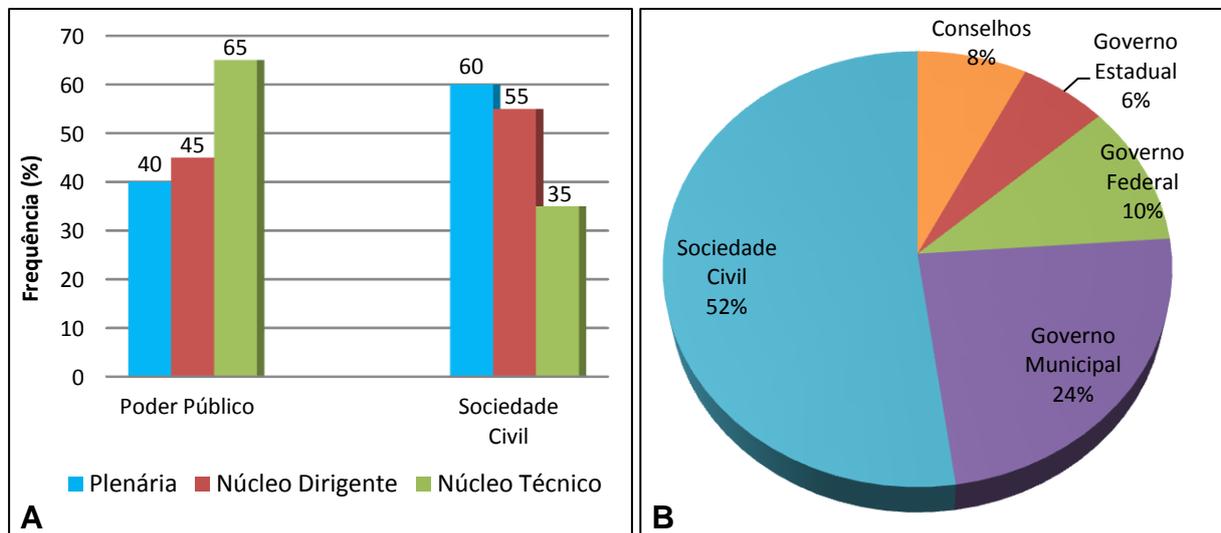


Figura 07 – Composição da Plenária do CODETER da Transamazônica

Outras duas instâncias do CODETER são os Núcleos Dirigente e Técnico. O Núcleo Dirigente é sempre coordenado pela organização coordenadora do CODETER, sendo o biênio 2011/2012, a Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP, que ocupa o posto pela segunda vez. O Núcleo Técnico, no período citado, é coordenado pela UFPA Campus de Altamira. Nessas duas instâncias é bastante significativa a representação da sociedade civil, no entanto é no Núcleo Técnico que as organizações do poder público apresentam maioria, muito em função das instituições de ensino, pesquisa, extensão e da administração pública (Figura 07 A).

#### 4.4. A GESTÃO DO COLEGIADO

O CODETER da Transamazônica apresenta características de gestão compartilhada, sendo grande parte das decisões tomadas por um grupo de organizações ou mesmo deliberadas pela plenária territorial. Embora estatutariamente as organizações possuam mesma capacidade de articulação e decisão dentro da plenária, percebe-se que o processo de tomada de decisões está centrado principalmente nas entidades com maior poder político, representativo e

organizativo, sendo sua decisão suficiente para agregar uma série de adesões. Portanto, estas se caracterizam como organizações com maior capacidade de decisão.

Muito raramente o poder de decisão suscita de organizações com área de atuação e intervenção em um município. Verifica-se que esta capacidade de agregação parte, principalmente, de organizações tanto do poder público como da sociedade civil com atuação territorial ou até extra território. São organizações que cotidianamente congregam ou mesmo possuem forte afinidade política com várias outras entidades.

Na pesquisa realizada com 100% das organizações que compõem a plenária territorial, que objetivou avaliar a visão de cada uma sobre a gestão do CODETER, e verificou-se que as próprias organizações reconhecem a baixa capacidade de decisão dos representantes das prefeituras municipais, inferior inclusive às representações de comunidades tradicionais que raramente participam do CODETER. Em oposição, a pesquisa revelou que são consideradas organizações com maior capacidade de decisão as representações das entidades colegiadas (ligadas à agricultura familiar), a universidade e movimentos sociais, (Figura 08).

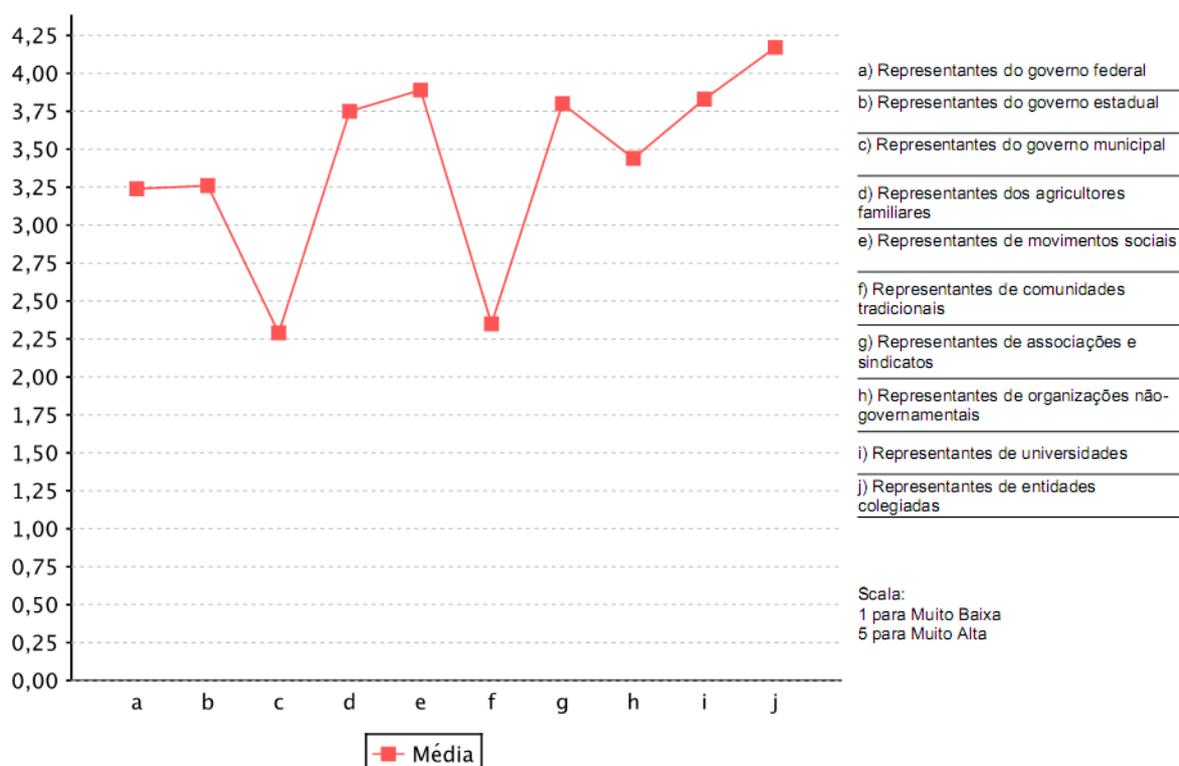


Figura 08 – Avaliação das organizações do CODETER quanto a capacidade de decisão de cada seguimento membro.

Como as organizações do CODETER possuem aproximações políticas com outras organizações ou mesmo representam específicas categorias sócio-políticas, verificou-se que boa parte das respostas ao instrumento de pesquisa surgiu como afirmação política da organização dentro da plenária territorial ou com intuito de privilegiar representações com afinidades políticas, sendo essas afinidades – no período da pesquisa – mais de cunho político-partidário, polarizadas principalmente pelas siglas PT x PSDB, do que no dualismo governamental x não governamental que havia no princípio da composição da Plenária territorial.

Analisando as temáticas tratadas no Colegiado, constatou-se que as questões relacionadas ao “meio ambiente” estavam – e deverá permanecer por um bom período – em destaque, principalmente pela conjuntura ambiental que passa esse território, fortemente caracterizado como fronteira agrícola de franca expansão. O modelo de exploração agropecuária baseado principalmente pela supressão de florestas para introdução de cultivos agrícolas e principalmente pastagens tem provocado significativas mudanças na paisagem. Casos como dos municípios de Brasil Novo e Vitória do Xingu em que a paisagem aproxima-se de municípios das regiões do Centro-Sul do Brasil, caracterizada por poucas ilhas de florestas entre extensas áreas desflorestadas que deram origem aos pastos para criação de gado bovino.

As questões ambientais também têm exercido forte influência na economia dos setores agropecuários e florestais, em políticas públicas de crédito agrícola, fundiária, bem como em segurança pública na Transamazônica e Xingu (embora relevantes tais questões não serão aqui tratadas por não ser o foco do debate). Como apresentado na Figura 09 outras questões frequentemente tratadas no CODETER são *Projetos* para agricultura familiar, principalmente voltados à *Infraestrutura*, *ações de Planejamento* e política de *Reforma agrária*.

Em oposição, questões sobre *Saúde*, *Assuntos políticos*, *Segurança*, *Justiça*, *Gênero*, *Raça* e *Etnia* raramente são tratados nas reuniões do CODETER. Embora apareça com menos ênfase os temas *Cultura* e *Lazer*, verificou-se que jamais tais temáticas entraram nas pautas das assembleias do Colegiado.

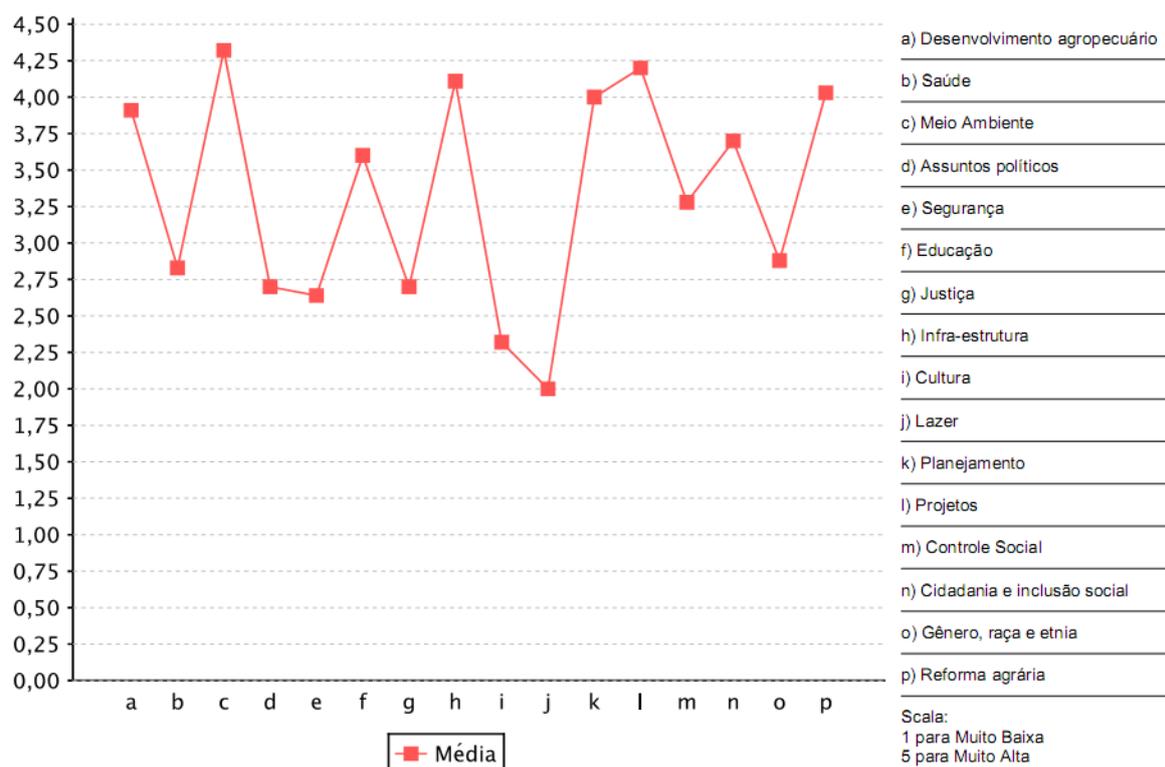


Figura 09 – Frequência de temas tratados no CODETER.

Investigando as questões que prejudicam o desempenho do CODETER, constatou-se que a “pouca participação dos gestores públicos”, especificamente os municipais, apareceu com maior realce (Figura 10). A importância da participação deste segmento se dá, principalmente, por serem as prefeituras quem detém maior poder de influência, controle e operacionalização das políticas públicas em nível local.

No caso do Território da Transamazônica, está registrada apenas a participação da prefeita do Município de Medicilândia (gestão 2005-2008) em três reuniões do Colegiado, em ocasiões específicas que se discutiam a elaboração, aprovação e implementação de dois projetos para aquele município. Ressalta-se que aquela participação foi de grande valia para o Colegiado, que encontrava ali segurança para aprovação dos projetos e o comprometimento da prefeitura de que eles seriam executados – embora até os dias atuais apenas um destes tenha sido executado em sua plenitude. Outras rápidas e pontuais participações de gestores municipais em ações do Colegiado estão limitadas às cerimônias de entrega de equipamentos de projetos territoriais ou de grande evento como o lançamento do Programa Territórios da Cidadania. Não se registra, portanto, nenhuma outra participação de gestores públicos em reuniões do CODETER, com função de propor, demandar projetos ou mesmo debater questões relevantes para seus municípios.

Embora a pesquisa identifique a “baixa participação dos produtores” como segundo problema que mais compromete o desempenho do Colegiado, verifica-se que a própria estrutura de composição construída para o CODETER limita a participação desses atores, possibilitando apenas a participação das entidades que os representam. De fato, a participação de produtores é baixa, mas tão quanto é a participação de populações tradicionais. No caso de indígenas, por exemplo, embora a Transamazônica seja um dos territórios com maior número de etnias e povos, a participação, mesmo de representantes, chega a ser nula.

Se regimentalmente o Colegiado tem como atribuição principal apoiar a implementação de ações que visem o fortalecimento e a consolidação da produção familiar rural, presume-se então que a baixa participação desses atores deveria influenciar negativamente no desempenho do Colegiado. Embora assegurada a participação de representantes dos agricultores familiares através de entidades de classe e outros movimentos sociais, a atuação política cotidiana, a luta pela firmação e manutenção do grupo político e as manutenções duradouras – quase perpétua – de lideranças no seio dessas entidades, podem resultar em discursos destoados da realidade. Deste modo, as proposições das lideranças podem também não ilustrar os interesses e as demandas dos representados.

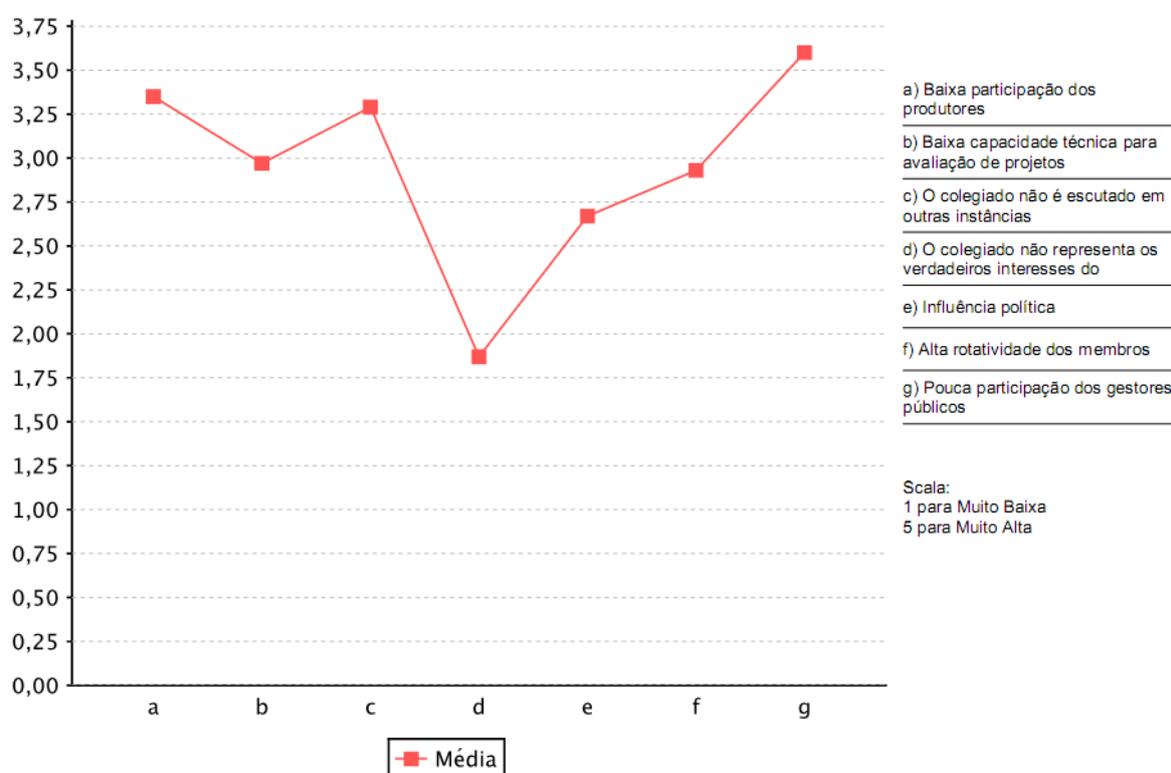


Figura 10 – Frequência dos problemas que prejudicam do desempenho do CODETER.

Como abordado anteriormente, foi constatado na pesquisa que os membros do CODETER têm o sentimento de que o “Colegiado não é escutado em outras instâncias”. Há vários anos essa questão é debatida no âmbito da Plenária territorial e tem sido inclusive geradora de conflitos, dada a constatação de pouca autonomia ou legitimidade para intervir em várias políticas públicas importantes. Tal questão apresenta-se como potencialmente desmobilizadora do Colegiado, influenciando negativamente com sua gestão. Também influencia diretamente no nível de participação dos membros, assim como contribui para “alta rotatividade dos membros”.

Quando questionados se “o colegiado não representava os interesses do Território” verificou-se que essa variável apresentou menor escala de significância, haja vista que todas as questões debatidas no âmbito do colegiado são importantes para o desenvolvimento do Território. Mesmo que tais ações demorem ou não sejam concretizadas, mesmo que a autonomia e legitimidade para debater e intervir nas políticas sejam reduzidas, o processo de articulação e envolvimento político das várias entidades é fundamental para emancipação das organizações, bem como a construção social de uma nova realidade.

O cálculo do índice de Gestão do Colegiado apresentado na Figura 06, do tópico anterior – Capacidades institucionais – destaca a Gestão do CODETER Transamazônica valor médio (0,572), ou seja, indica a necessidade de (re)avaliação, principalmente no quesito estímulo a participação e construção de corresponsabilidades.

## 5. AVALIAÇÃO DE PROJETOS

A ação orçamentária “Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços” (PROINF), é um componente do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), e tem por finalidade o financiamento de projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (BRASIL, 2011 c).

O PROINF vem sendo executado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) desde o ano de 2003 em parceria com os colegiados territoriais, sendo estes os responsáveis pela definição dos eixos estratégicos para o desenvolvimento dos territórios, assim como por priorizar os projetos que atendam as demandas de investimento e custeio que possam contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios.

Os PROINF não são nada mais do que o reflexo das intenções do território firmadas no PTDRS, este construído a partir da identificação das limitações/necessidades territoriais. A partir da sua construção inicia-se um longo processo de busca pela implementação das ações necessárias ao desenvolvimento territorial, e neste percurso o PROINF é uma das vias de acesso à concretização das metas estabelecidas no plano.

Dentre os projetos implementados no Território da Transamazônica, apenas um encontra-se na fase de concluído, que é o tipo em avaliação neste momento. Desta forma, o projeto avaliado e aqui discutido se refere a “Ampliação da área de produção de sementes de cacau da Estação Experimental da CEPLAC (lavoura seminal e clonal)”. Este projeto foi apresentado a SDT no ano de 2006, tendo o início de sua execução em julho de 2007 e término em dezembro de 2008, sendo executado pela Prefeitura Municipal de Medicilândia (PMM), com montante financeiro de R\$198.000,00.

Para a obtenção dos índices a serem apresentados posteriormente foram aplicados três questionários, sendo entrevistado um representante da instituição executora (PMM), um representante dos beneficiários (agricultor) e um integrante do Núcleo Técnico.

## 5.1. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE PROJETO DE INVESTIMENTO

Para a devida avaliação do referido projeto foram avaliadas quatro etapas: 1) Fase de planejamento; b) Fase de execução; c) Avaliação e d) Indicadores gerais de gestão. Desta forma as 62 perguntas do questionário são componentes de sub-indicadores, que por sua vez compõem o índice geral das quatro fases.

Os valores dos indicadores seguem a referida classificação:

- 0,80 - 1,00 = Ótimo
- 0,60 - 0,80 = Bom
- 0,40 - 0,60 = Regular
- 0,20 - 0,40 = Ruim
- 0,00 - 0,20 = Crítico

### 5.1.1. Fase de Planejamento do Projeto

A fase de planejamento engloba a definição da área de intervenção, o diagnóstico e a formulação de propostas. Este indicador é composto por cinco eixos: a) participação dos beneficiários na fase de planejamento; b) capacidade de planejamento; c) atividades socioeconômicas atendidas; d) papel das organizações locais no planejamento e, e) organizações locais apoiadas, onde se encontram avaliadas quatorze perguntas.

De acordo com a Figura 11, o índice deste indicador é ruim, o que equivale numa escala de 0 (zero) a 1 (um), valor de 0,384. Para melhor compreensão deste índice nos deteremos a apresentar e discutir os elementos que contribuíram para a formação deste índice.

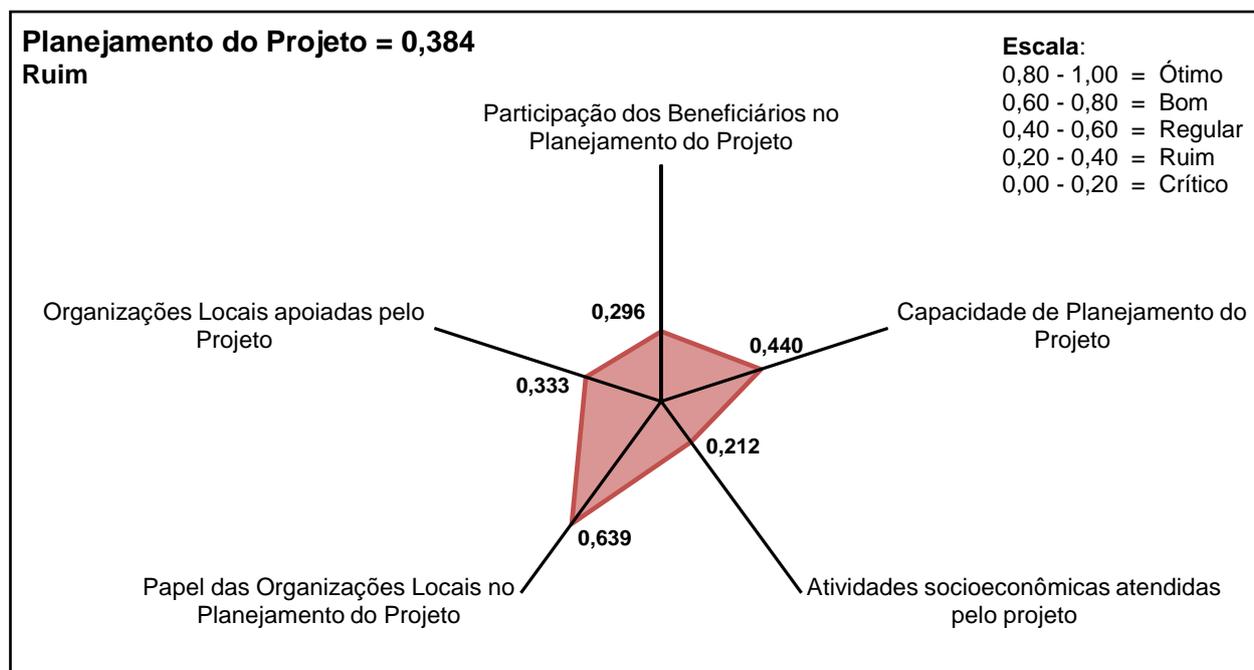


Figura 11 – Avaliação da fase de planejamento do projeto.

Sobre a avaliação acima descrita verificou-se que não houve consenso entre os entrevistados sobre a *participação dos beneficiários na fase de planejamento do projeto*. Constatou-se que os únicos beneficiários a participar foram àqueles agricultores que no período estavam afrente dos STTR, ou seja, os representantes de uma categoria. Dois dos três entrevistados também não sabem as circunstâncias de como o projeto foi definido, elaborado e aprovado.

Como o projeto em epígrafe está voltado à cadeia produtiva do cacau, os entrevistados destacaram que possibilitará o aumento da capacidade produtiva do setor, com apoio a ampliação de área plantada, geração de produtos tecnológicos, aumento na produtividade com adoção de sementes de qualidade.

Não houve nenhum estudo técnico sobre demanda e a viabilidade econômica do empreendimento, no entanto o conhecimento empírico das lideranças sobre a conjuntura dessa cadeia produtiva no território foi o que fundamentou elaboração da proposta, sendo confirmada a demanda e a viabilidade do projeto no estudo realizado do Calvi et al. (2010).

Com relação ao *papel das organizações locais no planejamento do projeto*, verificou-se que coube ao Colegiado o desenho e definição dos componentes do projeto, elaboração, aprovação e avaliação da proposta. Quanto *as organizações locais apoiadas pelo projeto*, verificou-se que os empreendimentos autônomos serão diretamente fortalecidos, visto que o projeto se propõe a ampliar um campo de

produção de sementes, cuja distribuição será diretamente aos agricultores familiares do território, não contemplando prioritariamente formas associativas.

### 5.1.2. Fase de execução do projeto

Esta fase se dedica a identificar e compreender os níveis de *participação dos beneficiários na fase de execução*; *capacidade de execução*; e *nível de funcionamento*. O índice deste indicador foi de 0,443, considerado regular, conforme se observa na Figura 12.

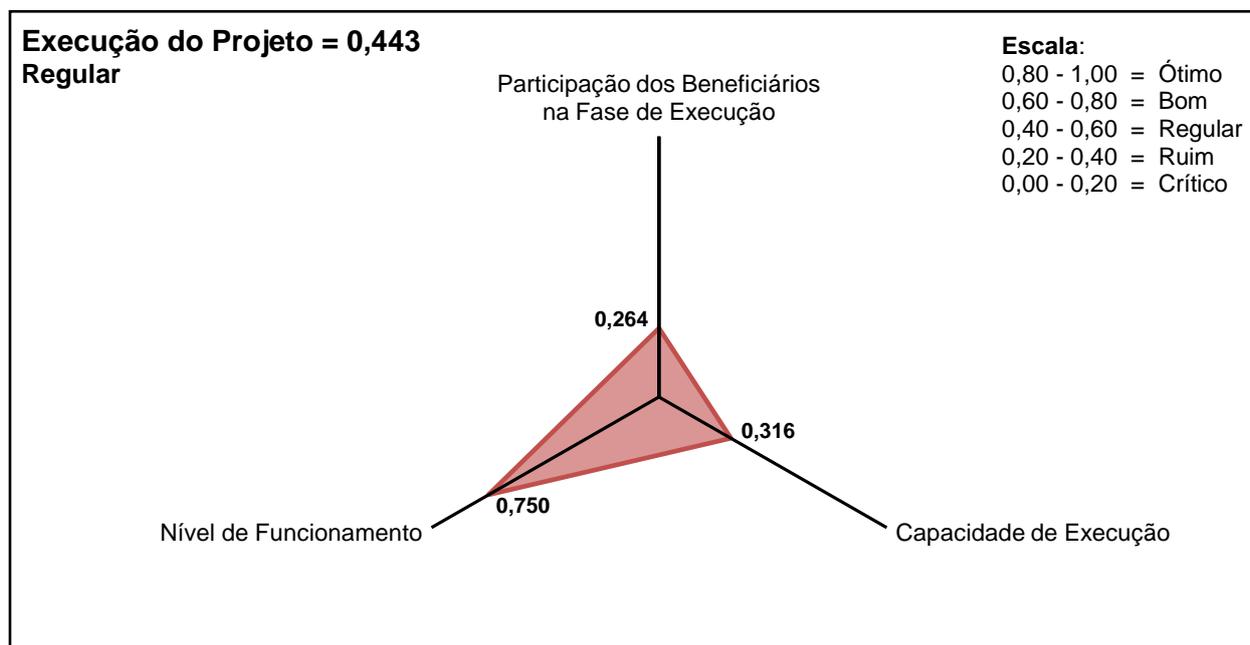


Figura 12 - Avaliação da fase de execução do projeto.

O eixo *participação dos beneficiários na fase de execução do projeto* que teve índice de 0,264, classificado como ruim. Tal classificação se deve ao fato de não ter havido maior participação dos beneficiários nas fases de execução do projeto, nem sobre as suas metas. O acompanhamento do processo ocorreu principalmente por monitoramentos realizados pela entidade executora (Prefeitura), técnicos do agente financeiro (Caixa Econômica Federal) e raros monitoramentos pelo Colegiado. Sobre a gestão do empreendimento verificou-se não haver um processo claro instalado, no entanto, como foi executada a ação e repassada à CEPLAC, até o momento, é essa entidade quem é responsável por geri-lo.

O projeto avaliado não possui capacidade ociosa, apresenta o índice de 0,750 considerado bom. Deve-se ao fato de a estrutura construída e preparada, bem como os equipamentos adquiridos está em pleno uso.

### 5.1.3. Fase de avaliação do projeto (indícios de impacto)

A fase de avaliação ou de indícios de impacto procura identificar a abrangência dos resultados, das atividades promovidas, o nível de funcionamento do projeto, gerenciamento do empreendimento e comparação entre os resultados previstos e alcançados por eles. De acordo com a Figura 13 este indicador foi classificado como ruim (índice 0,247). São componentes deste indicador quatros eixos: a) públicos atendidos pelo projeto; b) impactos positivos na qualidade de vida dos beneficiários; c) tamanho do mercado coberto pelo projeto e d) impactos positivos nas condições sociopolíticas e econômicas territoriais.

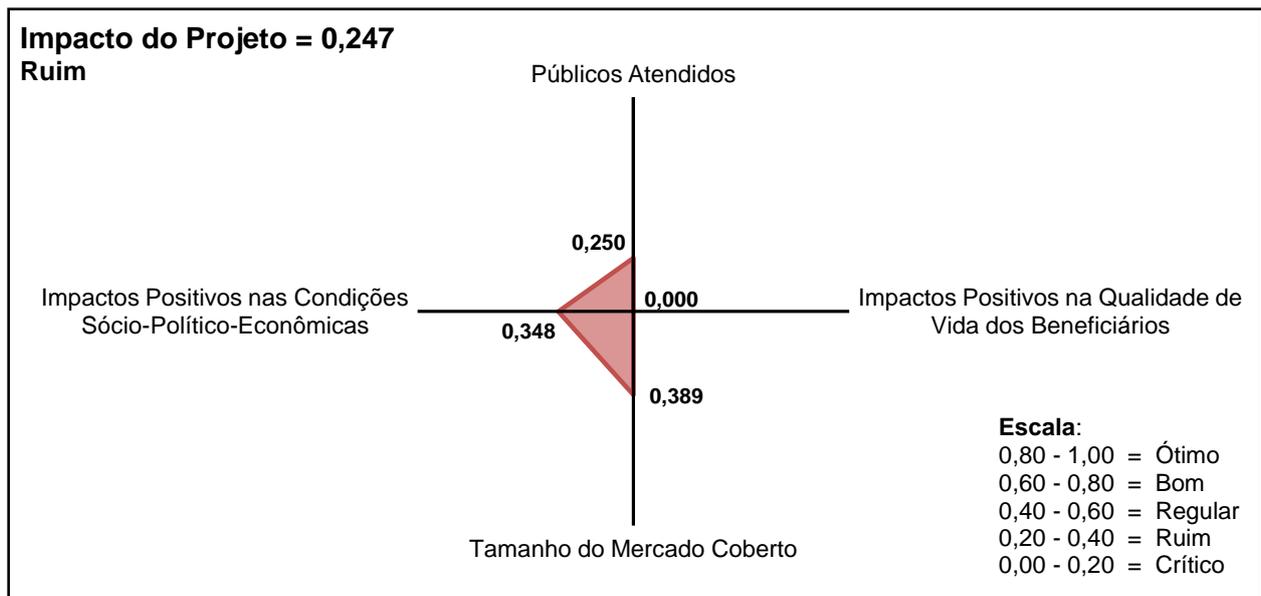


Figura 13 – Indícios de impacto do projeto.

Quanto ao *público atendido pelo projeto*, a classificação desse eixo apareceu como ruim (índice 0,250). Segundo os entrevistados o público beneficiado é principalmente agricultores familiares da colonização antiga e de assentamentos de reforma agrária, e em menor proporção pescadores/ribeirinhos, mulheres e jovens.

Quanto ao indicador *impactos positivos na qualidade de vida dos beneficiários*, não foi possível fazer tal avaliação, pois os entrevistados não souberam informar às proporções em que os beneficiários estavam sendo

atendidos, nem sobre a incidência de impactos causados pelo projeto. No entanto, todos foram enfáticos ao destacar a importância social e econômica do projeto para o desenvolvimento da cacauicultura no Território da Transamazônica. Como se trata de expansão do campo de produção de sementes híbridas de cacau, a lavoura implantada ainda não atingiu maturidade produtiva, por ser tratar de um cultivo perene cujo período de produção inicia-se a partir de terceiro ano. Como não se trata de um indicador de fácil análise, poder-se-ia monitorar a escala de distribuição de sementes, os beneficiários e a ampliação da lavoura cacauieira no território a partir de 2012, quando esta área de produção de sementes atingirá maturidade produtiva.

O indicador *impactos positivos nas condições sociopolíticas e econômicas do território* obteve índice de 0,348, também classificado como ruim. Uma questão tratada nesse eixo refere-se às mudanças que ocorreram no território após a implementação do projeto. Sobre esse ponto, os entrevistados destacaram todas as alternativas (vantajosas) dadas no questionamento. Como o projeto ainda não se encontra com capacidade total de funcionamento, dada o período de formação do campo de produção de sementes, entendemos que a maioria destes aspectos foi citada equivocadamente, visto a lógica do tempo de implementação do projeto e do acesso pelos beneficiários. Em relação aos ganhos institucionais após o projeto ainda é prematuro apresentação de informações precisas, porém, os entrevistados corriqueiramente se reportam aos benefícios futuros, o que está fortemente ligado a grande demanda existente das sementes.

#### **5.1.4. Indicadores gerais de gestão do projeto**

Este último grupo de indicadores agrega resultados de alguns eixos dos indicadores anteriores e foca-se em quatro variáveis chaves para a gestão territorial de projetos: a) índice de participação dos beneficiários na gestão do projeto; b) índice de capacidade de gestão do projeto; c) índice de variação do perfil do público apoiado e atendido pelo projeto e d) impactos positivos para o desenvolvimento do projeto.

Como pode ser visualizado na Figura 14 os Indicadores Gerais de Gestão do Projeto obteve índice de 0,292, portanto, também classificação é ruim. Abordaremos

de forma sucinta os valores alcançados pelos índices componentes deste grupo de indicadores.

A *participação dos beneficiários* tanto na fase de planejamento como na de execução do projeto é deficitária, tendo alcançado índices ruins, isso se deve ao fato de não ter havido suficiente informação a cerca das fases de construção, assim como ausência dos beneficiários na implantação e monitoramento. Alcançando mesmo índice a *capacidade de gestão do projeto* também se mostrou ineficiente, dado o pouco acompanhamento da execução do projeto.

O índice de *variação do perfil do público apoiado e atendido pelo projeto* também obteve classificação ruim, principalmente pela baixa capacidade instalada de atendimento a demanda existente por sementes de cacau. Como o projeto ainda não atingiu a sua capacidade plena de execução a *conquista e expansão a novos mercados* ainda ocorreu.

Quanto ao indicador *impactos positivos para o desenvolvimento do projeto*, foi o que obteve pior índice (crítico - 0,187). No tópico em questão, ainda que os entrevistados não soubessem de diversas questões abordadas no eixo, é preciso pontuar que a maioria destas está relacionada à mudanças mais amplas na vida dos beneficiários, o que não houve por motivos já mencionados e pela própria característica do projeto.

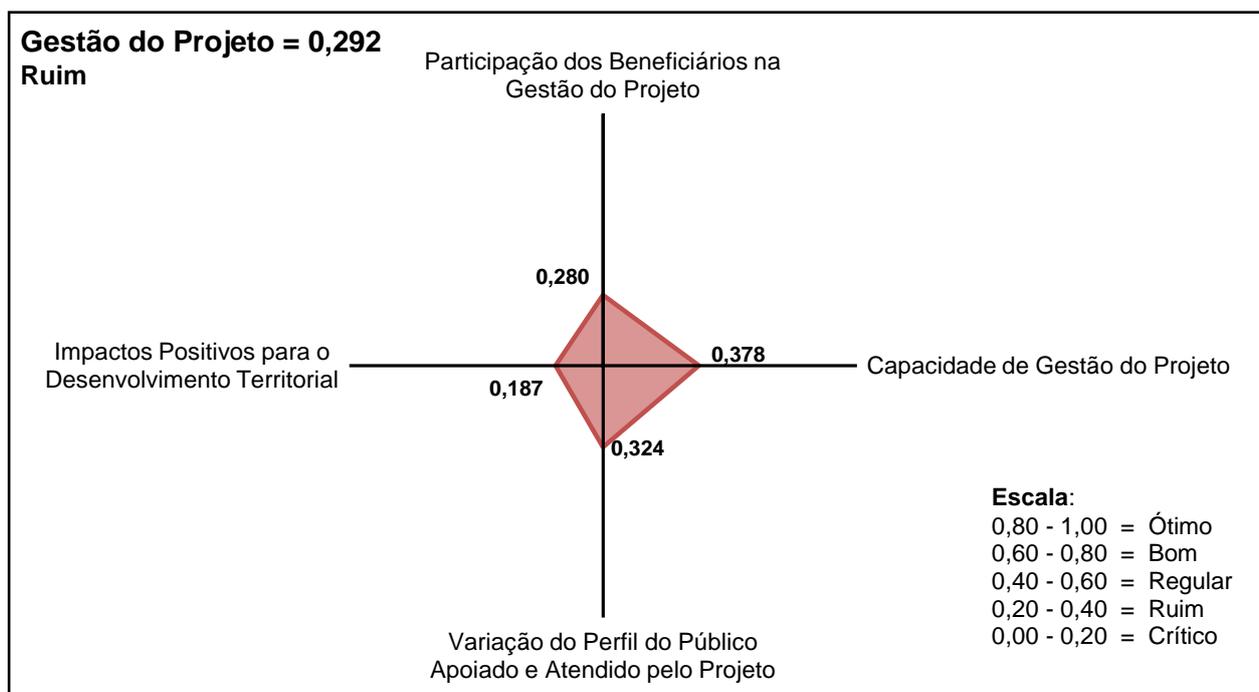


Figura 14 - Indicadores de gestão do projeto.

De forma geral, o resultado da avaliação do projeto em questão é regular, pois em nenhum dos indicadores analisados foram além dessa escala, sempre variaram entre o ruim e o regular, tendo a fase de execução do projeto a melhor classificação (0,443 – regular).

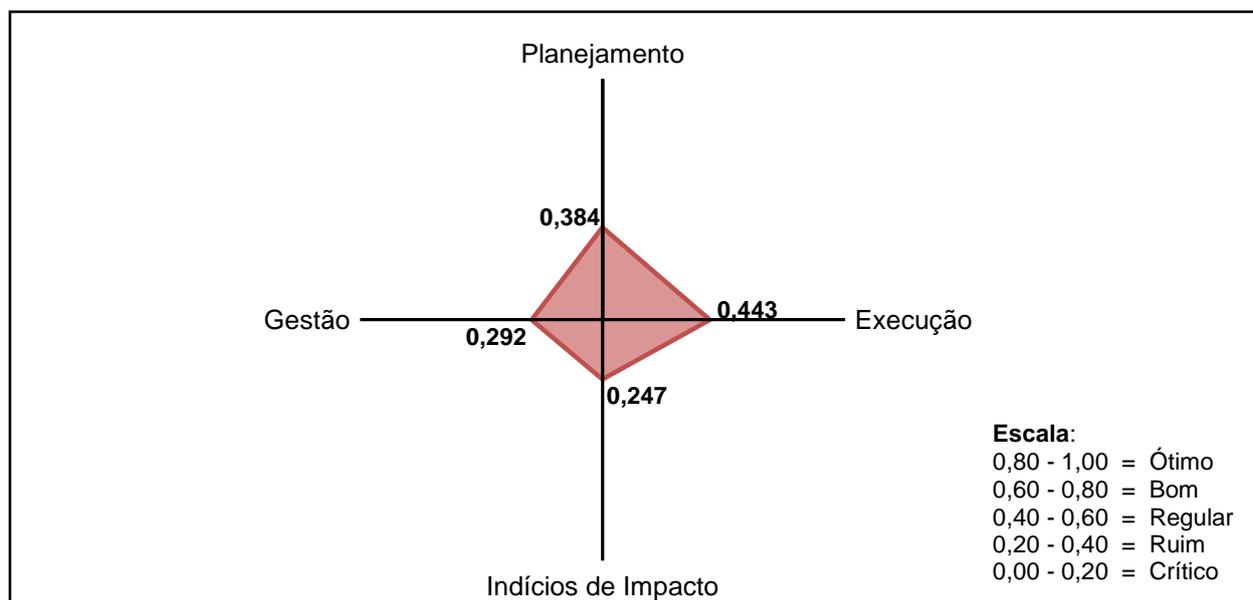


Figura 15 - Quadro geral de indicadores do projeto.

Sobre as avaliações acima descritas, algumas considerações se fazem necessárias. Quando analisamos os resultados obtidos, concluímos que devido os objetivos do projeto e o tipo de instrumento utilizado, parece não haver resultados satisfatórios quanto à ação do projeto. O fato do projeto está inserido dentro de uma cadeia produtiva, não faz dele um guarda-chuva de soluções para os problemas relacionados a um sistema mais complexo que é a unidade de produção, as ações estruturantes que devem dá suporte a continuidade das fases posteriores a distribuição de sementes, assim como as políticas públicas que promovam a constante melhoria das cadeias produtiva no território.

Outro ponto a ser destacado é sobre a execução/gestão do projeto por uma prefeitura municipal, sendo esta a única prefeitura a executar PROINF no território. A principal dificuldade enfrentada pelas prefeituras do território é a inadimplência, situação que todos os municípios se encontram no momento.

Na ocasião da execução do projeto em análise, a gestão municipal do período empenhou-se fortemente para manter o município adimplente, por isso o projeto fora executado. Com relação à avaliação ter ocorrido em uma gestão posterior a da que

executou o projeto, constatou-se dificuldades dos entrevistados responderem as questões, por isso supomos que possa ter comprometidos os resultados.

Não só os respondentes da executora, como também o representante dos beneficiários demonstraram não ter muita clareza a cerca das fases de planejamento e de avaliação do projeto. Salientamos que as instituições territoriais, principalmente as prefeituras têm significativa dificuldade de elaboração, execução e gestão de projetos.

## **6. INDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA – ICV**

Os conceitos, categorias e paradigmas nas Ciências Sociais não apenas sintetizam análises, interpretam realidades e balizam pesquisas e estudos, mas constituem também um mote para ação coletiva em uma ciência não positiva. Neste sentido, o conceito de qualidade de vida tem sido estudado predominantemente nas Ciências Sociais em formas de diagnóstico, ou voltados para um enfoque, de mensuração, ou balizadora para outras pesquisas, mas se recente ainda de pouca intervenção. Propõem-se como fio condutor em nossas análises neste documento, que o conceito de qualidade de vida passe a ser um instrumental sociológico, um campo não só de estudos, mas de intervenção, definido pelo estudo substantivo, descritivo e normativo, das condições de vida social, econômica e ambiental dos agricultores.

### **6.1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA**

Um dado importante e como elemento para novas ações de políticas públicas revelam que 62.11% dos entrevistados, estão acima de 40 anos, o que pode ser um indicativo da ausência de jovens na agricultura familiar e o envelhecimento das áreas rurais. Várias pesquisas das ciências sociais, econômicas agrônômicas e florestais tem reforçado essa tese.

Os idosos são a parcela da população que mais estão crescendo em quase todos os países do mundo, e no Brasil não é diferente, dado o aumento da expectativa de vida e o declínio da fecundidade nos países em desenvolvimento. Segundo alguns censos, a participação relativa do grupo populacional acima de 60 anos no total da população do Brasil, era de 6,2% em 1960 e subiu para 19,8% em 2000, indicando que para cada 100 jovens com menos de 15 anos existem, aproximadamente, 20 pessoas com 65 anos ou mais.

A Pesquisa Nacional por Domicílios (PNAD 2009) investigou 399.387 pessoas em 153.837 domicílios por todo o país a respeito de temas como população, migração, educação, trabalho, família, domicílios e rendimento. Os indicadores sociais em relação ao envelhecimento da população brasileira o destaque está na renda dos aposentados. Alguns dos dados são importantes para a reflexão:

- Aproximadamente 13,8 milhões de idosos brasileiros chefiavam famílias. Destas 57,3% eram homens. Dos 23,8% de idosos que estavam na condição de cônjuges, 81,4% eram mulheres.
- Em aproximadamente 6,2 milhões de famílias onde o idoso era chefe ou cônjuge, havia filhos adultos residindo. E em 2,3 milhões de famílias havia netos.
- Os idosos contribuíam com 54,8% da renda familiar.

Por outro lado,

- 1,9 milhões de idosos brasileiros moram na casa dos filhos, genros ou outros parentes. Dentre esses predominavam as mulheres.
- Nas famílias com idosas morando na casa de outros parentes, elas contribuíam com cerca de 20% na renda da família.

Quanto a Região Norte, Schwarzer (2000) indica alguns números significativos, mas precisamente no Estado do Pará, em pesquisa cujo objetivo era avaliar os impactos dos benefícios rurais concedidos aos clientes da previdência social. Mostrou que estes benefícios representavam aproximadamente 50% da renda total nos domicílios, sendo importantes para a manutenção familiar.

Contudo, um diagnóstico ou números, mas específicos do desempenho das aposentadorias rurais na manutenção dos agricultores nas unidades produtivas, e de sua família, são pífios no Território da Transamazônica, indicando a importância de tal análise.

Aliam-se ao envelhecimento outros fatores como a falta de sucessores na terra, a penosidade do trabalho na agricultura, tendo como consequências a venda das terras.

## 6.2. CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA

As características da educação revelam a baixa escolaridade da família rural no Território da Transamazônica, principalmente do chefe da unidade produtiva, pois apesar dos números apontarem que 67,27% são alfabetizados, é necessário discutir o que é ser alfabetizado.

Pesquisa realizada pela UFPA/SEBRAE (2009) sobre “Os Arranjos Produtivos Locais”, em quatro municípios da Transamazônica, revelou que o nível de escolaridade é baixo. A conclusão da pesquisa mostra que os agricultores entrevistados “decodificam minimamente as letras, ou sabem assinar o nome, realizam operações simples de matemática”. A maior parte desses (74%) não consegue ler e interpretar um texto, portanto são classificados como analfabetos funcionais. A baixa escolaridade dificulta a formação e capacitação dos agricultores, inclusive a relação com as instituições de extensão rural, agentes financeiros, inclusive comprometendo acesso a políticas de crédito agrícola.

Na pesquisa já citada a maior parte dos agricultores (92%) não obteve financiamento. A principal dificuldade para a obtenção do financiamento foi à desinformação a respeito das linhas de crédito existentes. As relações de trabalho e/ou parceria com Instituições como a EMATER foram apontadas como precárias.

Não se deve desprezar estes dados relacionando-os com o baixo índice de escolaridade dos agricultores, com a dificuldade na busca de informação técnica. E mais ainda com a ausência ou poucas cooperativas de comercialização no Território da Transamazônica, dificultando mais ainda o acesso aos mercados, e a socialização de experiências produtivas inovadoras.

Quanto às crianças e jovens, os dados revelam que 48% estão matriculados e frequentam regularmente a escola. Esses indicadores são baixos, apesar da participação dos programas de governo como a bolsa família e de experiências educacionais inovadoras como as Casas Familiares Rurais, proporcionando reais possibilidades de uma educação no Campo. Duas questões devem ser consideradas.

- 1- Pouca ou inexistência de escolas de nível médio, dificultando o acesso dos filhos que saem do ensino fundamental básico.

- 2- As distâncias e o acesso às escolas são fatores de dificuldades para crianças e jovens, dado a precariedade das estradas e dos transportes. Tendo como consequências o atraso escolar ou o abandono.

### 6.3. CARACTERÍSTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA

Nas características de comercialização, os indicadores no Território da Transamazônica revelam que o acesso aos mercados está mais para ruim (71,64%), somente 26,91% consideram mais para bom. Este dado é significativo para as dificuldades de comercialização dos produtos e compra de insumos. As maiores reclamações foram dirigidas às péssimas condições de estradas e ausência ou precariedade do sistema de transporte nas vicinais. As condições da Rodovia Transamazônica no período de chuvas dificultam mais ainda o planejamento do agricultor. É muito comum a ação de intermediários atravessadores comprando diretamente na propriedade dos agricultores os produtos para levá-los ao mercado local, principalmente se tratando de cacau e gado. É significativa a “função” dos atravessadores para a avaliação dos agricultores que consideram mais para bom (69,45%) a venda de seus produtos. No contexto transamazônico é emblemática a atuação dos atravessadores e regatões, que conseguem chegar aonde pouca ou nenhuma política pública chega; em muitos casos não pode ser considerado nem um “mal necessário”, e sim um agente imprescindível. Muito embora, seja, é claro, uma relação marcada pela dependência e prática de baixos preços das mercadorias.

As condições da estrada como um elemento de entrave aos mercados locais e nacionais, são históricos. Grande parte das vicinais na Transamazônica foi aberta por madeireiras e expandiram-se com o avanço da fronteira agropecuária. Essas madeireiras foram funcionais para os agricultores, são elas que abriam o acesso inicial para as roças, e até hoje são os caminhoneiros que transportam e trazem informações para os agricultores (UFPA/RELATÓRIO DE ESTAGIO, 2005, 2007, 2010).

O conceito de mercado deve ser utilizado com muita cautela no caso das áreas rurais na Amazônia, em particular nas áreas de fronteira. As estatísticas e as análises macro não dão conta correta da realidade. A inserção no mercado das

áreas rurais é muito diferenciada e muito desigual, ela difere de Estado a Estado de povoado a povoado, difere dependendo da distância dos grandes eixos rodoviários e das vicinais. Há uma ausência ou precariedade de transportes, de estradas. Neste sentido qualquer estudo de mercado deve levar em consideração estes fatores.

#### 6.4. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS BÁSICOS NO TERRITÓRIO

Com relação aos serviços básicos existentes ou presentes nos domicílios dos entrevistados, a pesquisa revelou que 50,18% dos casos desfrutam de energia elétrica, destaca-se a implantação do sistema elétrico com recursos próprios ou via Programa Luz para Todos do Governo Federal, implantado em algumas comunidades do Território. Em termos de realidade amazônica esse número é expressivo, porém, subjacente a ele está à realidade de muitas famílias de áreas distantes ou mesmo isoladas, que não dispõem desse serviço. No entanto, esse dado da pesquisa merece uma ressalva, pois não representa a realidade do Território, isso porque as regiões censitárias definidas para a pesquisa, excetuando uma no município de Altamira, todas as demais estão localizadas próximas ao eixo da Rodovia Transamazônica, onde as ações do Programa Luz para Todos estão mais presentes.

Quanto ao uso de água, verificou-se 92,73% dos entrevistados possuíam dentro ou próximo à residência. Dentre estes apenas 37,45% possuem banheiro dentro de casa e utilizavam de fossa negra. Grande parte da população ainda se utiliza de privadas externas com fossa aberta.

Quanto ao uso de eletrodomésticos, constatou-se fogão a gás presente em 92,27% dos domicílios, porém o custo com esse combustível não permite que seja utilizado para preparo de todas as refeições da família, sendo comum a utilização de lenha e/ou carvão. Geladeiras e telefones (principalmente celulares com antena externa) alcançaram respectivamente 44,36% e 41,45%. Como menor índice apareceu os computadores, presente em apenas 3,27%.

## 6.5. CÁLCULO DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA - ICV

De acordo com o SGE (BRASIL, 2011 d) o ICV é um indicador que visa representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida, das famílias nos territórios rurais, que permite análises comparativas, tanto ao longo do tempo como entre territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários. É composto por três dimensões, chamadas de “instâncias”: 1) fatores que favorecem o desenvolvimento; 2) características do desenvolvimento; e 3) efeitos do desenvolvimento. A cada instância associam-se oito indicadores, cada indicador baseou a elaboração de um ou mais quesitos em um questionário, que serão utilizados para o cálculo do ICV do Território Rural. Esses indicadores são avaliações registradas em escalas de cinco pontos, desde 1=péssimo até 5=ótimo em algumas variações.

O universo definido para a pesquisa do ICV constitui-se pela população rural residente nos municípios que compõem o Território. A unidade amostral foi definido como o domicílio rural conforme definido pelo IBGE, que desenvolve continuamente um mapeamento do território nacional, considerando desde as unidades de federação até os municípios, os quais são subdivididos em Setores Censitários. Para cada Setor Censitário o IBGE registra, além da localização georreferenciada, os elementos humanos que o compõem: indivíduos, domicílios, famílias, entre outras. Assim, o sorteio de Setores Censitários é uma forma de compor amostras de pessoas geograficamente distribuídas, cujas características são conhecidas e localizáveis. Tecnicamente, em amostra probabilística, a chance de uma unidade amostral fazer parte da amostra é conhecida e maior que zero (BRASIL, 2011 d).

A pesquisa realizada no Território da Transamazônica entrevistou 285 famílias agricultoras em cinco setores censitários dos municípios de Vitória do Xingu (1), Altamira (2), Medicilândia (1) e Uruará (1).

### 6.5.1. Dimensão 1: Fatores do desenvolvimento

A primeira dimensão de análise do ICV trata-se dos fatores que favorecem o desenvolvimento, onde são analisadas questões como mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade; área da unidade de produção familiar; escolaridade, condições da moradia, acesso a mercados, acesso a políticas públicas

(Pronaf, bolsa-família, etc.), acesso a crédito e assistência técnica, e presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural.

O cálculo desse índice atingiu valor de 0,488, que em uma escala de cinco estágios, de “baixo” a “alto”, obteve um índice médio (Figura 16).

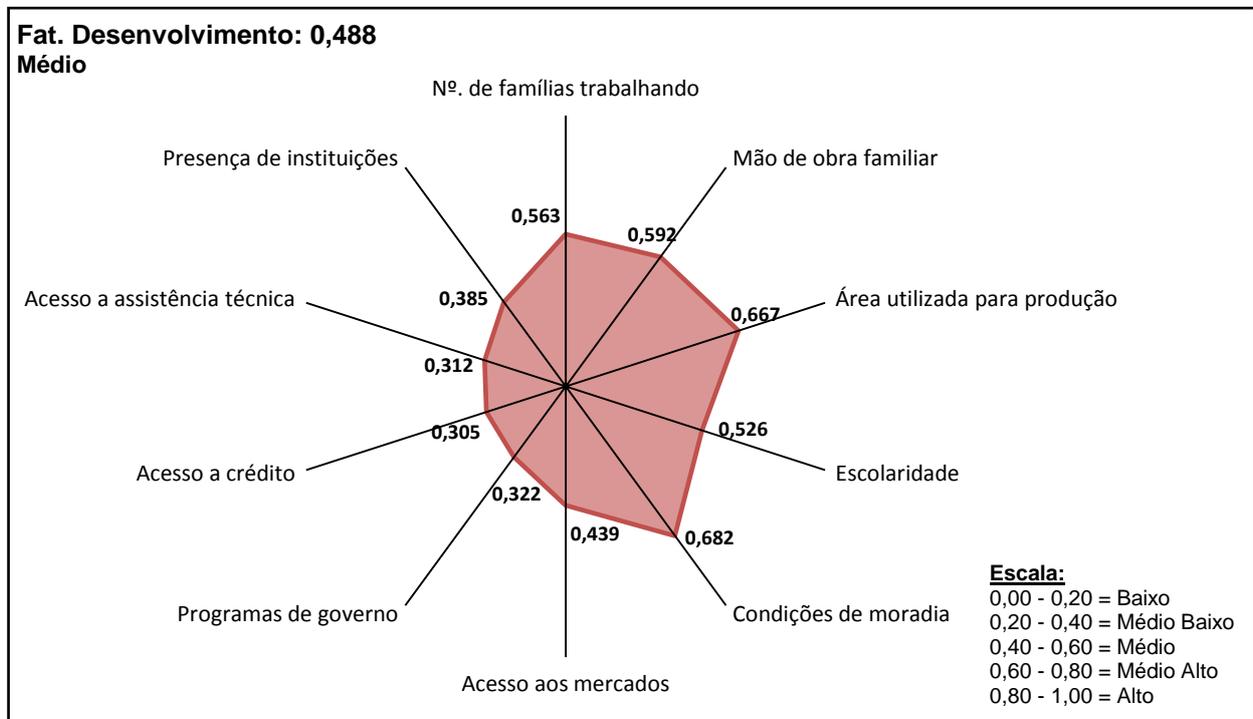


Figura 16 - Fatores de desenvolvimento para o Território da Transamazônica.

A agricultura praticada no Território da Transamazônica se utiliza em sua maior parte da mão de obra da própria família para a realização das atividades no estabelecimento rural. Desta forma, pode-se observar que os índices relacionados à quantidade de famílias trabalhando e a utilização de mão de obra existentes nestas unidades de produção foi considerado médio. A área utilizada para a produção foi considerada pelos agricultores entrevistados suficientes para a implantação dos cultivos e criações desejadas, mas algumas observações quanto ao tamanho da terra foram constatadas, principalmente como um fator limitante ao desenvolvimento da propriedade.

Outros fatores decisivos no desenvolvimento territorial, sobretudo incidindo diretamente na vida da família são a escolaridade, as condições de moradia e o acesso aos mercados. Observa-se que os índices alcançados variam entre médio e médio alto, denotando uma situação razoável destes indicadores nas comunidades, entretanto a história da presença do Estado brasileiro e suas políticas nas comunidades do território têm sido destacadas como deficitária. Nos últimos anos

em parte do território alguns serviços públicos tem se tornado mais acessíveis, e assim são inevitável às comparações entre antes e agora; para maioria dos entrevistados a comparação é de um sistema hoje deficitário com um sistema até pouco tempo completamente ausente.

Os últimos quatro fatores alcançaram o mesmo índice, dentro da escala de classificação, que é o segundo mais baixo. Estes fatores estão diretamente relacionados com a presença de serviços governamentais, que em grande parte dos municípios ainda se apresenta ineficiente para o atendimento da população e a promoção do desenvolvimento. Como já constatado em outros documentos, a presença e atuação de instituições é de suma importância para a promoção do crédito agrícola, da assistência técnica e de serviços básicos ao cidadão.

### 6.5.2. Dimensão 2: Características do desenvolvimento

A segunda dimensão trata-se das características do desenvolvimento, e nesta dimensão foram avaliados os indicadores: renda familiar, produtividade do trabalho, produtividade da terra, diversificação da produção agrícola, pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar, uso e preservação da água, do solo e da vegetação nativa. O índice alcançado nessa dimensão, conforme ilustra Figura 17, foi de 0,596, ou seja, médio.

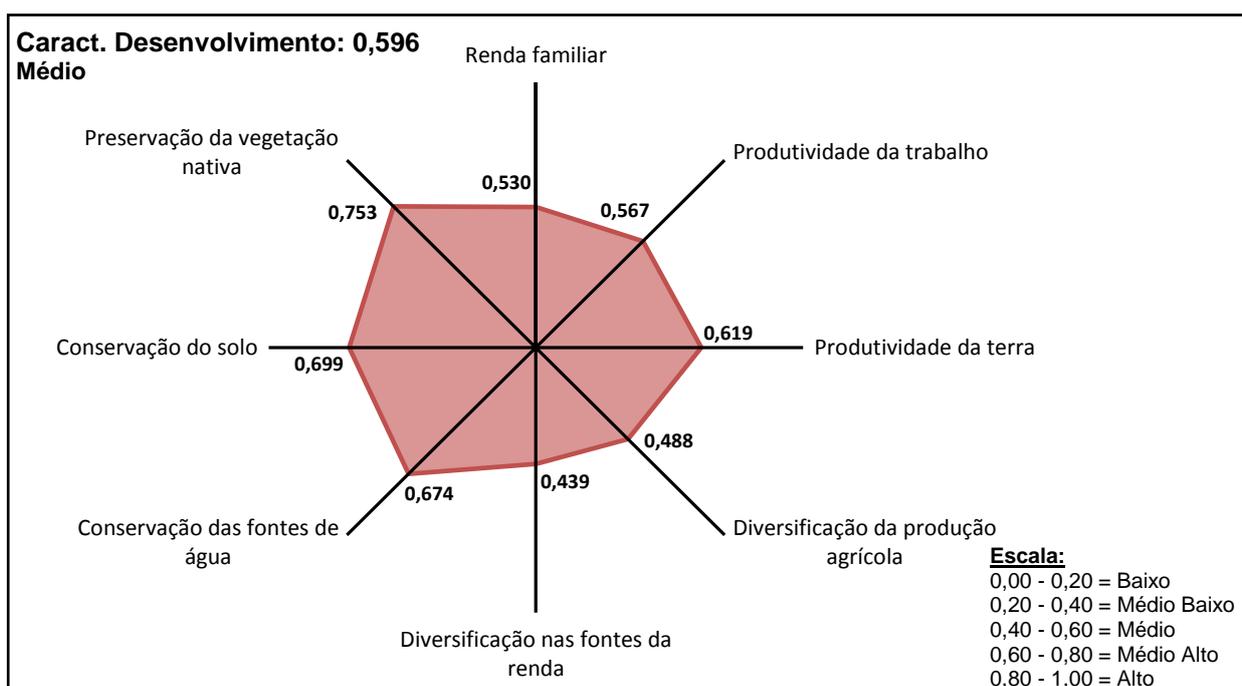


Figura 17 - Características do desenvolvimento no Território da Transamazônica.

Nesta dimensão iniciam-se as análises a cerca do comportamento de resultados práticos na vida dos agricultores familiares entrevistados. Uma primeira questão de destaque é o nível médio / médio alto alcançado pelas características renda da família, produtividade do trabalho e da terra. De acordo com a análise das falas de alguns agricultores entrevistados, estes consideram que a quantidade de mão de obra disponível está no limite do que eles podem oferecer para a manutenção das suas unidades de produção, o que influi diretamente na renda familiar.

Dentre as limitações identificadas nas unidades de produção familiar do território está a baixa diversificação da produção. Em maior parte dos casos em que foi contactado certo nível de diversificação, verificou-se que a estratégia utilizada era diversificação do consumo familiar ou dentro da propriedade, não refletia necessariamente de diversificação de fonte de renda, possivelmente por se tratar de produtos de baixa demanda e rentabilidade, ou por não ser comercializada devido às más condições de trafegabilidade das estradas.

As características que tratam da conservação das fontes de água, do solo e da mata, alcançaram o índice classificado como médio alto. Há duas formas de interpretar tais informações: primeiro, embora havendo certo impacto aos solos e aos cursos hídricos nas regiões estudadas, podem ser considerados mais moderados que outras regiões do Estado ou mesmo do país, por se tratar de área de fronteira agrícola mais recente; segundo, e mais relacionada à conjuntura atual, recentes campanhas de fiscalizações ambientais têm resultado em certo temor dos agricultores, por isso tem sido comum constatar àqueles que fazem questão de afirmam que suas propriedades estão em situação ambiental legal, embora grande parte não saiba o que preconiza a legislação. Portanto, é preciso certa cautela ao analisar esses dados e não os tomar como precisa representação da realidade.

### **6.5.3. Dimensão 3: Efeitos do desenvolvimento**

A última dimensão de análise do ICV se trata dos efeitos do desenvolvimento, sendo analisadas questões como: estar bem alimentado/nutrido, ter boa saúde, permanência dos membros da família da unidade de produção, percepção sobre as mudanças na situação econômica da família, percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade, participação social (cooperativas, associações),

participação política (eleições, conselhos, assembleias), participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades). O índice atingido nessa dimensão foi 0,639, considerado médio alto (Figura 18).

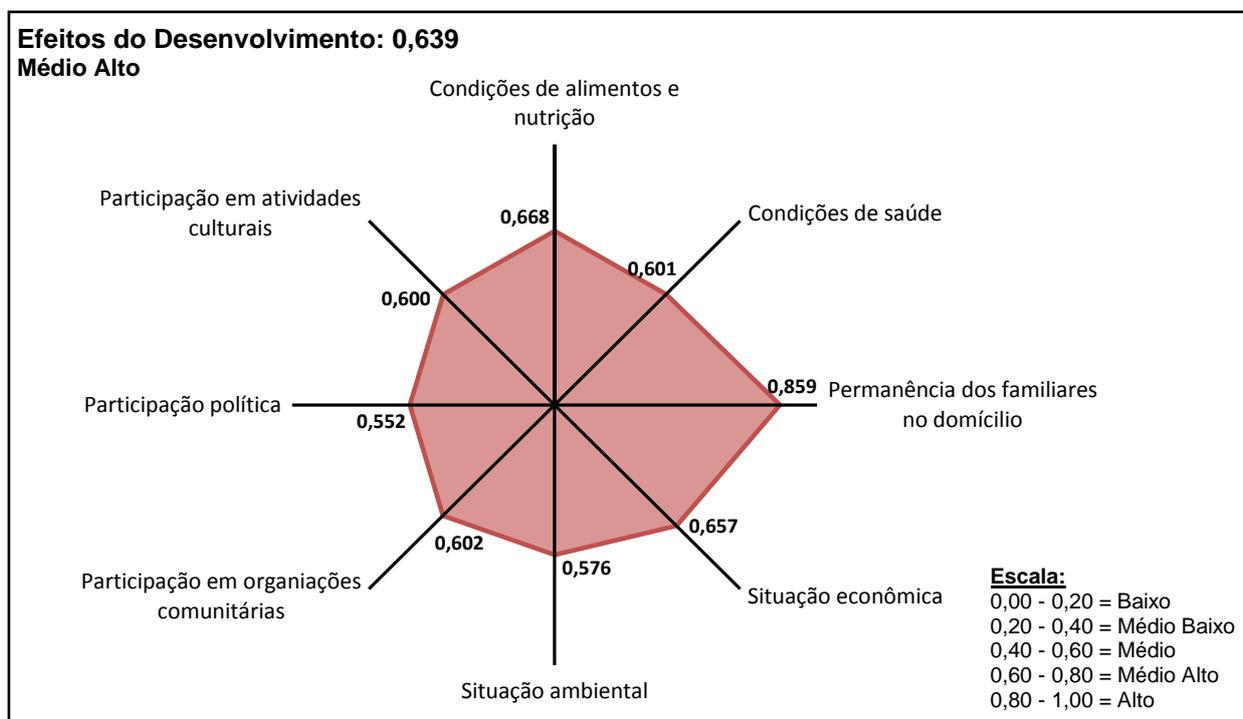


Figura 18 – Efeitos do desenvolvimento no Território da Transamazônica.

Esta dimensão investiga a cerca das condições alimentares e nutricionais assim como as de saúde das famílias entrevistadas, tendo estes componentes alcançados índices classificados como médio alto. Verificou-se que o hábito alimentar das famílias do território tem mudado; nos casos em que as famílias já dispõem de energia elétrica em suas propriedades, este fator é apontado como colaborador para a melhoria nutricional das famílias. Acrescentam-se a existência de postos de saúde nas comunidades rurais e a ação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que trabalham num âmbito da medicina preventiva, embora deficiente, tem colaborado com o cenário.

Outra mudança significativa é quanto à situação econômica da família, que segundo a pesquisa alcançou o segundo melhor índice. A renda obtida por programas sociais governamentais (ex. Bolsa Família, mas principalmente benefícios de pensões e aposentadorias) tem contribuído significativamente para a melhoria da renda. O recebimento de recurso mensal permite à família programar atividades, adquirir bens e alimentos antes não consumidos.

As últimas questões abordadas nesta dimensão se referem à participação das famílias em atividades/organizações comunitária, na política e em atividades culturais. Estes componentes alcançaram índices que variam do médio ao médio alto, no entanto o que se constatou em campo foi que na maioria dos casos não há nas comunidades espaços públicos para participação, excetuados os cultos em igrejas de distintas religiões. Possivelmente o que elevou o índice de participação política, foi o instrumento de pesquisa considerar os tipos de participação imposta e obrigatória, como são os casos do voto em eleições. Portanto, possivelmente essa informação não traduza precisamente a realidade da participação política dos agricultores da Transamazônica.

Quanto à participação em atividades culturais, embora atingido índice médio alto, estão reduzidas a festas religiosas e escolares, normalmente realizadas a cada um ou dois anos. Logo, verifica-se que o território rural da Transamazônica é extremamente carente de opções de cultura e lazer, principalmente para jovens, mulheres e idosos.

#### 6.5.4. O ICV Territorial

O cálculo do ICV Territorial é definido a partir da média dos índices das dimensões fatores, características e efeitos do desenvolvimento, acima descritos. O índice geral resultado revelou-se como médio (0,567) para o Território da Transamazônica (Figura 19).

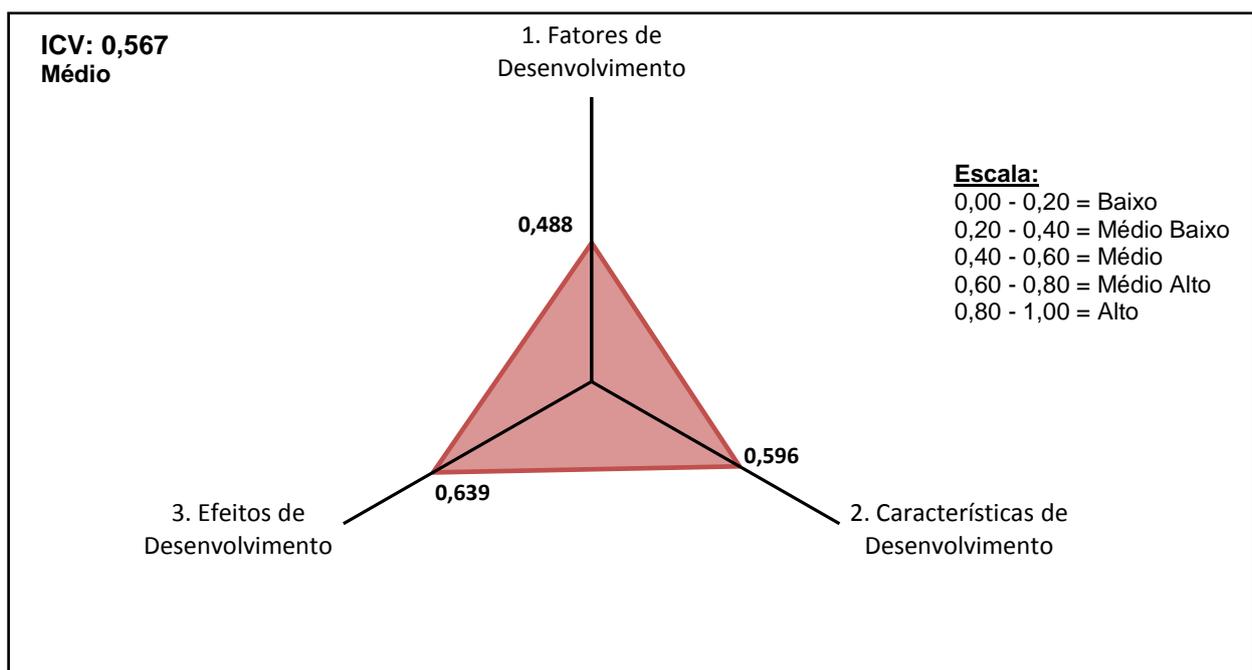


Figura 19 – Índice de Condições de Vida do Território da Transamazônica.

Sendo a “agricultura familiar” a identidade do Território da Transamazônica, podemos refletir segundo os índices anteriormente apresentados que muito é preciso fazer para se alavancar o desenvolvimento do território. Quando analisamos os fatores do desenvolvimento que apresentam índice médio baixo, como o acesso ao crédito, a assistência técnica, a presença e atuação de instituições governamentais, assim como o acesso aos programas governamentais, estes índices ratificam as limitações destacadas ano após ano por diversos segmentos da sociedade do território e pelo próprio Colegiado Territorial.

Por ser um instrumento de análise novo e em construção conjunta com MDA e várias universidades brasileiras, verificou-se que em 36 dos 37 territórios rurais estudados, o índice gerado foi médio para todos; a exceção está no Território da Reforma, em Mato Grosso do Sul, o que seria interessante comparação para verificar as diferenças. Percebe-se então, uma tendência do instrumento para o índice “médio”, não nos sendo possível aqui afirmar o motivo.

No entanto, o conjunto de dados analisados nessa pesquisa nos permite inferir que não seria possível o instrumento gerar índice “médio alto” ou mesmo “alto” para o Território da Transamazônica, dada as realidades vivenciadas cotidianamente e também identificadas nessa pesquisa, desde condições de moradias, produção, transporte, comercialização, acesso a políticas públicas e suas abrangências, capacidades instaladas dos órgãos público de desenvolvimento, dentre outras.

Infelizmente, também não nos permitiu apropriar do instrumento de maneira tal a analisar o dado gerado a partir de sua desconstrução teórica e prática. Mas esse investimento se torna necessário.

## **7. ANÁLISE INTEGRADORA DE INDICADORES E CONTEXTO**

Um dos primeiros pontos a ser analisado se refere à identidade do território Transamazônica, apontado pela pesquisa como “Agricultura familiar”. Como já mencionado em outros tópicos, esse indicador se deve a parcela significativa dos membros do Colegiado pertencerem a instituições públicas ou civis que tem como campo de atuação a produção agropecuária, um espaço onde a agricultura familiar se torna significativa, principalmente no contexto amazônico.

O Colegiado é composto por instituições e/ou sujeitos que ao longo da história desse território tem se posicionado com bandeiras de desenvolvimento, logo, o clamor por melhorias às demandas históricas é contínuo e mais atual que antes, pois diferentemente das soluções encontradas e implementadas os problemas são acumulativos.

Por sua vez, observa-se que o Colegiado está fragilizado e desmotivado por inúmeras questões, dentre elas algumas limitações são referentes às *Capacidades institucionais*. O Colegiado, apesar de representar um território da cidadania, ainda é composto em maioria por organizações de ação no rural, como secretarias de agricultura e meio ambiente, CMDRS, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de mulheres, Casas Familiares Rurais e Colônias de pescadores.

Grande parte destas instituições está desestruturada em termos de recursos físicos e humanos para desempenhar as atividades que lhes competem. O que se observa é que as secretarias de agricultura e meio ambiente não são portadoras de propostas reais de desenvolvimento, grande parte sequer são dotadas de recursos mínimos para enfrentamento das realidades e por isso estão sem credibilidade. É importante ressaltar que a falta de qualificação/aptidão para a direção das secretarias é outro fator agravante para o não desenvolvimento das mesmas. Constatou-se que apenas metade das secretarias de agricultura desenvolvem atividades direcionadas por um plano que priorize as cadeias produtivas do município.

O controle social das políticas para o campo é fragilizado, dada a não existência ou baixa atuação dos CMDRS. Dos dez municípios que compõem o território sete possuem tal conselho, no entanto, observa-se que a maioria é presidida pelo secretário de agricultura, uma regra assegurada pelos regimentos internos. Portanto, o controle político dos conselhos pelos gestores das pastas contribui para diminuição ou mesmo inexistência de uma atuação crítica e propositiva inerente a estes órgãos colegiados.

Nos casos dos municípios que se quer possuem CMDRS, como Altamira, Pacajá e Vitória do Xingu, verifica-se que a não criação dos conselhos está diretamente ligada às articulações político-partidárias, uma vez que as prefeituras detém controle de diversas instituições que poderiam compor o conselho, por isso não se interessam em acompanhar e fiscalizar as ações pensadas e executadas pelas prefeituras.

Segundo dados do IDS, o indicador político-institucional do território é de 0,100, considerado de “Alta Possibilidade de Colapso”. Esse dado é mensurado a partir do número médio de conselhos municipais existentes no território, se houvesse uma avaliação sobre a efetividade/qualidade dos mesmos poderíamos ainda ter um quadro mais severo.

Eis algumas realidades de instituições que compõem o Colegiado territorial e analisando por esse viés compreende-se como a *Gestão do Colegiado da Transamazônica* encontra-se enfraquecida e com sérias limitações, sendo uma destas a carência de capacitação dos membros.

Por sua natureza o Colegiado é dinâmico em questões de rotatividade dos membros, principalmente os gestores municipais e seus representantes. Como relatado no item 4 deste documento, o Colegiado recebeu importante apoio para formação/capacitação dos membros durante os primeiros anos de atuação, assim como acompanhamento da DFDA-PA. Entretanto, nos últimos quatro a cinco anos as capacitações foram extintas, assim como o acompanhamento da DFDA-PA, pois neste período o território não tem recebido visitas dos delegados em uma plenária, quando enviado algum representante é o articulador estadual que, embora importante, possui pouco poder de decisões ou de influência junto a outras esferas de governos.

Verifica-se também que há diversidade de categorias sociais existente no território, inclusive reconhecidas pela SDT como importantes no processo do desenvolvimento, mas que não estão representadas no Colegiado. Decorre-se da desorganização, falta de interesse de participar deste fórum ou até o não reconhecimento do Colegiado como instância com capacidade política de provocar mudanças que esperam.

Para alguns membros entrevistados contribui significativamente para desmobilização do Colegiado a baixa participação de importantes instituições estaduais e federais nas reuniões, associado ao baixo poder de decisão de seus representantes. As referências estão mais relacionadas àquelas ligadas às questões fundiárias e ambientais, destacadas como principais limitações do território, por isso, onde se concentram os debates do Colegiado.

Verificou-se que outro fator que tem desmotivado o Colegiado nos últimos anos se diz respeito à execução das ações prevista no PTC (em 2011 limitou-se ao PROINF), portanto é considerado por membros do Colegiado como uma das

“maiores decepções”, pois a baixa execução tem levado o Colegiado ao descrédito em todo o território.

Além destes problemas, soma-se ainda a falta de infraestrutura física e humana para acompanhamento das ações territoriais. Segundo integrantes do Núcleo Dirigente do CODETER, as estratégias utilizadas pela SDT para custeio das atividades dos Colegiados, bem como a prestação de assessoria técnica para condução das ações, a partir da contratação de organizações sem algum envolvimento com os territórios não apresentou nenhum êxito no território da Transamazônica. Como resultado, várias ações planejadas não foram executadas, algumas executadas ainda hoje não foram custeadas, assessoria técnica contratada, mas não remunerada, dentre outras questões.

O território da Transamazônica está passando por uma profunda transformação. Acredita-se que tais mudanças serão tão significativas quanto aos reflexos da abertura da BR 230 na década de 1970. A construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, mesmo em fase inicial de instalação dos canteiros de obras, tem provocado profundas transformações tanto nas áreas urbanas e rurais dos municípios do território, principalmente Altamira e Vitória do Xingu. Há grande preocupação por parte da sociedade e algumas lideranças políticas sobre a dinâmica conjuntura que (re) configura o espaço local política e economicamente, cujos resultados de exclusão estão muito mais em evidência quanto quaisquer possíveis resultados positivos.

É grande a expectativa por todos os setores da sociedade a cerca dos benefícios a serem advindos por conta deste grande projeto e as ações contidas no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região de Integração do Xingu (PDRS Xingu). Embora recente, o Comitê Gestor do PDRS Xingu é potencialmente agregador político de diversas tendências ideológicas, interpretado principalmente pelo fundo de 500 milhões de reais a serem utilizados ao longo de 20 anos, apoiando projetos sociais e produtivos na ordem de 25 milhões de reais/ano.

Em termos de apoio a organização colegiada de instituições o PDRS Xingu tem neutralizado ações do CODETER. As ações do primeiro são significativamente ágeis, chegando a ter projetos executados em prazos equivalentes aos da iniciativa privada; baixa burocracia e ações de investimentos podem ser executadas por organizações não governamentais e prefeituras, mesmo em situação de inadimplência; embora a definição de projetos seja feita uma vez por ano, o Comitê

do PDRS Xingu tem intenso calendário de reuniões mensais de suas câmaras técnicas e trimestrais de sua plenária.

Por ser constituído por integrantes do alto escalão dos governos federal, estadual e municipais (além de seguimentos da sociedade civil), o Comitê Gestor do PDRS Xingu possui forte capacidade de articulação com distintos setores do Estado, inclusive um canal direto com a Presidência da República, haja vista estar relacionada com uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

No entanto, articuladamente, membros do CODETER incluídos no PDRS Xingu têm utilizado este canal para apresentar propostas de desenvolvimento que há tempos vem sendo debatidas pelo Colegiado Territorial, bem como complementar ações de projetos territoriais já iniciados. Nesse sentido, o PTDRS tem sido um instrumento importante para apresentar e justificar a necessidade de investimentos em determinados setores. Constata-se apoio financeiro do PDRS Xingu às atividades de Educação do Campo através das Casas Familiares Rurais - CFR, financiamento a projetos de infraestrutura como a construção de uma fábrica de ração para piscicultura, construção de estrutura para a produção de alevinos, reformas de escolas rurais, investimentos em cadeias produtivas a exemplo da cacauicultura e piscicultura, turismo, fortalecimento institucional, dentre outros.

Possivelmente a identidade territorial tende a se alterar (se não a identidade, mas os valores dos seus distintos indicadores) como já havia sido previsto por membros do colegiado quando das entrevistas, ressaltando os indicadores de recursos naturais, a pobreza, a marginalidade e os problemas sociais.

## **8. PROPOSTAS E AÇÕES PARA O TERRITÓRIO**

### **8.1. PESQUISAS**

#### **8.1.1. Análise de demanda do crédito agrícola e influências da extensão rural e agentes financeiros na execução do PRONAF**

Nos últimos Planos Safras o Território da Transamazônica teve baixa participação em termos de números de financiamentos e volume total financiado. De

acordo com integrantes dos Escritórios da EMATER-PA, no ano de 2010, apenas 18% do total de recursos disponibilizado foram contratados; grande quantidade de projetos elaborados foram internalizados nas agências financeiras e não chegaram a ser analisados; várias linhas do PRONAF jamais foram implementadas; investimentos estão sendo executados focando normalmente um ou dois produtos, embora sendo bastante conhecida a demanda da agricultura para financiamento para diversas atividades.

No entanto, não está suficientemente claro se os aspectos que contribuem para essa conjuntura são determinadas pelas realidades dos agentes financeiros (tais como conservadorismos em financiamentos pouco diversos; poucas matrizes de viabilidade econômica; influencia de atores econômicos; baixo quadro técnico para análise das propostas internalizadas; entre outras) ou por influencia do serviço de extensão e assessoria técnica (tais como elaboração de projetos uniformizados, algumas vezes apenas trocando os nomes de beneficiários; pouco conhecimento técnico sobre outras atividades econômicas; pouca conhecimentos sobre linhas de crédito; influência de atores econômicos; priorização de atividades; deficiência de quadro técnico; etc.) ou realmente por interesse dos agricultores que conseguem tirar seu financiamento.

### **8.1.2. Reflexos a instabilidade fundiária e ações necessárias para regularização na Transamazônica**

Como bastante abordada anteriormente, entre as principais questões apontadas como entraves ao desenvolvimento rural do Território da Transamazônica está a falta de regularização fundiária, cujos resultados refletem diretamente na segurança social, econômica, direito de posse ou propriedade, geração de emprego e renda, acesso a políticas públicas diversas e etc. Se o problema existe ainda hoje nas áreas de colonização antiga dirigidas pelo INCRA, é muito mais elevado em áreas recentemente antropizadas ou mesmos regiões ribeirinhas e arquipélagos. Embora algumas tentativas de regularização fundiária tenham gerado resultados interessantes, inclusive com os recentes programas Arco Verde-Terra Legal, percebe-se que tiveram baixas agilidade e capacidade de atendimento. Em parte também tem apresentado resultados distantes da realidade do território.

A importância desse debate para o Território da Transamazônica pode se expressar na quantidade de vezes que a temática é discutida no âmbito do CODETER, estando presente direta ou indiretamente em todas as reuniões dos últimos seis anos. Justifica, portanto, a realização de estudos casos que análise os resultados gerados a partir da ausência de uma política universalizante de regularização fundiária, bem como para apresentar elementos relevantes à formatação de ações estratégicas para acelerar os processos, ações antecipatórias necessárias e resultados esperados a partir das realidades locais.

### **8.1.3. Análise da participação da agricultura familiar da Transamazônica na comercialização de produtos para a merenda escolar**

De acordo com a Lei nº 11.947/2009, as prefeituras de cada município deverão destinar no mínimo 30% do recurso destinado à merenda escolar na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Esta ação é vista por vários setores como estratégico tanto para fortalecimento da renda dos agricultores como para melhorar a merenda escolar em termos de diversidade e qualidade nutricional. No Território da Transamazônica, até o momento apenas duas prefeituras conseguiram implementar pelo menos uma ação de compra direta, porém em proporções reduzidas. Faz-se necessário, portanto, uma ação consistente para levantamento dos entraves existentes que dificultam essa comercialização, tanto pelas realidades das prefeituras como dos grupos de agricultores organizados interessados no programa. Interessante também realizar mapeamento das cooperativas e associações existentes na Transamazônica, aptas a inserir-se no programa, levantar as possibilidades de comercialização de alimentos, com um olhar especial para a fruticultura regional.

Estas informações podem contribuir para que as prefeituras e gestores do programa possa aprimorar sua execução.

## 8.2. AÇÕES PARA PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO TERRITÓRIO

- Estruturação do Colegiado, sendo direcionado recurso para a realização de reuniões e assembleias, assim como para a aquisição de material de consumo, equipamentos, combustível e contratação de assessor técnico;
- Capacitação/formação continuada aos membros do colegiado. Tendo como destaque as áreas de planejamento e elaboração de projetos utilizando os meios hoje exigidos pelo governo federal;
- Acompanhamento pela DFDA-PA e maior articulação da Delegacia com as instituições do território;
- Agilizar a execução dos projetos territoriais apresentados pelo CODETER;
- Fortalecimento do Colegiado, tendo representação das diversas categorias sociais do território;
- Apoio organizacional aos CMDRS e demais conselhos existentes no território e formação de seus membros;
- Que o MDA e seus dispositivos utilizem o PTDRS como um instrumento para orientação de suas ações no território da Transamazônica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**. Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sistema de Gestão Estratégica: Identidade Territorial**. MDA/SDT: Brasília – DF, 2011 a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sistema de Gestão Estratégica: Capacidades Institucionais**. MDA/SDT: Brasília – DF, 2011 b.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de Operacionalização do PROINF 2011**. MDA/SDT: Brasília – DF, 2011 c.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Condições de Vida**. MDA/SDT: Brasília – DF, 2011 d.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Desenvolvimento Sustentável**. MDA/SDT: Brasília-DF, 2011 f.

CALVI, M.; AUGUSTO, S. G.; ARAÚJO, A. **Diagnóstico do Arranjo Produtivo Local da cultura do cacau no Território da Transamazônica – Pará**. Altamira: UFPA/SEBRAE, 2010.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR – FVPP. **A história do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu**. Brasília: MMA, 2006.

FUNAI. **Parecer Técnico nº 21** – Análise do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental. Brasília, 30 de setembro de 2009.

ELETROBRÁS. EIA RIMA/. **Relatório Socioeconômico**, 2009.

ELETRONORTE. **Relatório técnico sobre o Empreendimento Belo Monte**. 2008.

HEBETTE, Jean. **Nas trilhas dos grandes projetos**. Belém: EDUFPA, 2004.

HEBETTE, Jean. **O cerco esta se fechando**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HEBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: Hébette, Jean et al. **No mar, nos rios e na fronteira. Faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

IBGE. **Censo dos municípios**. 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**. 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte: Cronologia Histórica**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 17 set 2011.

MARTINS, José de S. Martins. **A militarização da questão agrária na Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MARTINS, José de S. Martins. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2009.

PRELAZIA DO XINGU. **Breve Histórico da Prelazia**. Disponível em: <<http://www.prelaziadoxingu.com.br>>. Acesso em: 20 set 2011.

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SILVA, Golbery do C. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1955.

SILVA, Rainério M. et alii. **Arranjos Produtivos locais nos municípios de Altamira, Anapu, Uruará e Brasil Novo**. UFPA/ SEBRAE. Relatório Técnico, 2009.

SIMÕES, J. A. **Solidariedade intergeracional e reforma da previdência**. Dossiê Gênero e Velhice, 1997.

SOCIEDADE DE MEIO AMBIENTE EDUCAÇÃO E CIDADANIA – SOMEC. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Transamazônica Estado do Pará. Altamira: FVPP, 2010.

SOUZA, Ana Paula Santos. **O Desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso e muitas vozes**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Belém.

TAMER, Alberto. **Transamazônica. Solução para 2001**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

UFPA. **Relatórios de Estágio de Campo do curso de Agronomia**: 2005, 207, 2010.

## **ANEXO**

## **CONSIDERAÇÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE PESQUISAS E SEUS PROCEDIMENTOS**

O questionário como um instrumento norteador da pesquisa deve principalmente ser o mais claro possível. No caso do Território da Transamazônica algumas perguntas são ineficazes para o objetivo geral que se pretende atingir.

Verifica-se no questionário “Índice de condições de vida”, no item primeira instância: fatores, recursos ou acessos que condicionam o desenvolvimento. Duas perguntas chamam a atenção.

1.1) “Na sua opinião, em relação à quantidade de pessoas de sua família que esta trabalhando a situação está”. No comando da pergunta “trabalhando” refere-se tanto ao trabalho fora como no interior do estabelecimento. O comando deveria ser separado, subdividindo-se em duas perguntas, uma dirigida para os membros familiares que estão trabalhando fora e outro para familiares trabalhando no interior do estabelecimento. Assim, teríamos um quadro mais claro daqueles que efetivamente estão trabalhando na unidade. Problematizando a divisão do trabalho em áreas rurais, a permanência, as dificuldades e limitações da mão de obra. Sendo inclusive importante para montar um quadro da diversidade da agricultura familiar que temos nas regiões brasileiras.

1.2) “Em relação às características da mão de obra da família que esta trabalhando, acha que a situação está”. As “características” referem-se à escolaridade, capacidade etc. e “trabalhando” refere-se ao trabalho no interior do estabelecimento ou fora do estabelecimento. O comando da pergunta deveria definir mais claramente o que são características da mão de obra, pois se entende idade, escolaridade, mas o que de fato é “capacidade”: são aspectos físicos, de força?.

Na pergunta 2, “Como está a situação da área para sua produção”. Está pergunta torna-se repetida, pois esta contida na pergunta 11 “como está o resultado da produção levando em conta a área utilizada”. De certa forma, as respostas são as mesmas, pois o entrevistado no caso do Território da Transamazônica, leva em consideração os aspectos da sua área: tamanho, solo, água, floresta, área desmatada, para aferir os resultados de sua produção. Uma questão não esta dissociada da outra.

Um elemento chama atenção nos dados aferidos com todos os entrevistados (285). Na dimensão “efeitos do desenvolvimento”; a participação em organizações

comunitárias: Cooperativas, associações, igrejas, clubes, grupos, etc., (a pergunta 22). Dos entrevistados, 98 (34,4%) consideram boa sua participação; 99 (34,7%) consideram sua participação regular. Nestes termos, ter-se-ia na Transamazônica uma participação entre regular e boa de 69,1%. Consideramos este resultado confuso, principalmente porque coloca no mesmo plano a participação em Igrejas, clubes, grupo, associações e cooperativas. O que de fato é participação? Participar de Igrejas ou clubes tem a mesma intenção da participação em associações, cooperativas de crédito, comercialização? São participações com aspectos simbólicos, econômicos e políticos diferenciados. Portanto, as perguntas deveriam ser diferenciadas para cooperativas e associações.

Na pergunta 23. “A participação política de sua família está”, considerando a participação em conselhos, sindicatos, assembleias, reuniões, eleições. Problematizando este último critério, o voto em eleições municipais, estaduais e federais é considerado como resposta. Contudo, com a obrigatoriedade do voto essa participação torna-se imposta; e isso não significa necessariamente participação política voluntária e emancipadora, nos termos de Bordenave (1994). Colocar no mesmo nível eleição, conselhos, sindicatos, não responde ao comando da pergunta, pois são ações diferenciadas. Isso pode ter comprometido os resultados finais aferidos na dimensão “efeitos do desenvolvimento”, revelando que na Transamazônica dos 285 entrevistados, 97 consideram sua participação boa (34,0%) e 111 consideram regular (34,7%), tendo um nível alto de participação política de 73%.

O mesmo se refere ao item 24. “A participação de sua família em atividades culturais”, considerando grupos de dança ou de cantos, preservação de tradições, etc. Pergunta também confusa, pois há inúmeras situações que podem ser consideradas culturais. E encontramos vários entrevistados informando que “iam a festas da comunidade de vez em quando, realizadas uma vez a cada um ou dois anos”. Isso é atividade cultural? A pergunta deveria ter especificado quais atividades culturais e criado outra pergunta direcionada a atividade da família em atividades de lazer, aliás, este último quesito pouco pesquisado como atributo importante para as áreas rurais. Não tem merecido de fato estudos importantes como se a sociedade operasse somente no nível econômico e político.

## Q1 - Capacidades Institucionais

No indicador *Serviços Institucionais Disponíveis* que segundo o manual tem por objetivo identificar quais serviços são prestados pelas organizações nos territórios, tais como: assistências técnicas, apoio tecnológico, informação sobre preços e etc.. Entretanto, as duas perguntas que compuseram se dizem respeito à disponibilização de serviços comerciais e de mercado, o que não abrange o objetivo do indicador, pois a identificação a cerca da quantidade de instituições que prestam serviços de assistência técnica e tecnológicos, assim como instituições bancárias.

Com relação ao indicador *Mecanismos de Solução de Conflitos* uma única pergunta com a intenção de identificar quais são os meios a que se recorre, todavia além de identificar a quem a população busca, seria importante mensurar qual o nível de efetividade das queixas registradas perante essas.

O indicador *Infraestrutura Institucional* é composto por três perguntas que tem por objetivo identificar a existência de infraestrutura pública para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e políticas. Porém, as perguntas componentes não dão conta de atender ao objetivo, uma vez que se detém apenas a identificar quais estruturas existem para a realização de atividades culturais e, a saber, da existência da Secretarias Municipais de Agricultura ou similares nos municípios do território, bem como se esta possui quadro técnico permanente. Assim, entendemos que para o atendimento do objetivo deste indicador se faz necessário a inclusão de perguntas que se detivesse aos demais aspectos elencados, caso contrário o resultado do índice como um todo fica comprometido, pois só a avaliação das estruturas de atividades culturais não abrange as demais, visto que são bem diferenciadas.

### **Q3 - Identidade Territorial**

P12 e P13 podiam se fundir se o objetivo for compreender o que marca o território, pois da forma como está redigido o comando das perguntas dar-se entender que as mesmas tendem a se fundamentar na força dos aspectos durante a história do território.

Outra possibilidade é a mudança na redação da P13, em vez de ser “que importância tem tido cada um dos aspectos comuns no território” seria perguntar “que importância tem se dado a cada um dos aspectos comuns no território”. Assim, teríamos uma informação a cerca de como os membros do colegiado veem a atenção dispensada a cada um dos aspectos pesquisados.

A junção de “movimentos sociais e/ou políticos” foi alvo de várias observações realizadas pelos entrevistados, pois estes desejariam avaliar estes itens separadamente. Essa observação se dá pelo fato de que ao avaliarem as duas categorias juntas, tende-se a dá um peso ao político (partidário) que não tem, os entrevistados julgam que esse território não é assistido pelo Estado como deveria e que os processos de reivindicação liderados pelos movimentos sociais não podem ser pesados junto com os interesses e movimentos de grupos políticos.

Devido a complexidade das perguntas, a repetição dos quesitos de avaliação e os diferentes níveis de instrução acadêmica dos entrevistados (membros do colegiado), entendemos que o Q2 assim como o Q3 deveria ser aplicado individualmente. Assim se evitaria a confusão no preenchimento do questionário e maior veracidade nas respostas/resultados.

### **Q4- Índice de Condição de Vida (ICV)**

Com relação a pergunta vii e a possibilidade de resposta 2. Não (vá para a questão 17 – pág. 5), com a escolha dessa opção por conta de não haver produção no estabelecimento o entrevistado poderia responder a outras questões da primeira e segunda instância que não estão ligadas a produção como as questões: 3.a, 3.b, 3.c, 3, 4, 6.a, 6, 7.2, 9, 14 e 16.

A pergunta 5 poderia ser suprimida uma vez que, a 5.c já que abrange as características que estão intrinsecamente contidas na 5.

Com relação às perguntas 21, 22 e 23 são muito amplas, pois vão de melhorias muito simples até situações complexas; da participação em atividades

religiosas a atuação em associações; e da participação em eleições que é uma ação obrigatória até a atuação em sindicatos e conselhos, o que exige níveis diferenciados de participação conseqüência decorrente da formação deste indivíduo, e que a nosso ver pode vim a mascarar o resultado do referido quesito.

## **Q5 - Avaliação de Projetos de Investimento**

A primeira avaliação sobre esse instrumento de pesquisa é que ele é insuficiente para avaliar os projetos. A primeira limitação está relacionada ao fato de ser investigado apenas os projetos territoriais que estejam na condição de concluídos. Ora, se é comum a elaboração de projetos territoriais “guarda chuva”, tão diversos que suas metas não possuem nenhuma relação, não seria, portanto, estratégico avaliar o projeto maior concluído, mas sim as metas concluídas.

Análise empírica em grosso modo, mostra que há metas de projetos de 2004, 2005 e 2006 que foram executadas, entregues aos beneficiários, geraram resultados e possuem elementos interessantes para análise da política, porém não foram avaliadas porque a orientação de utilização do instrumento era apenas para o projeto concluído.

Na tentativa de melhor esclarecer as questões postas, na tabela seguinte pretende-se apresentar um panorama da situação dos projetos dos anos em questão. O único projeto avaliado foi o primeiro executado pela PMM, que só chegou a ser analisado devido à opção da Prefeita Municipal da época pelo desmembramento dos projetos, ao invés de um projetor maior com duas metas distintas. Caso tivesse optado por essa última situação, não teríamos nenhum projeto da Transamazônica sendo avaliado nesse primeiro ciclo de pesquisa da Célula, devido um dos projetos estar não concluído e paralisado há mais de 03 anos.

Tabela 06 - Relação de metas que compõem os projetos territoriais da Transamazônica dos anos de 2004 a 2006 apoiados pelo PROINF.

<b>Proposta</b>	<b>Executora</b>	<b>Situação</b>
Fortalecimento da Infraestrutura de produção de sementes de cacau da CEPLAC	PM Medicilândia	Executado
Unidades móveis de aproveitamento da madeira na propriedade familiar	SAGRI	Executado
Caminhão p/ estação experimental CEPLAC	SAGRI	Executado
Fortalecimento das CFRs (motos e computadores)	SAGRI	Executado

Apoio à estruturação da CIAT	SAGRI	Executado
Aquisição de 2 motos e 6 GPS para o polo do Proambiente	SAGRI	Executado
Material do laboratório de solos	SAGRI	Executado, não entregue
Aquisição de uma Pick-Up – UFPA/CIAT	SAGRI	Executado, não entregue
Construção da BIOFÁBRICA para produção de mudas clonais de cacau - CEPLAC.	PM Medicilândia	Não concluído (paralisado)
Centro de capacitação territorial	SAGRI	Não concluído (paralisado)
Aquisição de micro tratores com implementos p/ as CFR de Pacajá, Brasil Novo e Uruará	SAGRI	Não executado
Implementação do Laboratório de solos - UFPA	SAGRI	Não executado
Instalação Unid. Prod. de galinha caipira	SAGRI	Não executado
Instalação Unidades de produção de ovinos	SAGRI	Não executado
Ampliação da Unid. Prod. de ovinocultura para centro integrado de ovinocultura	SAGRI	Não executado
Infraestrutura para piscicultura	SAGRI	Sem informação
Aquisição de duas unidades móveis de beneficiamento de madeira.	SAGRI	Cancelado

Enquanto pesquisadores não estão suficientemente seguros do tipo de análise que é feito por esse instrumento no SGE. Por exemplo, para agricultura familiar do território os resultados de um projeto de “ampliação de um campo de produção de sementes de cacau” é bem diferente de um destinado à “aquisição de serrarias portáteis” para duas comunidades específicas, de “aquisição de um caminhão” para uma instituição, de “equipamentos para CODETER”, etc.

Até que ponto perguntas como as que seguem influencia no resultado de análise de projetos como esses últimos, por exemplo:

- Q5\_P27: Indique as atividades econômicas que foram promovidas pelo projeto?
- Q5\_P28: Se o projeto estiver relacionado a alguma cadeia produtiva, responda que tipo de ações são realizadas para o seu fortalecimento:
- Q5\_P30: O projeto realizou estudos sobre o mercado de produtos ou serviços em relação a:
- Q5\_P31: Em caso de projeto com finalidade produtiva, foi realizado estudo de viabilidade econômica?
- Q5\_P46: Entre a contratação e o início da operação do projeto, qual foi o prazo de execução das obras?
- Q5\_P48: O projeto atende a quais públicos?

- Q5\_P54: O projeto está operando em qual proporção da sua capacidade instalada?

Se as respostas atenderem a mais de uma das alternativas proposta é avaliado positivamente? Qual o efeito de elevado número de respostas não sabe ou não se aplica na composição final de índice. Mesmo tendo a opção “Não se aplica” verifica-se que essa opção está para todas as perguntas, mesmo para aquelas não se aplicam ter essa questão.

Como não produzimos a base de sistematização e o manual de cada pesquisa é insuficiente para essas respostas, mesmo na condição de pesquisadores não temos clareza suficiente quanto ao resultado gerado. Portanto, academicamente falando, é preciso não visualizar, pelo menos nesse momento que trabalhamos no sentido de aperfeiçoar os instrumentos, como respostas precisas das características realidades do território.